



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CCHLA – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PPGS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Dádiva e Laço Social:
Experiências dos catadores de materiais
recicláveis na cidade de João Pessoa

VANESSA JOSÉ DA ROCHA

JOÃO PESSOA-PB

2015

VANESSA JOSÉ DA ROCHA

Dádiva e Laço Social: Experiências dos catadores de materiais
recicláveis na cidade de João Pessoa

Tese apresentada ao Centro de
Ciências Humanas, Letras e
Artes da Universidade Federal
da Paraíba para obtenção do
título de Doutorado em
Sociologia.

Área de concentração: Trabalho
de Políticas Públicas

Orientadora: Professora Doutora
Alícia Ferreira Gonçalves

João Pessoa
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

R672d Rocha, Vanessa José da

Dádiva e laço social: experiências dos catadores de materiais recicláveis na cidade de João Pessoa / Vanessa José da Rocha.- João Pessoa, 2015.

207f.: il.

Orientadora: Alícia Ferreira Gonçalves

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA

1. Sociologia do trabalho. 2. Políticas públicas - reciclagem - resíduos sólidos. 3. Coleta seletiva. 4. Catadores de materiais recicláveis - João Pessoa-PB.

UFPB/BC

CDU: 316.334.22(043)

Nome: ROCHA, Vanessa José

Título: Dádiva e Laço Social: Experiências dos catadores de materiais recicláveis na cidade de João Pessoa

Tese apresentada ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba para obtenção do título de Doutorado em Sociologia.

Área de concentração: Trabalho de Políticas Públicas

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. ^a Dr. ^a Eliana Monteiro Moreira	Instituição: UFPB
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. ^a Dr. ^a Flávia Ferreira Pires	Instituição: UFPB
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. ^a Dr. ^a Lara Santos de Amorim	Instituição: UFPB
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. ^a Dr. ^a Mércia Rejane Rangel Batista	Instituição: UFCG
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva	Instituição: UFPB
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. Rogerio de Souza Medeiros	Instituição: UFPB
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Dedico este trabalho inteiramente a todas as catadoras e catadores do mundo afora. A esses trabalhadores que lutam, a cada dia, pela sobrevivência. Que sofrem preconceito, passam por todo tipo de privação e sofrimento físico e psicológico. Que essa modesta contribuição acadêmica possa ajudar, de alguma forma, a reflexão e a discussão sobre as suas condições de vida e de trabalho no sentido de despertar a consciência sobre a necessária solidariedade que a nossa sociedade precisa ter, praticar e perpetuar. Que a solidariedade, mesmo que hierárquica e assimétrica, assale nossos corações e mentes para que, um dia, sejamos todos igualmente tratados e nossas dádivas exercidas em seu mais alto grau de fraternidade. Há de chegar o tempo em que a exploração será enfim superada e não teremos que conviver nem com a pobreza nem com a exploração de qualquer magnitude. Que a “utopia” marxista se concretize no modo possível, assim como a nossa maior dádiva seja baseada no respeito e na mutualidade ao invés da competição e dominação.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiríssimo lugar, aos meus queridos pais Lázaro Miguel Meiras e Jordelina Rocha Meiras, que tomaram para si a responsabilidade de cuidar de um ser pequenino – que teve o privilégio de ser cuidado e crescer pelas mãos de pessoas tão íntegras, autênticas e dignas. Em segundo lugar, quero agradecer ao amor da minha vida e de todas as outras, minha parceira, minha base, meu porto seguro, Stella Valentim Mendes da Silva, por seu carinho, amor e incansável dedicação. Ao meu filho Gustavo Rocha Caldas que, desde o ventre, despertou em mim o amor mais precioso e inabalável que imaginei sentir e me motiva a seguir em frente, desafiando-me, todos os dias, a me superar como pessoa, mulher e mãe. Devo muito em gratidão à minha inspiradora, incentivadora, orientadora e amiga Prf.^a Dr.^a Alícia Ferreira Gonçalves por sua paciência, apoio e dedicação em todos esses anos de trabalho e discussões, bem como pelas oportunidades de pesquisa e trabalho conjuntos que pude desenvolver e, principalmente, por me mostrar o caminho da solidariedade em todos os seus sentidos. Agradeço aos meus irmãos Daniel Fábio Rocha de Oliveira e Diógenes Marques de Oliveira Filho, meus heróis que me despertam tanto orgulho e amor infinito. Também agradeço à Efigênia, Elena, Antônio Alei, Vanilde e Eunides (Ny) por terem me abraçado como irmã e me dado a família que me recebeu, mesmo com as minhas diferenças e desencontros e à Joana Abadia Rocha, primeiríssima responsável pela minha vinda a este mundo. Também quero agradecer ao imenso apoio e carinho de Vaneide Azevedo Valentim, pelo acolhimento em minha mais nova família. Agradeço aos amigos do Norte da CGMAB-DNIT pelo carinho e alegria diários. Por fim, agradeço a todas as amigas e amigos que me deram apoio e compreensão para que eu chegasse ao fim dessa jornada, em especial ao Prf.^o Dr. Jesus Marmanillo, meu sempre amigo *Brother of Metal!*

*“Meu dia vai chegar
Teremos minha vez
Não é pedir demais: Quero Justiça
Quero trabalhar em paz
Não é muito o que lhe peço
Eu quero trabalho honesto
Em vez de escravidão
Deve haver algum lugar
Onde o mais forte
Não consegue escravizar
Quem não tem chance”
(Renato Russo, 1986)*

*“A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer”
(Antunes, Fromer & Brito, 1987)*

*“Qualquer que seja o tipo de dádiva,
encontrei essa estranha relação com a
regra, esse paradoxo da obrigação de ser
livre, da obrigação de ser espontâneo,
que faz com que a dádiva seja
fundamentalmente diferente do mercado e
do Estado”.
(GODBOUT, 1998)*

RESUMO

A presente tese de doutorado foi elaborada a partir de pesquisa desenvolvida que objetivava analisar a experiência associativista de catadores de materiais recicláveis no âmbito da Política Pública Acordo Verde, na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, nordeste do Brasil. O embasamento teórico da pesquisa ficou concentrado nas formulações clássicas e contemporâneas da sociologia do trabalho e nas teorias clássicas e contemporâneas da dádiva. A pesquisa foi desenvolvida pelo método qualitativo e quantitativo (aplicação de questionário, entrevistas semiestruturadas, observações *in loco* e conversas informais) e se concentrou em duas associações de catadores na cidade de João Pessoa. A pesquisa de campo realizada revelou a importância da Política Pública de reciclagem de resíduos sólidos, o predomínio da dádiva patronal, clientelista e competitiva e os desafios postos frente a políticas de geração de renda e trabalho associativo de catadores.

Palavras-chave: Dádiva, Coleta Seletiva, Trabalho, Solidariedade, Catadores(as), Política Pública.

ABSTRACT

This doctoral thesis has been developed from research developed that aimed to analyze the associative experience of waste pickers in Public Policy Green Agreement in the city of João Pessoa, the state capital of Paraíba, northeastern Brazil. The theoretical basis of the research was focused on classical and contemporary formulations of the sociology of work and the classical and contemporary theories of the gift. The research was conducted by qualitative method and quantitative (questionnaires, semi-structured interviews, observations and informal conversations in locus and focused) on two collector associations in the city of João Pessoa. The field research revealed the importance of Public Policy recycling of solid waste, the prevalence of employer donation, patronage and competitive and the challenges posed opposite income generation and associative work pickers policies

Keywords: Gift, Selective Collection, Work, Solidarity, Collectors (as), Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percentual de municípios brasileiros que adotam coleta seletiva.....	89
Figura 2 – Localização da capital João Pessoa, no estado da Paraíba.....	99
Figura 3 – Modelo de gestão participativa do Acordo Verde.....	104
Figura 4 – Distribuição dos bairros de João Pessoa.....	105
Figura 5 – Catadoras separando o material no galpão	113
Figura 6 – Analfabetismo dos catadores associados.....	120
Figura 7 – Ilustração da Cadeia Produtiva de Materiais Recicláveis de João Pessoa.....	127
Figura 8 – Catadora organizando os fardos para comercialização.....	145
Figura 9 – Relação de preços e de contatos para venda.....	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos catadores.....	112
Gráfico 2 – Divisão dos catadores por sexo.....	114
Gráfico 3 – Divisão por grupo étnico/racial.....	119
Gráfico 4 – Nível de escolaridade.....	121
Gráfico 5 – Estado civil.....	122
Gráfico 6 – Número de filhos.....	123
Gráfico 7 – Nível de renda na associação.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PIB de 2012.....	99
Tabela 2 – Perfil socioeconômico de João Pessoa.....	100
Tabela 3 – Atores sociais da Política de Resíduos do município de João Pessoa (PB).....	106
Tabela 4 – Preço de materiais (média).....	129

LISTA DE SIGLAS

ACAMPAR - Associação de Catadores(as) de Material de Paratibe

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

ASCARE - Associação de Catadores(as) de Resíduos de João Pessoa

ASTRAMARE - Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CIISC - Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores(as) de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

COEP - Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

EMLUR – Empresa Municipal de Limpeza Urbana

EPI - Equipamentos de Proteção Individual

ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

FBB - Fundação Banco do Brasil

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FEES - Fórum Estadual de Economia Solidária

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICNPO - International Classification of Non-Profit Organizations

INCUBES - Incubadora de Empreendimentos Solidários

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp

ITECSOL - Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social

ITES - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento

M.A.U.S.S. - Movimento Anti-Utilitarista das Ciências Sociais

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MNCR - Movimento Nacional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NESOL - Núcleo de Extensão em Economia Solidária

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PACS - Políticas Alternativas para o Cone Sul

PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PB - Paraíba

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PMJP - Prefeitura Municipal de João Pessoa

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNSB - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

PRONACOOP - Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho

PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

RS - Rio Grande do Sul

SAL/MJ - Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento Territorial

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	16
1.1. A metodologia adotada na pesquisa.....	30
2 – TEORIA E DÁDIVA: DOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA À ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	39
2.1. A solidariedade ao longo dos tempos.....	41
2.2. A Dádiva no Antiutilitarismo e no Associativismo.....	50
2.3. As economias e a solidariedade: as múltiplas Dimensões da Dádiva.....	67
3 – COLETA SELETIVA E O TRABALHO ASSOCIATIVO DE CATADORES(AS): ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	80
3.1. Coleta seletiva e economia solidária: trajetórias convergentes.....	90
4 – ACORDO VERDE: POLÍTICA PÚBLICA DE RESÍDUOS O TRABALHO ASSOCIATIVO.....	98
4.1. A coleta seletiva de João Pessoa e o trabalho dos catadores(as).....	101
4.2. Perfil socioeconômico dos(as) catadores(as).....	111
4.2.1. Informações de gênero.....	112
4.2.2. Perfil Racial dos(as) Catadores (as).....	118
4.2.3. Instrução formal dos(as) catadores(as).....	120
4.2.4. Estado civil.....	122
4.2.5. Níveis de renda.....	123
5 – ATIVIDADES DE TRABALHO: RELATOS E IMPRESSÕES..	126
5.1. Expectativas e insatisfações.....	129
5.2. ASTRAMARE: História, especificidades e dádiva.....	132
5.3. A Associação Acordo Verde: história recente e dádiva.....	141
5.4. ASCARE.....	146
5.5. ACAMPAR.....	147
5.6. Cotidiano e condições de trabalho das associações.....	148
6 – TRABALHO, ASSOCIATIVISMO E DÁDIVA.....	154
6.1. A centralidade do Trabalho no associativismo.....	158
6.2. Dádiva e Associativismo.....	171
6.3. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e o associativismo.....	183
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	198

1. INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado se embasou no conceito da *Dádiva* de Marcel Mauss para estudar e analisar a experiência associativa de trabalhadores de materiais recicláveis na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, Brasil.

Decifrar e compreender as relações humanas e suas formas de organização sempre foram desafiantes aos cientistas sociais. A cada fenômeno social, a cada período da história, as relações e dinâmicas organizacionais humanas se tornam cada vez mais complexas. Com efeito, as formas de organização do trabalho são tão dinâmicas quanto as transformações provocadas pelo próprio curso da humanidade.

Considerando as formas de organização desde as sociedades pré-capitalistas até a primeira Revolução Industrial¹ na Europa do século XIX, o capitalismo perpetuou os “antagonismos de classes” cujo sistema produtivo apenas “estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas” (MARX e ENGELS, 2003, p. 26).

Apesar de ter alterado o modo e as relações de produção e de trabalho, o capitalismo não amenizou os conflitos de classe. Muito pelo contrário, pois se consolidou enquanto modelo hegemônico de produção, estabelecendo a lógica mercantil como regente das relações sociais, onde “o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção.”². A lógica acima exposta levou ao que Marx chamou de *Mais Valia*, “Forma capitalista da produção de mercadorias” (MARX, 1996). Valor excedente da mercadoria que advém do acréscimo do valor de uso de um produto, acrescido da força de trabalho (MARX, 1996). Processos voltados, prioritariamente, ao acúmulo de capital para a classe burguesa (MARX, [1867]; 1996). Isto, com efeito, acirrou ainda mais as relações sociais por meio da exploração dos trabalhadores que, embora tivessem se afastado

¹ “Na Inglaterra, por exemplo, a introdução do tear a vapor, passou a ser necessário talvez apenas metade de trabalho que anteriormente era necessário para transformar em tecido uma certa quantidade de fio”, provocando assim, grandes mudanças no tempo e nas relações de trabalho e produção. (MARX, [1867] 1996, p. 169).

² Em a Mercadoria, na obra O Capital Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap07.htm#t8>>, capítulo VII, seção 2.

das antigas formas feudais do modo de produção, passaram a sofrer, por parte dos capitalistas, novas formas de submissão e expropriação de sua força de trabalho.

Para David Harvey, em sua obra *A Condição Pós-moderna*³, o sistema de capital é, fundamentalmente, orientado para a expansão e a acumulação (PREVITALI, 2012), de modo que, em todas as suas fases, o capitalismo se pauta pela acumulação como centro e motor das coisas cujo sistema “cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessantemente e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (HARVEY, 2005, p. 43).

Desse modo, as cíclicas crises do capitalismo vêm gerando graves desastres humanos e ambientais impulsionados pelas inovações tecnológicas e formas organizacionais (HARVEY, 2011) que levam ao desemprego e à exploração do trabalhador, afetando, assim, todas as categorias de trabalhadores e setores da produção.

Ao longo dos anos 1960 do século XX, ocorreu a crise do modelo de produção industrial que era baseado no paradigma fordista/taylorista enquanto racionalização dos métodos e técnicas de produção do capitalismo (ALVES, 2007), o que impulsionou o processo mundial de reestruturação produtiva⁴ do capital, que teve como estágio mais recente, o avanço do modelo neoliberal de economia e a sua consequente financeirização⁵. Tal contexto de financeirização e as chamadas *flexibilizações* dos direitos trabalhistas levaram ao que se chama de “crise do trabalho”, como aquela que critica a centralidade do trabalho nas sociedades enquanto “criador de valores de uso, na sua dimensão concreta, como atividade vital” (ANTUNES, 2002, p. 113).

Em contraposição à tese de que o trabalho perdeu sua centralidade nas relações produtivas, Antunes defende que o trabalho nunca perderá sua centralidade enquanto base constitutiva das relações sociais do modelo capitalista, pois, cada vez mais, vem se valendo das “diversificadas formas de trabalho parcial

³ Obra escrita pelo geógrafo inglês David Harvey no ano de 1992 onde o autor fala das transformações do capitalismo financeiro.

⁴ Fases de inovações organizacionais, tecnológicas e sócio-metabólicas do capitalismo (ALVES, 2007).

⁵ Processo da economia global iniciado a partir da década de 1970 por meio das medidas econômicas de proteção do mercado financeiro por parte do Estado, atualmente chamadas de ‘austeridade’ lideradas pelas revoluções da Primeira Ministra Margareth Thatcher na Grã-Bretanha e o Presidente republicano Ronald Reagan nos Estados Unidos anos 1980, respectivamente.

ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista” (ANTUNES, 2002, p. 10).

Assim, na medida em que o capital se inova, os trabalhadores vêm sendo submetidos a novas formas de exploração, que criaram uma sociedade salarial baseada no “não-acabamento, na ambiguidade de alguns de seus efeitos, e o caráter contraditório de alguns outros” (CASTEL, 1998, p. 500).

Já nos anos 1970 do século passado, o processo de financeirização do capitalismo ganhou fôlego na economia global a partir das medidas econômicas lideradas pela primeira Ministra da Grã-Bretanha, Margareth Thatcher, e nos anos 1980, do então presidente republicano dos Estados Unidos, Ronald Reagan (SOUZA, 2009). Nessas décadas, houve uma intensa retomada das bases do liberalismo⁶, que intensificaram o papel do mercado sobre a economia global, renovando as forças do capitalismo, agora ancorado pela hegemonia do *neoliberalismo*⁷ aqui entendido enquanto teoria explicativa sobre

práticas de política econômica que afirma que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio (HARVEY, 2006, p. 2)

Neste contexto, desenvolveu-se o modelo de racionalização no qual a produção de massa significava consumo de massa (HARVEY, 1992), onde se percebeu que a dinâmica das relações de trabalho e os laços de afinidade sofreram grandes alterações (SENNETT, 1999), que, por sua vez, deram força ao modelo dito *flexível*. Tal modelo levou às incertezas e inconstâncias do emprego como resultado da inovação tecnológica nas indústrias, o que levou ao acirramento das desigualdades (HARVEY, 2006). Com efeito, as condições sociais foram agravadas pela precarização do trabalho moderno, que se caracteriza “pela intensificação (e a

⁶ Ideais de liberdade, livre iniciativa e direito à propriedade privada dos homens (LOCKE, 1978).

⁷ Retomada dos princípios do Liberalismo dando ênfase a não intervenção do Estado e à hegemonia dos mercados livres, dos direitos de propriedade privada, liberdade individual na economia global. (HARVEY, 2006).

ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho, pelo desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa” (ALVES, 2009, p. 189).

Em resposta à situação de desemprego estrutural⁸, as formas alternativas ao modelo capitalista de organização do trabalho e da produção, nascidas do setor informal⁹, tomaram maiores proporções a partir das décadas de 1980 e 1990, como iniciativas de geração de renda. Tais iniciativas, adotadas como formas de resistência e sobrevivência econômica e tendo como alicerces os princípios da autonomia das iniciativas coletivas, objetivando a descentralização e eficiência econômica que não são acolhidas pelos sistemas econômicos centralizados (SANTOS, 2002).

No cenário descrito acima, trabalhadores sujeitos à falta de empregos formais e de renda se uniram em busca de garantir seus postos de trabalho, criando formas associativistas ou cooperativistas de organização do trabalho. Tais formas visam à geração de renda e combate à crise acentuada pela reestruturação econômico-produtiva do capital, favorecendo o surgimento de associações, cooperativas e os *Empreendimentos Econômicos Solidários*, como sugere Gaiger (2004), resgatando os primeiros modelos associativistas iniciados já na Primeira Revolução Industrial e Revolução Francesa (SINGER, 2002), que visam “a busca de alternativas, perante os efeitos excludentes do capitalismo, a partir de teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária” (SANTOS, 2002, p. 1).

As experiências associativistas na França, mais precisamente após a Revolução Francesa, se concretizaram por meio de empreendimentos cuja produção e divisão dos lucros eram iguais ou proporcionalmente distribuídas entre os membros trabalhadores, que se organizaram em “reação à pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial” (SANTOS, 2002, p.1), tendo como

⁸ Provocada pelas transformações da estrutura da demanda e da produção e não apenas por conjunturas temporárias que denotam o desemprego conjuntural (GÉNÉREUX, 1995).

⁹ A expressão “setor informal” foi cunhada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) por meio do Relatório do Quênia, divulgado em 1972, o qual concluiu que, para além do desemprego, havia um significativo contingente de “trabalhadores pobres” ocupados em atividades sem registro, proteção e regulamentação públicos (OIT, 1972 in LUNA; OLIVEIRA, 2011).

prática econômica o cooperativismo inspirado nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade e equidade, onde

os princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital, por igual, em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER, 2002 p. 10)

Deste modo, as experiências de associações ou cooperativas são, em sua concepção, diferentes dos empreendimentos empresariais tipicamente capitalistas em que os trabalhadores são submetidos a chefias e remunerados por meio de salários (geralmente baixos, para assegurar a mais-valia máxima) e sua produtividade é voltada para maximizar o lucro dos detentores dos meios de produção por meio da captura do excedente produtivo que fica retido pelos patrões (MARX, [1867], 1996). Podemos, grosso modo, dizer que essas são as características básicas de uma empresa tipicamente capitalista. Os empreendimentos solidários, em contrapartida, teriam suas motivações, princípios e objetivos bastante diferenciados dos modelos capitalistas (SINGER, 2002).

Neste sentido, as empresas capitalistas tradicionais praticam a exploração predatória de recursos naturais e humanos, impondo uma relação de *patrão X empregado* constituída de ordens hierárquicas, subordinação, obediência e dedicação à produção que objetiva, prioritariamente, gerar mais e mais lucratividade aos donos ou dirigentes da empresa.

Segundo Ignácio Gaiger, ao menos no campo teórico, os empreendimentos solidários são marcados por características que englobam:

- Autogestão e democracia por meio do controle e poder de decisão pelo conjunto dos associados;
- Participação de todos por meio de reuniões, assembleias e consultas;
- Igualitarismo, adotando-se critérios de remuneração pelo trabalho e divisão equitativa dos excedentes e benefícios;

- Cooperação por meio de relações de confiança e reciprocidade, Autossustentação buscando a viabilidade econômico-financeira, sem comprometimento do ambiente social e natural, Desenvolvimento Humano com a busca de formação da consciência e de educação integral e qualificação e;
- Responsabilidade social para alcançar a ética solidária. (GAIGER, 1999).

Assim, a ênfase do modelo de gestão de empreendimentos solidários reside nos princípios de Rochdale¹⁰ da

adesão voluntária e livre de seus membros; a gestão democrática; a participação econômica dos membros na criação e no controle do capital; a educação e a formação dos sócios; a intercooperação no sistema cooperativista. (LIMA, 2004, p. 47)

No que tange à intercooperação ou mútua cooperação, as relações entre membros participantes apresentam mecanismos e elementos de reciprocidade. Nesta perspectiva, Allain Caillé, por exemplo, faz menção à dádiva¹¹ enquanto mecanismo social de reciprocidade, advogando que ela se revela como prática fundamental entre grupos que buscam instituir experiências de reciprocidade e, por isto, se apresenta

para todos aqueles que desejem libertar-se das imposições da economia, quer tentando construir uma economia diferente, quer procurando um lugar distinto, para além da economia, impõe-se como uma evidência principal, como um recurso obrigatório (grifo meu). (CAILLÉ, 2009, p. 103)

Tendo o trabalho coletivo e a geração de renda como pontos cruciais para a organização associativista (MARTINS, 2005), a presença de uma lógica diferenciada da mera competição e produção orientada para o lucro dos donos da empresa

¹⁰ Princípios convencionados em 1895, em Genebra, quando foi criada a Aliança Cooperativa Internacional, que ratificou os princípios de Rochdale, “considerado como marco do movimento cooperativista com a criação em, 1844 na cidade de Rochdale, perto de Manchester, Inglaterra a primeira e mais reconhecida cooperativa de produção e consumo de operários têxteis.” (LIMA, 2004, p. 46)

¹¹ “tripla obrigação de dar, receber e devolver” (CAILLÉ, 2009, p. 104).

carece ser alicerçada em valores e comportamentos diferentes de funcionários. Assim, seja um associado ou um cooperativado, necessitará desenvolver outras referências sociais para criar, desenvolver e manter a sua associação ou cooperativa, visto que a sua produção e lucratividade se realiza na dimensão coletiva e proporcional entre todos os trabalhadores participantes.

Para analisarmos as experiências de associações de catadores na cidade de João Pessoa, recorremos ao contexto anteriormente descrito da crise no mundo do trabalho e aos pressupostos de um modelo teórico que se funda, essencialmente, nos laços sociais que se configuram a partir da *dádiva* e da reciprocidade (MAUSS, 1974), que serviu de modelo analítico e explicativo das economias das sociedades ditas primitivas, fundadas nas relações de reciprocidade.

Segundo Lanna (2000), a noção de dádiva é bem ampla, baseada na troca de presentes, favores, compromissos, promessas que motivam acordos, casamentos, negócios e funda todos os tipos possíveis de alianças, as quais fundamentam, antes mesmo das regras do Estado¹² ou do mercado, todos os tipos de relações sociais. Segundo o mesmo autor, Mauss considerava, também, os impostos em suas diferentes modalidades e mecanismos de redistribuição via Estado, uma relação fundada a partir da dádiva.

Assim, a perspectiva da Dádiva, formulada por Marcel Mauss em 1924, que se consolidou como crítica ao utilitarismo difundido como paradigma por Jeremy Benthan e Stuart Mill (CAILLÉ, 1998 *in* MARTINS, 2005), serve de inspiração teórica da presente investigação por propiciar diversas possibilidades de reflexão e interpretação das relações sociais, tentando romper com a perspectiva estruturalista das ciências sociais que se ampara nas funções e atuações do mercado e do Estado nas sociedades e buscando se fundamentar nos sentidos e significados das trocas e das ações sociais estabelecidas entre pessoas e coletividades.

Deste modo, seja numa associação¹³ ou cooperativa¹⁴, parece-nos que a organização social baseada em princípios solidários é motivada, primeiramente, pela

¹² O Estado aqui é entendido como propôs Poulantzas como “*uma relação de forças ou, mais precisamente, a condensação material de tal relacionamento entre as classes e as frações de classe (...)*” (POULANTZAS, 1978).

¹³ De acordo com o Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002), artigo 53 define que “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”.

necessidade comum de trabalhadores de não apenas garantir seus salários e empregos como numa empresa tipicamente capitalista, mas pela disposição destes em produzir coletivamente e dividir os lucros obtidos entre os membros de maneira cooperativa e adotando relações de reciprocidade onde os membros estabelecem entre si um contrato constituído de prestações e contraprestações. Para Philippe Chanial e Jean-louis Laville,

a associação é uma tradução em atos do princípio de solidariedade que se expressa pela referência a um bem comum, valorizando pertenças herdadas, no caso da solidariedade tradicional, ou pertenças construídas, no caso da solidariedade moderna filantrópica ou democrática. A criação associativa é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva. Em sentido genérico, incluindo tanto as formas jurídicas associativas, como as cooperativas e mutualistas, a associação pode ser abordada sociologicamente como um espaço que opera a passagem, graças a um encontro interpessoal, entre redes de socialidades primária e secundária, entre esferas privada e pública (CHANIAL; LAVILLE, 2009 p. 21).

Tomando as experiências de prática de associativismo, no Brasil, a coleta seletiva vem ganhando cada vez mais destaque na agenda das cidades da federação a partir da agenda ambiental, acrescida da questão da inclusão econômica e social dos catadores (as) enquanto trabalhadores. A atividade de catar e separar se revela uma atividade rentável, que forma uma verdadeira rede ou teia social interdependente, típica das sociedades modernas (ELIAS, 1970), visto que a cadeia produtiva de materiais recicláveis engloba uma rede de atividades produtivas e econômicas que envolve diferentes setores e agentes que, por sua vez, envolve catadores (as), produtores, consumidores e Estado.

Há que se refletir também sobre o fato da coleta seletiva não se restringir à separação e coleta de resíduos. Ela trata, também, da redução do consumo desenfreado para inibir a geração de descartáveis, do reaproveitamento e reciclagem de materiais que permeia diretamente a questão da valorização e do reconhecimento de trabalhadores espalhados por todo o país, mas ainda desamparados nos seus direitos sociais e trabalhistas.

¹⁴ Segundo a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 4º - As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades.

Segundo o Cempre — Compromisso Empresarial para a Reciclagem¹⁵ —, existiam, só no ano de 2010, cerca de um milhão de catadores de materiais recicláveis no Brasil. E, durante a realização da 1ª Conferência Temática Sobre Resíduos, em João Pessoa, no dia 03 de abril de 2014, a prefeitura informou que, à época, João Pessoa tinha uma média de 100 catadores organizados em associações e cerca de 300 em situação informal¹⁶.

Pela marginalidade na qual estão inseridos, estes trabalhadores possuem uma renda ínfima e estão submetidos a todos os tipos de adversidades provocadas pelo modelo capitalista de economia. Esta situação se caracteriza como grave do ponto de vista social em face do quadro de pobreza e situações de risco desses trabalhadores, o que também torna a questão muito complexa em suas relações e desdobramentos dos processos de sociabilização do meio urbano, das práticas de consumo, das formas de trabalho e da participação social.

Não seria difícil imaginar a complexidade das relações existentes em um modelo de trabalho e produção diferente do modelo mercantil hegemônico, dada a inerente característica de valorização dos laços de cooperação e mentalidade coletiva que tanto uma associação como uma cooperativa requerem. Tais laços requerem e ao mesmo tempo desdobram diversos tipos de simbolismos e significados nas relações entre os participantes daquele modelo de organização.

Do ponto de vista dos gestores de políticas públicas de resíduos, a articulação de forças de diversos setores sociais e econômicos é fundamental para propiciar e operar a Coleta Seletiva que vai além da gestão de resíduos, mas atenta-se para a dimensão social de sujeitos diretamente dependentes dos resíduos gerados, ante os interesses econômicos do setor produtivo e da força produtiva de trabalhadores excluídos socialmente.

Um dos paradoxos que nos instigam a investigar as relações sociais construídas em associações de catadores reside na necessidade de identificar a

¹⁵ O Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) é uma associação sem fins lucrativos, dedicada à promoção da reciclagem dentro do conceito de gerenciamento integrado do lixo. Fundado em 1992, o Cempre é mantido por empresas privadas de diversos setores. Fonte: http://www.cempre.org.br/cempre_institucional.php/acessado em 03/09/2014.

¹⁶ Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/sedes-e-emlur-promovem-a-1a-conferencia-tematica-sobre-residuos/>acessado em 03/09/2014.

ocorrência prévia ou não de laços solidários suficientemente consolidados entre os catadores para a criação, manutenção e organização de associações ou cooperativas, visto que as organizações solidárias de catadores no Brasil têm como amparo legal, além da PNRS¹⁷, o Decreto n.º 5.940/2006 que, juntos, trazem o trabalho autogestionado e coletivo das associações e cooperativas como modelos de geração de renda aos catadores por meio do trabalho associativo em políticas públicas de coleta seletiva nas cidades brasileiras.

No entanto, uma primeira impressão que tenho é que a proposta institucional por parte da Política Nacional de Resíduos, bem como do Decreto n.º 5.940 de 2006¹⁸, partem de pressupostos nem sempre factíveis ou aplicáveis à realidade concreta da experiência de vida dos catadores, que, dadas suas condições de precarização e exclusão de direitos, parecem possuir maiores dificuldades de imprimirem iniciativas de organizações do tipo solidárias.

É a partir do pressuposto acima que nos amparamos na necessidade de realizarmos uma reflexão sobre a viabilidade prática e efetiva de propostas associativistas enquanto formas de organização do trabalho de catadores, buscando compreender e identificar os tipos de laços sociais (DURKHEIM, 2004) que se configuram no funcionamento de associações de catadores.

Portanto, para identificar mecanismos e elementos da qualidade e alcance dos laços de solidariedade existentes no âmbito da experiência associativa em questão, torna-se necessário a identificação de princípios, objetivos e implementação do programa de Coleta Seletiva Acordo Verde e seus desdobramentos sociais.

Vale destacar que o projeto Acordo Verde, grosso modo, possui como objetivo, enquanto projeto de coleta seletiva municipal, promover uma gestão

¹⁷ Lei n.º 12.305 de 2012 - Art. 8.º - Dos Instrumentos - IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

¹⁸ Art. 3º requisitos: I - estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda; II - não possuam fins lucrativos; III - possuam infra-estrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e IV - apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

participativa e solidária dos resíduos, separados previamente pela população nas fontes geradoras, coletados pelo poder público (que deve prover toda a infraestrutura necessária) e selecionados¹⁹ por catadores organizados na forma associativa²⁰. Assim, o modelo de gestão do Acordo Verde propõe uma gestão tripartípe e compartilhada entre População, Governo, e Associações de Catadores.

Do ponto de vista político e da dimensão do trabalho, a proposta do projeto Acordo Verde apresenta um discurso institucional de promover a inclusão social de sujeitos marginalizados por meio do incentivo às relações solidárias entre catadores, no intuito de estimular a criação de associações, visando a alcançar melhorias na qualidade de trabalho e de vida desses trabalhadores.

Nesta perspectiva, a partir da crise no mundo do trabalho, da evidência do trabalho informal e das fragilidades de grupos sociais em situação de extrema pobreza, podemos nos perguntar: como trabalhadores na condição de catadores, por exemplo, poderiam se organizar na forma associativa? Para entendermos tal simulação, faz-se necessário compreendermos como se revela o cenário das políticas de saneamento e suas interfaces com o mundo do trabalho de catadores.

Podemos citar o modelo de organização de associações de catadores no Brasil que vem sendo relacionado, em grande parte, ao movimento da chamada Economia Solidária segundo autores como Arruda (1996), Gaiger (2004), Singer (2002; 2003), Santos (2002; 2005), França (1999; 2002; 2004) e Alves (2009), dentre outros autores. Esses estudiosos vêm abrindo espaço para a reflexão e interesse sobre as iniciativas de cooperativas como formas diversificadas de produção, em que se destacam as cooperativas e as mutualidades (SINGER; SOUZA, 2000 *in* SANTOS, 2002), buscando compreender o fenômeno social de movimentos associativistas como ações de resistência ao desemprego e à falta de renda, em busca da reconfiguração no trabalho ante às vicissitudes do Capital (SILVA *et al.*, 2004).

¹⁹ Vale destacar que, de acordo com a política do Acordo Verde, o trabalho dos catadores associados se divide entre coletar os materiais nas rotas determinadas pela prefeitura e separar os materiais dentro dos galpões. Tais atividades se diferem da prática de 'catar' de forma aleatória como faz a maioria dos catadores não associados da cidade.

²⁰ Fonte: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/emlur/coleta-seletiva/>> Acessado em: 03/09/2014.

Neste sentido, salientamos que os primeiros projetos de coleta seletiva das cidades brasileiras já possuíam, como forte característica, a atuação de associações e cooperativas de catadores (EIGENHEER, 1993). Tais trabalhadores vêm recorrendo aos modelos de autogestão e organização coletiva e, por isto, vêm incorporando o termo *solidário*, por conta das relações ditas solidárias, estabelecidas no modelo associativo e/ou cooperativo.

Com o advento da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a meta de extinguir os *lixões* e substituí-los por aterros sanitários em todas as cidades brasileiras até o ano de 2014 exigiu maior rigor na gestão de resíduos por parte do poder público — em especial, dos municípios. A lei também contribuiu para tornar mais sensível o debate e a discussão política, econômica e social no setor de resíduos, por trazer o trabalho de catadores à tona (uma das questões sociais mais fragilizadas).

Assim, o cenário político e social não só extrapola as questões restritas ao saneamento, mas torna obrigatória a reflexão sobre as relações existentes e sob que condições elas se dão, tentando vislumbrar o alcance de leis como o Acordo Verde, que vem incentivando a criação de associações de catadores no intuito de apontar um caminho de institucionalização, geração de renda e reconhecimento profissional do trabalho de catadores.

A relação entre coleta seletiva e associativismo no Brasil foi ainda mais reforçada com o surgimento do que o Decreto 5.940 de 2006 chama de *Coleta Seletiva Solidária*²¹, ou seja, a coleta seletiva que prevê a participação de catadores organizados em associações ou por princípios da Economia Solidária, atuando como receptores dos materiais recicláveis gerados por órgãos públicos.

A partir da preocupação em compreender os tipos de relações que podem ocorrer entre os(as) catadores(as) associados(as), o poder público e a sociedade, e dadas as condições de precarização do trabalho de catadores, a indagação central da pesquisa é:

²¹ Art. 2º - I - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

- Quais são os tipos de relações sociais que se desenvolvem entre catadores organizados na forma de associações frente às Políticas Públicas de Coleta Seletiva?

A indagação central gera outras indagações no que concerne à pré-existência de laços de solidariedade suficientemente consolidados que possam alicerçar as relações sociais entre catadores, proporcionando a criação de grupos conscientes e obstinados à formação e organização de entidades associativistas ou cooperativistas que dificilmente tornam-se sustentáveis sem possuir tais vínculos sociais de solidariedade e reciprocidade.

Assim, tentou-se compreender como surgiram as associações de catadores e como se dão os laços dos grupos e sujeitos envolvidos, buscando entender as relações que se estabelecem entre os mesmos e as diversas instituições envolvidas, tentando verificar como a implementação do projeto refletiu sobre tais aspectos, sobretudo no que se refere ao alcance de seus objetivos.

Neste cenário, a pesquisa de doutorado propôs como objetivo geral:

- Analisar a experiência associativista de catadores de materiais reciclados no âmbito da Política Acordo Verde na cidade de João Pessoa. Em especial, as relações sociais de solidariedade construídas entre os catadores membros das associações e entre estas e as demais instituições.

Partindo da preocupação em compreender as relações que se desenvolvem entre membros de associações e como estas se relacionam institucionalmente, os objetivos específicos consolidados nesta pesquisa ficaram estabelecidos da seguinte maneira:

- Compreender como se deu o histórico da criação e formação de associações de catadores no município de João Pessoa/PB;
- Identificar os tipos de relações sociais existentes entre os membros das associações e entre elas, os entes governamentais e a sociedade local;

- Verificar as consequências e os desdobramentos das experiências associativistas no trabalho e na organização dos catadores do município.

Vale compreender também a relação do tema com a questão do trabalho dos catadores que, como todos os trabalhadores, sofrem as vicissitudes do quadro de desemprego estrutural e da precarização do trabalho, intensificados com o avanço do capitalismo financeiro, cuja preocupação investigativa se reforça com a discussão da sustentabilidade ambiental. Tal contexto político e social sustenta a base instrumental para catadores (as) de todo o Brasil se mobilizarem, chegando a criar o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) em meados de 1999. O movimento vem se consolidando na luta pela inclusão e valorização social destes trabalhadores e por sua organização na forma de cooperativas e associações, visando criar postos permanentes de trabalho e geração de renda.

Dada a fragilidade social e econômica de grupos sociais como os catadores, são comuns os relatos de dependência de associações e cooperativas e de incentivos e apoio técnico e financeiro do poder público para que, efetivamente, tais experiências sejam exitosas e consigam sobreviver ao mercado. Tal complexidade social se torna um tema sociológico de relevância e interesse de investigação sobre as relações sociais que se estabelecem no processo de geração e tratamento de resíduos e suas interfaces com as políticas públicas de Resíduos.

Entretanto, se por um lado a Economia Solidária apregoada por seus defensores e é tratada como uma estratégia de luta e resistência por parte de trabalhadores unidos pelas mesmas condições de exclusão e desemprego estrutural, por outro lado há que se refletir e discutir sobre como nascem e se estabelecem os laços de solidariedade e reciprocidade entre indivíduos que, no caso de catadores, encontram-se em condições sociais altamente fragilizadas pela precarização do trabalho como formas de destruir os direitos sociais de trabalhadores, seja pelo aumento da jornada de trabalho, redução de salários, e toda sorte de supressão de garantias e direitos trabalhistas (ANTUNES, 2009).

Deve-se refletir, assim, como trabalhadores em tais condições seriam capazes de formar e criar unidades suficientemente coesas e organizadas para o exercício de formas associativistas de trabalho, nos moldes das primeiras iniciativas

de associativismo, baseadas em relações sociais preconizadas por princípios solidários. Há de se verificar se tais experiências tão somente não reproduzem o modelo capitalista na forma de trabalho precarizado.

Questiona-se, assim, se políticas pontuais como o Projeto Acordo Verde fomentam a criação de laços de solidariedade capazes de gerar a emancipação social de catadores ou se apenas reproduz o trabalho precarizado dentro das associações. Questiona-se qual é o espaço ou incentivo dado pela política pública de resíduos do município de João Pessoa para as formas associativas de organização do trabalho de catadores. Intriga-nos compreender se as experiências associativas do município têm sido usadas pelo governo municipal como enfrentamento da crise do emprego e se as experiências em curso têm alcançado sucesso em seus objetivos.

1.1. A metodologia adotada na pesquisa

A minha pesquisa foi de natureza qualitativa tendo como preocupações conhecer a realidade política e social dos grupos pesquisados (DEMO, 1995), mas também utilizando métodos quantitativos com o intuito de ampliar a visão sobre o objeto de estudo no processo de coleta seletiva de João Pessoa, particularmente catadoras e catadores de materiais recicláveis.

Assim, o método adotado pode ser classificado como uma pesquisa do tipo quali-quantitativa, pois reúne tanto técnicas qualitativas como a análise das opiniões de entrevistados, por exemplo, quanto técnicas de quantificação na forma de percentuais de alguns dados obtidos por meio de questionários (ALMEIDA; BETITO, 2010), reunindo assim, as duas formas de abordagem.

A pesquisa de campo foi iniciada em meados de agosto de 2011 e se estendeu até abril de 2012, quando sofreu uma suspensão temporária para proceder às primeiras análises e chegar à etapa de qualificação do projeto de pesquisa.

Antes da coleta de dados de campo, a pesquisa foi precedida por uma revisão bibliográfica que acabou por centrar-se em torno de quatro eixos temáticos:

- Coleta Seletiva e Marcos Legais do setor de resíduos sólidos e associativismo;
- Crise no mundo do trabalho;
- Associativismo e Antitutilitarismo;
- As perspectivas teóricas em torno da Economia Solidária e da dívida.

A partir das temáticas definidas, buscou-se encontrar uma interlocução entre os autores e constatar elementos para definir referências conceituais e norteadoras da pesquisa, que levaram a definir tais eixos como basilares no que se refere aos pressupostos teóricos e princípios de reflexão dos dados encontrados.

As principais técnicas e procedimentos de pesquisa adotados (e, por vezes, simultâneos) foram:

- Pesquisa bibliográfica dos temas acima elencados;
- Levantamento de documentos, reportagens, legislações e material escrito em livros, periódicos físicos e virtuais (*internet*) sobre coleta seletiva e trabalho de associações de catadores;
- Coleta de dados sobre resíduos e coleta seletiva;
- Observações e incursões *in loco* nas associações e instituições afins;
- Aplicação de Questionários;
- Realização de Entrevistas (gravadas e transcritas).

Após o levantamento e leitura da bibliografia voltada para questões dos laços de solidariedade nas relações de trabalho associativo, buscou-se embasar as reflexões sobre o tema e, ainda, dar suporte teórico à pesquisa e suas análises. Para tal, partiu-se para a coleta de dados de campo iniciada pela coleta de material empírico a partir de panfletos e *folders*, campanhas educativas de Coleta Seletiva junto à *internet* nos fóruns de discussão de Economia Solidária e temas relacionados às políticas de resíduos.

Também foram buscados materiais e informações preliminares junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa e suas secretarias, o que facilitou a participação em reuniões e atividades dos sujeitos envolvidos e de observações e conversas informais — incluindo aí os primeiros contatos com as associações de catadores(as).

A revisão bibliográfica buscou estabelecer uma linha teórica baseada nos pressupostos da Economia Solidária, procurando, primeiramente, suas relações com a teoria sociológica clássica e perseguindo o objetivo de encontrar conexões com os estudos estruturalistas sobre os laços sociais que permeavam as sociedades arcaicas, a partir da teoria sociológica clássica.

Num segundo momento, busquei fontes bibliográficas de autores da corrente de pensamento do *antiutilitarismo*, com o intuito de fundamentar melhor os princípios da Economia Solidária enquanto movimento social e resistência ao capital, por meio da contribuição dos autores que adotam a perspectiva do Movimento Antiutilitarista.

Finalmente, tentei formular uma confluência da Teoria da Dádiva de Marcel Mauss e o pensamento contemporâneo da corrente da Economia Solidária, visando explicar as formas associativas de organização social, embasando minha reflexão sobre as associações de catadores e como elas se relacionam socialmente.

Após delinear as temáticas e linhas teóricas a serem utilizadas na pesquisa, foi realizada uma coleta de artigos e estudos, objetivando reunir trabalhos científicos já realizados sobre resíduos sólidos, coleta seletiva e cooperativismo no Brasil e no mundo, junto a bibliotecas, arquivos institucionais e *internet*, selecionando artigos, livros, jornais, revistas, vídeos, atas de reunião, leis e reportagens, bem como trabalhos de área de políticas públicas de resíduos que se aplicassem à prática social e ao caráter solidário do trabalho da coleta seletiva. Nesta fase, os fóruns de discussão (virtuais e locais), a exemplo do Fórum Nacional de Economia Solidária (FBES) ou reuniões locais, além de arquivos e reuniões junto à Prefeitura e outras fontes institucionais, também foram utilizadas.

Após a revisão bibliográfica e coleta de material escrito, buscou-se identificar as cooperativas ou associações existentes na cidade de João Pessoa, os empresários da área de materiais recicláveis e os gestores do município, procurando investigar os principais atores envolvidos. Neste momento da pesquisa, foi bastante

oportuna a consulta aos Acervos e/ou Arquivos Técnicos da PMJP — Prefeitura Municipal de João Pessoa — e registros das associações, bem como conversas informais com sujeitos envolvidos com empresas e comerciantes que compram materiais recicláveis.

No caso do acervo técnico da PMJP, não ocorreram grandes dificuldades de acesso justamente por serem públicos, embora não houvesse um grande acervo de material disponível. Em contrapartida, no que se refere à coleta junto às empresas e comerciantes locais, o acesso a documentos ou informações precisas foi muito difícil, de modo que a consulta aos acervos de organizações privadas como empresas, sucateiros ou transportadores ficou prejudicada, já que nem todas as lideranças estavam dispostas a fornecer cópias de documentos nem informações.

Cabe aqui citar, por exemplo, que o acesso às instalações do Aterro Sanitário do município foi bastante dificultado, visto que elas se encontram dentro de uma propriedade particular, por conta de uma concessão feita entre a Prefeitura e uma empresa privada, a qual não permite a entrada de pessoas estranhas às suas atividades, de forma que fomos impedidos, por várias vezes, de entrevistar os catadores que lá atuam, mesmo tendo autorização verbal por parte do coordenador da Coleta Seletiva da autarquia municipal responsável pela gestão da política de resíduos da cidade.

Somente após autorização, por escrito, foi possível realizar a pesquisa de campo naquele local. Vale ressaltar que, apesar de ter sido impedida (na qualidade de pesquisadora) de entrar sem autorização formal, notei que caminhões de pequenos transportadores e sucateiros possuíam livre acesso ao Aterro, o que me gerou estranheza.

Na falta ou dificuldades de acessos, uma das táticas adotadas para poder observar e interagir com os grupos e sujeitos da pesquisa foi a participação em eventos realizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), bem como em reuniões das associações e entidades ligadas à atividade de coleta e reciclagem e, ainda, interagir com pessoas ligadas às redes de articulação política existentes, a exemplo da Rede de Lixo e Cidadania e do Fórum Estadual de Economia Solidária enquanto entidades/instâncias de articulação política identificadas. Tais ocasiões de interação e contatos foram importantes para alcançar uma aproximação com os

atores envolvidos por meio de aproximação com as próprias lideranças, conhecendo suas opiniões, expectativas e suas formas de organização e atuação e, aos poucos, conseguir coletar informações que me parecessem importantes para a pesquisa.

Os contatos realizados facilitaram o acesso aos *Núcleos de Coleta* ou os Galpões, inclusive, o galpão pertencente ao Aterro Sanitário, onde são realizadas as separações e triagens de materiais vindos dos caminhões de coleta de lixo da cidade, cujo material (este totalmente misturado) é separado por catadores associados que trabalham dentro do Aterro, com os quais tivemos várias oportunidades de conversas e de aplicação de questionários e, ainda, entrevistas gravadas com suas lideranças.

Também recorremos à realização de entrevistas com os gestores e responsáveis pela coleta no âmbito do poder público. Tais aproximações foram feitas sempre sob a explicação de que se tratava de uma pesquisa de doutorado para a Universidade Federal da Paraíba, cujas observações mais relevantes eram anotadas numa agenda ou em folhas avulso, adotadas como diário de campo.

Após levantamentos prévios, foi possível estabelecer uma amostragem para a pesquisa, a ser apresentada adiante, bem como elaborar um roteiro para as entrevistas e, ainda, um questionário de perguntas abertas e fechadas. Tais instrumentos foram aplicados inicialmente como pré-teste, com o intuito de testar a pertinência dos instrumentos e das questões.

A primeira entrevista, realizada em outubro de 2011 (transcrição anexa), com o Coordenador da Coleta Seletiva da EMLUR – Empresa Municipal de Limpeza Urbana –, foi produzida a partir de um questionário elaborado, em princípio, para ser aplicado junto aos gestores da coleta pública, mas que se revelou em um bom começo para amparar uma entrevista semiaberta, a qual vislumbrou outras perguntas, que enriqueceram o roteiro inicialmente elaborado. A partir desta primeira entrevista, chegou-se ao roteiro anexo, o qual foi utilizado em todas as entrevistas realizadas posteriormente.

Assim, a realização das entrevistas foi útil para conhecer e entender como se dão as realidades e os trabalhos dos envolvidos, procurando identificar um pouco dos seus discursos, assim como compreender como são as suas relações sociais, como se organizam, as dificuldades enfrentadas e as expectativas por eles

apontadas, cujos dados puderam subsidiar várias interpretações no que se refere aos aspectos práticos do cotidiano e do trabalho dos sujeitos, além de detectar elementos políticos de sua organização.

Após realizar conversas informais e estabelecer uma relação de proximidade e maior confiança com os(as) catadores(as), foi proposta a aplicação de um primeiro questionário com apenas cinco trabalhadores de cada cooperativa, a fim de testar a eficiência do instrumento e suas questões, as quais sofreram algumas alterações, sobretudo no detalhamento do mesmo.

O questionário tinha a intenção de traçar o perfil social dos trabalhadores, objetivando sua ampliação para a totalidade do grupo e, posteriormente, conduzir as entrevistas semiabertas que tinham a finalidade de apreender a percepção dos atores, buscando identificar onde se encaixariam os catadores(as) neste processo, bem como identificar os desdobramentos da política conduzida pelo poder público em seus trabalhos.

Pelo critério da acessibilidade, durante toda a pesquisa, foram aplicados 36 questionários, sendo 23 membros da associação ASTRAMARE e 13 membros da associação Acordo Verde.

Foram realizadas, também, três entrevistas, sendo uma com o Coordenador do Núcleo da Coleta Seletiva da Empresa Municipal de Limpeza Urbana, outra com o gestor do Galpão da Cidade Jardim Universitária e outra com a líder da associação Acordo Verde, cujas transcrições seguem anexas. Além das entrevistas, foram realizadas diversas conversas com os catadores cujo teor foi gravado em áudio ou registrado em notas de campo.

Dessa forma, foram inquiridas ou entrevistadas, como amostra de um universo de mais 130 associados atuantes diretos, 37 associados, dois gestores da EMLUR e uma catadora que é presidente de uma das associações, portanto, uma amostra de 36 catadores(as).

Os dados coletados propiciaram a elaboração de quadros analíticos, a exemplo da *Tabela 1 - PIB de 2012*, *Tabela 3 - Atores sociais da Política de Resíduos do município de João Pessoa/PB*, gráficos do perfil socioeconômico dos catadores associados, assim como a ilustração e análise da Cadeia Produtiva dos Materiais Recicláveis. Também foi possível identificar e demonstrar, na forma de

esquema, a metodologia adotada pelo Acordo Verde (Figuras 1 e 2), cujos dados serão detalhados mais adiante e que levaram a diversas outras análises a respeito das relações encontradas em campo.

Todas as técnicas acima explicitadas foram fundamentais para o entendimento de como funciona o processo de coleta de resíduos do município, tal como compreender como vem funcionando a sua política no setor, baseando-nos em dados os quais foram enriquecidos com a realização de visitas *in loco* aos Galpões de Triagem onde se dão a recepção e separação de resíduos. Tais visitas foram acompanhadas por registros fotográficos e apoiadas a um roteiro de observação e questionário para perguntas junto aos responsáveis pelo processo.

O avanço da pesquisa foi propiciado pela reunião dos procedimentos metodológicos acima relatados, fornecendo material empírico como a transcrição de entrevistas, registros fotográficos e fontes de registro como anotações de observações, Ajuda Memória e atas de reuniões que, juntos, ajudaram no registro das experiências vividas durante a pesquisa de campo.

A junção das técnicas adotadas serviu também para a compreensão da linguagem e de aspectos vivenciais dos pesquisados, fornecendo subsídios para apreender e gerar dados qualitativos e quantitativos confiáveis que pudessem embasar as minhas análises e finalizar a pesquisa.

Registra-se que as análises e reflexões feitas sobre o material coletado se embasaram na perspectiva teórica da pesquisa e na pesquisa empírica que primou pelo método qualitativo sobre a experiência dos(as) catadores(as) organizados(as) em associações de João Pessoa, partindo do resgate teórico da *Teoria da Dádiva*, de Marcel Mauss (e suas interpretações por parte dos clássicos da sociologia), até autores contemporâneos da chamada *Economia Solidária*, descritos no capítulo a seguir.

Dito isto, esta tese de doutorado está organizada em cinco capítulos, subdivididos em seções, tratando cada uma delas de aspectos importantes sobre o associativo investigado e por último, são apresentadas minhas considerações finais sobre a pesquisa realizada.

No segundo capítulo, intitulado *Teoria e Dádiva: Dos Clássicos da Sociologia à Economia Solidária*, apresento diversos aspectos da contribuição maussiana

sobre o conceito e ideia de *dádiva*. O capítulo está subdividido em três seções, sendo a primeira *A Solidariedade ao longo dos tempos*, iniciando a discussão sobre as relações entre o conceito *maussiano* da Dádiva e a teoria sociológica sob a ótica da abordagem da Dádiva de Marcel Mauss e seguidores. Em seguida, passamos para a seção *A Dádiva no Antiutilitarismo e no Associativismo*, onde busquei apontar as confluências entre a abordagem do Antiutilitarismo e os princípios do Associativismo, que apontam caminhos para a prática de valores da dádiva nos dias atuais. Na última seção do primeiro capítulo, apresento o item *As economias e a solidariedade: As múltiplas Dimensões da Dádiva*, em que abordamos os diferentes termos aplicados de economia aqui denominada de solidária, tais como a Economia Social, Popular, Terceiro Setor e Economia Solidária.

No terceiro capítulo, trago os antecedentes históricos da coleta seletiva e sua trajetória com o surgimento das associações de catadores, contemplando a descrição dos dados empíricos levantados durante a pesquisa de campo, com enfoque no conhecimento sobre a política de coleta seletiva da cidade de João Pessoa, incluindo os antecedentes históricos das associações pesquisadas. A coleta de dados se concentrou nas seguintes etapas:

- a) Levantamento de antecedentes históricos dos marcos jurídicos do associativismo e cooperativismo e trabalho associativista dos catadores;
- b) Levantamento de dados oficiais da geração de resíduos e coleta seletiva;
- c) Identificação e compreensão do Projeto Acordo Verde;
- d) Compreensão do Papel dos Catadores na Coleta Seletiva e a Organização na Forma Associativa;
- e) Identificação dos atores sociais envolvidos;
- f) Aplicação de Questionários;
- g) Elaboração do perfil socioeconômico dos catadores;
- h) Realização de entrevistas com lideranças;
- i) Compilação dos dados coletados;

- j) Análise de dados;
- k) Elaboração da tese.

No quarto capítulo, *Acordo Verde: caminhos para uma política pública de resíduos na cidade de João Pessoa/PB*, e suas seções, apresento a descrição e análise sobre a criação das associações de catadores, trazendo o desenho da política de resíduos do município, o perfil socioeconômicos dos catadores(as), bem como um panorama dos atores sociais envolvidos no processo de coleta seletiva de João Pessoa.

No quinto capítulo, *Atividades de Trabalho: Relatos e impressões*, apresento a descrição detalhada dos dados de campo no que se referem às especificidades de cada associação pesquisada, demonstrando as atividades de trabalho de cada associação.

No sexto e último capítulo, após deter as principais informações de campo, são apresentadas, com maior enfoque na perspectiva teórica apresentada no primeiro capítulo e as minhas análises e reflexões alcançadas a partir de todos os levantamentos realizados. Neste último capítulo intitulado *TRABALHO, ASSOCIATIVISMO E DÁDIVA*, busquei trazer minhas conclusões gerais sobre a pesquisa desenvolvida, remetendo-a aos estudos maussianos, em busca de estabelecer a relação entre a dádiva e as práticas em associações.

Por fim, são apresentadas minhas considerações finais sobre a experiência associativa, a centralidade do trabalho e a dádiva como elementos interligados, apontando a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para a questão do associativismo.

A seguir, passamos a apresentar minha reflexão teórica que baseou toda a minha pesquisa.

2. TEORIA E DÁDIVA: DOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo, apresento os pressupostos teóricos que embasaram a pesquisa, explicitando o conceito da dádiva e suas interpretações, segundo estudiosos da obra de Mauss, a partir da análise *durkheimiana* sobre a solidariedade. O capítulo está subdividido em três seções. A primeira sessão, *A Solidariedade ao longo dos tempos*, inicia a discussão sobre as relações entre a Teoria da Dádiva e a Teoria sociológica sob a ótica da abordagem da Dádiva de Marcel Mauss e seguidores.

Em seguida, passo para a seção A Dádiva no Antiutilitarismo e no Associativismo, onde busco apontar as confluências entre a abordagem do Antiutilitarismo e os princípios do Associativismo, que apontam caminhos para a prática de valores da dádiva nos dias atuais. Na última seção, apresento o item As economias e a solidariedade: As múltiplas Dimensões da Dádiva, em que abordo os diferentes termos aplicados de economia aqui denominada de solidária, tais como a Economia Social, Popular, Terceiro Setor e Economia Solidária.

Com o intuito de analisar teoricamente as relações que se dão no âmbito de experiências associativas e suas implicações nas relações de trabalho, produção e organização social, busquei analisar referências teóricas sobre o associativismo (CHANIAL; LAVILLE, 2009), perseguindo definições e conceitos afins como solidariedade (DURKHEIM, 2004), reciprocidade e cooperação (MAUSS, 1974), e diferentes formas de trocas mútuas sociais que, de alguma forma, remetem-se a experiências de compromissos, alianças, acordos (MAUSS, 1974) e uma série de ações sociais exercidas por sujeitos inseridos em contextos coletivos.

Para desenvolver uma reflexão dessa natureza, percebi que, além de questões trabalho e produção, seria necessário entender as motivações, simbolismo e significados das realidades sociais de sujeitos imbuídos em se organizarem em modelos associativos. Dessa forma, entendo que o sentimento comum, a moral (DURKHEIM, 2000) coletiva dos participantes deveria nos sinalizar condições e expressões sociais que nos apontassem caminhos de reflexão e compreensão sobre o fenômeno social do associativismo e deter, assim, exemplos conceituais afeitos ao

associativismo para obter parâmetros explicativos ou interpretativos em estudos de experiências associativistas.

Deste modo, parti da ideia de que precisaríamos lançar mão de um referencial analítico que envolvesse aspectos relacionados à natureza social das ações de solidariedade e reciprocidade, tendo como ponto de partida, o conceito de *Dádiva* proposto pelo francês Marcel Mauss em sua renomada obra *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, publicada pela primeira vez em 1924.

A obra de Mauss trata das trocas ocorridas em sociedades tratadas como primitivas. O autor deixou valiosa contribuição, influenciando fortemente a reflexão e os estudos sobre as relações sociais de trabalho e produção em sociedades pré-capitalistas, apontando, assim, formas não mercantis de organização social, diferenciadas do modelo capitalista. Também contribuiu para a compreensão de como essas formas se desenvolveram, ora em paralelo, ora em resistência ou, ainda, em concomitância com a evolução e consolidação do capitalismo enquanto modo hegemônico de produção.

Analisaremos, aqui, como o conceito da *Dádiva* se revela como categoria de análise, articulando-se com outras categorias da teoria social, e apresentaremos como tal conceito se desdobrou em diversos outros tipos de interpretações e classificações sobre as quais diferentes autores se debruçaram e desenvolveram seus modelos interpretativos de dádiva e respectivas variações conceituais. Desta forma, as reflexões apresentadas neste capítulo buscam uma contextualização sobre a *dádiva* como elemento fundante do trabalho associativo, que permeia aspectos da solidariedade, da reciprocidade e das relações sociais do tipo mutualistas (PROUDHON, 1848 *in* RAMOS, 2011), (DEFOURNY, 2009) e de trabalho em experiências associativistas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2009), (SINGER, 2003), (LECHAT, 2004).

Dessa maneira, iniciamos a discussão sobre a *dádiva* partindo da noção de solidariedade de Durkheim, analisada por Mauss, traçando paralelos entre as ideias dos dois autores e a teoria sociológica clássica, buscando chegar até as experiências atuais de solidariedade.

Na segunda seção do presente capítulo, tentei apresentar algumas reflexões sobre solidariedade e economia, amparadas em dois conceitos: Associativismo e Antitutilitarismo, procurando o viés entre os dois conceitos e a *dádiva* de Mauss.

Na terceira seção, falaremos das experiências e dos diferentes termos de economia aqui denominada de *solidária*, tais como a de Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular, Terceiro Setor e outras terminologias afins, buscando alcançar uma determinação de terminologias para a melhor compreensão de processos de associativismo, mutualismos e cooperativismo que no Brasil têm sido tratados no campo da Economia Solidária com o intuito de compreender as suas contribuições teóricas e identificar os elementos congruentes com a abordagem da *dádiva*.

2.1. A Solidariedade ao longo dos tempos

Iniciando minha discussão sobre as relações entre a Teoria da Dádiva e a Teoria Clássica da Sociologia, parti do pensamento de Émile Durkheim, que, no final do século XIX, objetivava, claramente, estabelecer e sistematizar uma nova ciência positiva voltada aos estudos dos homens organizados em sociedade, centrando sua análise nas relações entre *indivíduos e sociedade*. Analisando as estruturas sociais, desejava diferenciar o objeto de estudo das ciências sociais das demais ciências, lançando mão do positivismo comtiano²² como método, com o mesmo rigor científico que os cientistas na natureza adotavam (DURKHEIM, 2000). Nasce daí, inclusive, uma de suas principais argumentações para legitimar o estudo das sociedades enquanto ciência autônoma da filosofia, da psicologia ou das ciências exatas.

Durkheim defendia ser possível estudar os fenômenos ou comportamentos sociais separadamente dos demais ramos do conhecimento de forma objetiva, neutra e empírica. Assim, adotando critérios científicos objetivos e empíricos, Durkheim propôs o conceito do *fato social*, tratando este conceito como um conjunto

²² Corrente de pensamento proposta por Augusto Comte e John Stuart Mill baseada nos critérios de objetividade e neutralidade científicas.

de sistemas, crenças, ações e práticas sociais, cujos estudos teriam o intuito de explicar, cientificamente, a sociedade, sua estrutura e funcionamento (DURKHEIM, 2000).

Para explicar a organização social, Durkheim estabeleceu dois tipos de sociedades que chamou de solidárias: A Solidariedade Mecânica e a Orgânica (DURKHEIM, 2004). A primeira, a Solidariedade Mecânica, típica das sociedades pré-capitalistas ou também chamadas de arcaicas, caracterizava-se pela semelhança entre os indivíduos e pela força da consciência coletiva sobre as consciências individuais.

Já a Solidariedade Orgânica, comum no capitalismo moderno industrial, se caracterizaria exatamente pelo contrário, ou seja, pela diferenciação entre as consciências individuais, os indivíduos e grupos sociais cujo consenso, necessário por conta das diferenciações, é o principal elo de coesão social, revelado pela divisão do trabalho na sociedade.

Segundo Durkheim, na Solidariedade Orgânica, os indivíduos não se ligam nem se organizam porque se assemelham, mas porque são diferentes nas suas funções sociais e necessários e interdependentes em suas diferenças — a analogia estabelecida era com o organismo: assim como os órgãos de um ser vivo que exercem e trabalham, cada um, por força da exterioridade e da coercividade do conjunto do corpo (orgânico), a partir da sua função para o funcionamento do todo social e, portanto, pelo consenso social voltado para a estrutura.

Vale destacar que a visão de consenso social por meio da Divisão do Trabalho Social é bastante distinta da de Marx, por exemplo, que via a sociedade constituída pelo conflito entre classes sociais. É também mais distante de George Simmel e Max Weber, por exemplo, pois estes conferem um papel mais ativo e diferenciado do indivíduo a partir do sentido que este atribui ao seu mundo concreto e às ações sociais através dos processos de sociação, desfocando, assim, da ideia de *consenso* em direção à ideia processual de *sociabilidade* ou da disputa, no caso de Marx. Em todos estes autores, a noção de “consenso” de Durkheim não aparece de forma tão pacífica, sistêmica e orgânica.

A divisão de funções da Solidariedade Orgânica proposta por Durkheim seria regida pela consciência coletiva, alicerçada por uma moral constituída por um

conjunto de crenças e de sentidos comuns entre os membros de uma mesma sociedade, que, mesmo marcados por suas diferenciadas funções, forma “um sistema determinado que tem sua vida própria” (DURKHEIM, 2004, p. 50).

Seja na Solidariedade Mecânica ou na Solidariedade Orgânica, para Durkheim, a coletividade imperava sobre o indivíduo, exercendo uma primazia do coletivo sobre o indivíduo. A partir desta concepção coletivista onde indivíduos, em regra, estabelecem laços de solidariedade para viverem numa sociedade de forma sistêmica, podemos inferir que a noção de solidariedade de Durkheim está fortemente relacionada com os laços sociais existentes entre os indivíduos e sobretudo à sua noção de coesão social.

Segundo Durkheim, é a coesão social que permite a constituição do conjunto da sociedade, devendo, assim, ser interpretada enquanto fato social que se revela pelo conjunto de regras, sistemas, crenças, ações e práticas sociais alicerçadas por uma moral vigente (DURKHEIM, 2004), semelhantemente à noção de *Dádiva* de Marcel Mauss, que concebeu a solidariedade entre os indivíduos a partir do dever moral da prática de dar, receber e retribuir.

Assim, observamos que a noção de solidariedade de Durkheim se aproxima bastante da noção de *Dádiva* proposta pelo sobrinho e colaborador Marcel Mauss, visto que ambos concebem as relações sociais a partir dos laços sociais criados e entre os indivíduos e visto que tais laços são apoiados numa regra geral vigente que, no caso de Mauss, seria a dádiva ou o dom, segundo alguns autores (GODELIER, 2001; BOURDIEU, 1996).

Marcel Mauss, como foi dito antes, propôs ampliar a noção de *fato social* de Durkheim para *fato social total*, em sua obra *Ensaio Sobre a Dádiva*, publicada em 1924-1925, na qual compilou dados etnográficos de Bronislaw Malinowski, Franz Boas, Radcliffe Brown, dentre outros, sobre costumes, mitologia e instituições na Polinésia, nas Ilhas Samoa, na Melanésia (Ilha de Trobriand), noroeste dos EUA, China e outras sociedades não capitalistas (LANNA, 2000).

Assim, a dádiva seria um fato social total, encerrando formas e modos de agir, sentir, pensar, interpretar, constituir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo em virtude do qual se lhe impõem (DURKHEIM, 2004), inserindo um sistema de dádiva que estabelece a tripla ação de dar, receber e retribuir,

desencadeando uma série de ações sociais que carregam a mesma simbologia (MAUSS, 1974). Mauss defendeu a tese de que a essência das relações sociais e o princípio ontológico de qualquer sociabilidade se daria pela *Dádiva*. Mauss definia dádiva de forma ampla: “inclui não só presentes como também visitas, festas, comunhões, esmolas, heranças, um sem número, de “prestações” enfim – prestações que podem ser “totais” ou “agonísticas”²³ (MAUSS, 1983, p. 147).

Portanto, para Mauss, a vida social é constituída por uma constante relação de dar e receber, o que implica em amplos e profundos laços de *reciprocidade*, onde algo do doador, segundo classificação nativa, vai junto com a coisa dada, ou onde ocorre uma identificação entre a coisa dada e o espírito do doador como princípio explicativo das transações (SIGAUD, 1999), tornando-se uma “obrigação” a retribuição regida moralmente e de forma universal nem sempre pacífica como se imagina.

Para Mauss, algumas trocas seriam privilégio das chefias como, por exemplo, receber tributo, pois da chefia emanariam valores que se generalizariam para o conjunto da sociedade. Viria daí a sua ideia de que os tributos também são formas de reciprocidade assimétrica e hierárquica entre o Estado e a sociedade (LANNA, 2000). Este tipo de privilégio do Estado estaria fundamentado na lógica onde as lideranças teriam o poder de ditar determinadas regras à parcela hierarquicamente inferior.

Marcos Lanna fala em *dívida divina*, seguindo-se a perspectiva de Marcel Mauss na qual se destaca o entrelaçamento entre os aspectos econômicos e religiosos que, no caso brasileiro,

pode ser descrita nos seguintes fatos: a) a dívida divina pode ser retribuída com trabalho; b) a devoção não é apenas um fenômeno religioso, podendo se manifestar sob a forma de fidelidade política, por exemplo; c) os hierarquicamente inferiores podem minimizar o “endividamento permanente” por eles incorrido através da devoção religiosa, ou por outra, é apenas nesta esfera que a reciprocidade pode ser plenamente estabelecida, já que é nesta esfera que se estabelece a relação original. (LANNA, 2004, p. 26)

²³ O termo é de Marcel Mauss (1974) utilizado para definir as relações coletivas. Segundo Caillé, são relações de *rivalidade pela dádiva; rivalidade agonística dos parceiros; interessada e desinteressada, a condição da aliança e da amizade* (CAILLÉ, 1998).

Lanna aponta, portanto, os caminhos da compreensão do que Mauss chamava de relações assimétricas, em que a dádiva se dá por relações conflitantes, por competição ou por diversas formas onde as posições dos sujeitos são eminentemente desiguais, restando, evidentemente, as assimetrias sociais da dádiva. Lanna lembra, então, que a dádiva pode se dar por meio de relações de patrimonialistas (HOLANDA, 1973; FAORO, 1958) ou clientelistas (CARVALHO, 1999; FILHO, 2007).

Neste sentido, traçamos um paralelo com o pensamento marxista. Segundo Karl Marx, a classe dominante burguesa teria o poder de suplantar leis genéricas como a lógica do dinheiro, da mercadoria ou do salário para o proletário e do lucro para o capitalista (MARX; ENGELS, 2000). Assim, em ambas as perspectivas, marxista (sociedade capitalista) e maussiana (sociedades arcaicas), há princípios de assimetria e hierarquização, além de uma moral que irradia das chefias e do Estado.

Obviamente, na visão de Marx, tal relação hierárquica de poder é um forte sinal da expropriação do trabalho que gera as relações de conflito entre capitalista e trabalhador. Mauss se restringe a reconhecer a assimetria das relações de poder, concentrando-se nos significados das trocas que explicariam, inclusive, as disputas sociais existentes e não somente elas.

Mas, voltando para a noção de *Dádiva* como explicação das relações sociais, Mauss entendia, como anunciamos anteriormente, até mesmo os tributos, as homenagens, os acordos políticos e comerciais também como formas de presente ou de dádiva. O Estado, nesta concepção, pode ser visto como uma centralização de circuitos de presente ou do *dom*, assim como o mercado também pode ser visto como um circuito de *dádivas* (LANNA, 2012) que se revelam também como obrigações. Segundo Marcos Lanna, para a teoria maussinana,

não só o Estado, mas também o mercado deve ser visto como transformações históricas e lógica da dádiva (...) O que é muito mais interessante é entender o fato de que os circuitos de commodities não só têm circuitos de presentes ao redor e paralelo a eles, mas são eles mesmos feitos de circuitos de presentes. Podemos, portanto, descrever presentes em torno de qualquer bolsa de valores (...), mas seria mais importante para descrever etnograficamente trocas de ações ao redor do mundo, em termos de circuitos de presente. Como disse Mauss, de presentes, produtos podem ser objetos, bem como a

reputação, títulos, imagens, músicas, visitas, serviços, danças e assim por diante. (LANNA, 2012, p. 04).

Esta perspectiva de que as relações sociais são fundadas na dádiva ou no *dom* contido nas relações de trocas que firmam laços de reciprocidade entre os indivíduos nos indicam que a explicação das relações por meio da Dádiva não significa dizer que sejam essencialmente pacíficas ou baseadas exclusivamente na generosidade. Muito pelo contrário, se há troca, há pontos de desequilíbrio a serem pacificados ou equacionados pela troca para mediar interesses mútuos e, se há interesses mútuos, há reciprocidade.

O compromisso de retribuir também pode ser entendido por Bourdieu a partir da noção de *habitus*, definido como um sistema de disposições adquiridas via instituições da sociedade, revelando-se

em um investimento permanente em instituições que, como a troca de dons, produzem e reproduzem a confiança e, de modo mais profundo, a confiança no fato de que a confiança, isto é, a generosidade, a virtude, privada ou cívica, será recompensada. Ninguém ignora, de fato, a lógica da troca (BOURDIEU, 1996, p. 8).

A confiança que, na modernidade de Anthony Giddens, "cimenta" as relações sociais e reproduz a confiança nas relações (GIDDENS, 1991) é tratada de forma diferente na perspectiva de Mauss, concebida da ideia de aliança, que implica obrigações de reciprocidade.

Na interpretação de Bourdieu, por exemplo, a dádiva se revela como uma construção concebida a partir da "obrigação" (contextualizada no *habitus*) de dar e receber, sendo, portanto, estabelecida de forma contraditória e ambígua, gerando o que chamou de *contradom* (BOURDIEU, 1996).

Bourdieu observa o caráter paradoxal da Dádiva e, dentro de sua perspectiva de *campo* enquanto "espaço em que ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais" (ROSA, 2010, p. 1), e *habitus* que funcionaria como um esquema de ação, de percepção e de reflexão, que está presente no corpo e na mente – como em posturas e gestos" (ROSA, 2010, p. 2), percebe que a Dádiva

permeia a generosidade, ao mesmo tempo em que opera o compromisso da retribuição. Assim, para Bourdieu,

O caráter primordial da experiência do dom é, sem dúvida, sua ambigüidade: de um lado, essa experiência é (ou pretende ser) vivida como rejeição do interesse, do cálculo egoísta, como exaltação da generosidade, do dom gratuito e sem retribuição; de outro, nunca exclui completamente a consciência da lógica da troca, nem mesmo a confissão de pulsões recalçadas ou, por *éclairs*, a denúncia de uma outra verdade, denegada, da troca generosa, seu caráter impositivo e custoso (“o presente é uma infelicidade”). (BOURDIEU, 1996, p.7).

Assim, o que se mostra imprescindível, fundamental, é que, antes de haver utilidade em algo e haver alguma relação de interesse econômico, antes de incorporarmos os sentidos de trabalho, produção e consumo advindos do capitalismo, antes de se observar qualquer tipo de relação fundamentada ou motivada por razões materiais, econômicas, políticas, financeiras ou comerciais, Maus e Durkheim nos ensinaram que a razão fundamental das relações sociais reside na moral que, para Mauss, fundamenta-se, essencialmente, na dádiva e suas múltiplas dimensões sociais de dar, receber e retribuir.

No que tange ao pensamento sobre o capitalismo e suas implicações, por exemplo, Marx, juntamente com Engels, analisou o capitalismo e partiu para a crítica ao pensamento hegeliano dominante na filosofia alemã do século XVIII e aos pressupostos do Estado Liberal proposto pelos contratualistas²⁴. Juntos, Marx e Engels basearam-se na dialética (diálogo com foco na contraposição e contradição de ideias enquanto método para interpretar o capitalismo, e tomaram o materialismo histórico (construção do real como consequência das produções concretas das sociedades ao longo da história)) como perspectiva de interpretação e análise. Nesta concepção marxiana, *os conflitos ou lutas das classes sociais* aparecem como foco do estudo sobre o capitalismo e suas contradições na sociedade industrial.

Assim, Marx e Engels conceberam uma teoria geral da sociedade baseada nas contradições do capitalismo e nos conflitos entre as forças produtivas entre os detentores do capital (classe dominante) e os trabalhadores (proletariado). Tal

²⁴ Na concepção de Jonh Locke na obra *Dois Tratados sobre o Governo*, 1690.

conflito levaria, inevitavelmente, ao colapso do modelo capitalista por meio da revolução proletariada e da extinção do Estado rumo ao comunismo (MARX; ENGELS, 1848).

Não obstante as críticas atuais sobre a interpretação de Marx quanto ao destino do capitalismo, é inegável seu mérito no estudo sistemático que realizou sobre a *mercadoria*, as trocas baseadas no mercado liberal que, para Marx, pareciam promover formas alienadas de trabalho, escondendo, por meio do *fetichismo*, a não valorização do trabalho empregado.

Por sua vez, espelhando-se nas sociedades pré-capitalistas e pela perspectiva da “moral da reciprocidade”, Mauss ainda enxergava na “*mercadoria*” das sociedades capitalistas a materialidade do *sentido* de trocas entre os indivíduos nas relações produtivas e sociais. Talvez, por isto mesmo, a visão weberiana ou simmeliana tivesse mais relação com a Teoria da Dádiva de Mauss do que a teoria marxista, no que concerne aos significados, visto que aquelas também levam mais em conta os *sentidos* dados pelos indivíduos a todas as suas ações.

Assim, para Mauss, os propósitos, fins ou sentidos das trocas, sejam eles de competição, aliança ou afirmação é que dariam os reais significados para as relações de troca em qualquer tipo de sociedade e não só nas capitalistas. Portanto, a Dádiva ou o *Dom* também seriam um tipo de *sociação*²⁵, uma *forma* de “mútua determinação e interação dos elementos pelos quais se constrói uma unidade”, buscando “entender que o ser humano, em toda a sua essência e em todas as suas expressões, é determinado pelo fato de que vive interativamente” (SIMMEL, 1917 *in* TEJERA; HAUSSEN, 2009, p. 359).

As aproximações teóricas da dádiva se verificam em Marx também, que, ao fazer seu estudo detalhado da mercadoria, demonstrou o que achava crucial: o acúmulo de capital para a classe burguesa está diretamente ligado ao que chamou de “Mais Valia”, ou seja, a parcela de trabalho do trabalhador não paga, não contemplada por seu salário (MARX, 1867, p. 27-32). Marx tentou evidenciar que a grandeza do valor de uma mercadoria é o *tempo de trabalho empregado*; que há uma relação inversamente proporcional entre mercadoria e trabalho.

²⁵ De acordo com Simmel (1917).

Assim, Marx chegou ao que chamou de *fetichização da mercadoria*, na qual não se revela o grande segredo da grandeza de valor da mercadoria, o trabalho. Este, alienado ou não reconhecido e devidamente valorizado, mas atribuído a um valor de mercado liberal, que é estabelecido pelo burguês que incentiva o consumo de bens que iriam "iludir" a satisfação do trabalhador alienado que consome não pelo valor de uso da mercadoria, mas por seu valor de mercado (ou por ele estabelecido).

As pessoas, então, estariam dispostas a comprar mercadorias não por sua utilidade nem compreendendo a força de trabalho nelas empregada, mas prevalecendo o valor de troca estabelecido pelo mercado, onde impera a ideia de quantidade no plano de consumo (quanto mais, melhor), pautado pelo preço imposto pelo seu encantamento. Compramos não só para satisfazer minhas necessidades, mas cristalizamos valores e relações sociais de troca, mergulhados num mundo onde "toda a magia e a fantasmagoria que enevoam os produtos de trabalho" (MARX, 1996, p. 2001) nos fazem dependentes deles. Este é o papel do consumidor e do trabalhador para manter a "lógica" do lucro.

Poderíamos nos perguntar: mas onde estaria a *dádiva* proposta por Mauss na lógica liberal de mercado? Como ela poderia resistir aos ditames do capital? Marx muito bem nos explicou a natureza conflitante e desigual do capitalismo, assim como Bentham e Mill desenvolveram reflexões sobre a característica utilitarista presente no modo de produção capitalista que se tornou hegemônico, sobretudo com a consolidação do mercado mundial por meio da globalização, mais claramente percebida no século XX. Não é preciso pormenorizar que tal processo de globalização do capital trouxe toda a força da *fetichização* e da ideia utilitarista disseminada nas relações sociais modernas.

As desigualdades provocadas pelo mercado liberal foram intensificadas pelo desemprego estrutural gerado não só pelas sucessivas crises capitalistas, tão características, mas também pela automação e pela especulação financeira da fase neoliberal do capitalismo. Em contrapartida ao acirramento da exclusão e da desigualdade social e como forma de resistência ao modelo utilitarista vigente, movimentos como o M.A.U.S.S. - Movimento Anti-Utilitarista das Ciências Sociais, surgido em 1981 (MARTINS, 2002), que se propõe a difundir as ideias antiutilitaristas numa perspectiva universal —, daquilo que o próprio Mauss chamou

de tripla obrigação de *dar, receber e devolver*, ou na obrigação social da generosidade, segundo Caillé. (CAILLÉ *in* HESPANHA *et al.*, 2009) – e também grupos que incentivam a criação de cooperativas e associações de trabalhadores procuram se organizar e parecem retomar os valores de solidariedade e reciprocidade como forma de resistência aos intempérios do capital.

O que me parece claro é que, ao mesmo tempo em que os valores do liberalismo e seu individualismo baseados na corrida pela propriedade privada²⁶ e pelo fetichismo da mercadoria²⁷ se intensificam e se revelam nas medidas de austeridade para o enfrentamento da crise financeira europeia, por exemplo, vemos, em contrapartida, a retomada de ideias de oposição às premissas liberais capitalistas e, aqui, a noção de solidariedade, de dádiva, de troca, de mútuas obrigações parecem tomar novo fôlego, sobretudo na virada dos séculos XX e XXI.

Na medida em que o capitalismo financeiro parece sucumbir-se às suas próprias contradições, desencadeando novos problemas sociais provocados por suas constantes e típicas crises, cada vez maiores, seus valores são colocados em cheque novamente, provocando reações de enfrentamento por parte dos indivíduos e grupos sociais que buscam novos sentidos às suas existências e formas de organização, ora em resistência, ora em adaptação ao modo capitalista.

2.2. A Dádiva no Antiutilitarismo e no Associativismo

Nesta seção, busquei apontar as contribuições do Antiutilitarismo desde suas primeiras abordagens e suas confluências com a Dádiva e com os princípios do Associativismo. Meu ponto de partida são as análises do sociólogo francês Allain Caillé (2001; 2009), que vem se dedicando aos estudos sobre a dádiva, com base na crítica ao utilitarismo.

Também recorremos aos estudos de outros adeptos do M.A.U.S.S., como os sociólogos franceses Philippe Chaniel (2004; 2009) e Jean-Louis Laville (2001;

²⁶ A partir das ideias de John Locke.

²⁷ Segundo o *Capital* de Karl Marx, 1867.

2009), tentando articular o pensamento Antiutilitarista com os princípios do Associativismo, visto que tais princípios coadunam com o antiutilitarismo enquanto corrente de pensamento e o associativismo enquanto prática social, revelando, assim, a proximidade entre ambos.

De início, parti da observação de que uma das grandes contribuições de Marcel Mauss foi ter rompido e ultrapassado a visão da Sociologia tradicional de interpretação das ações humanas a partir do conceito do *homo economicus*²⁸ (MARTINS, 2005), na medida em que Mauss ampara a sua análise sobre as relações sociais de maneira muito mais complexa e múltipla, indo, assim, muito além das relações meramente econômicas, uma vez que a tripla ação da dádiva implica em sentidos e significados bem mais complexos e diversos que as meras trocas mercantis.

Mauss extrapola a visão utilitarista em que a produção e aquisição de bens materiais se tornam fundamentais para garantir a felicidade dos homens, na qual suas relações estão basicamente voltadas para prover uma estrutura tal que garanta a constante reprodução de espaços e condições de trabalho e produção para o que considera-se bem estar ancorado nas relações econômicas, pois estas seriam essenciais para mover a sociedade onde se alicerça o conceito de *homo economicus*, tão disseminado e internalizado pelo capitalismo.

Até mesmo o pensamento marxista incorporou o termo, já que via no modo econômico o único estado concreto das coisas onde a sociedade nada mais era que a superestrutura da economia (CAILLÉ in HESPANHA *et al.*, 2009). Assim, mesmo criticando o capitalismo e sua íntima relação com a ética utilitarista, Marx também se amparava no conceito de *homo economicus* como entendimento teórico social sobre o homem, o que não o impediu de construir, ao seu modo, uma crítica antiutilitarista em sua essência, considerando a sua inegável contribuição por meio de sua crítica à economia política burguesa (CAILLÉ in HESPANHA *et al.*, 2009).

Para entendermos os fundamentos da crítica antiutilitarista, é preciso buscarmos os princípios do próprio utilitarismo. John Locke já afirmava, em 1689,

²⁸ Conceito que adota a premissa de que o homem é, eminentemente, voltado e motivado socialmente pelas atividades econômicas. Daí o termo *homo economicus* ter sido apropriado pela Teoria Econômica e também pelas Ciências Sociais.

em seu *Segundo Tratado do Governo Civil*, que, desde os primórdios humanos, já existia uma esfera de sociabilidade entre eles, amparada no mundo da economia (GRESPLAN, 2002). Tal tese embasou teorias como a do *homo economicus*, teoria da escolha racional, racionalidade, instrumental, individualismo metodológico, utilitarismo, *homo economicus* e teoria econômica clássica (GODBOUT, 1998).

Com efeito, as ideias do *utilitarismo* difundido por meio do pensamento formulado pelos ingleses Jeremy Bentham e John Stuart Mill, que comungavam do princípio de que as ações do homem se fundam essencialmente pela ideia utilitária do bem estar ou da felicidade do indivíduo, contribuiu para o enraizamento do conceito do *homo economicus*, visto que o pensamento utilitarista coaduna com a concepção de que as ações humanas se baseiam, se fundam e se justificam pela busca incessante do homem de alcançar o bem estar de maneira individual, amparando-se em relações de interesse e busca do bem estar, sendo consideradas virtuosas aquelas que atingissem o maior número de pessoas.

Para (GODBOUT, 1998), considerado um dos representantes teóricos do M.A.U.S.S, o utilitarismo é um “privilegio paradigmático” nas ciências sociais, onde prevalecem as “preferências” e a “otimização” dos indivíduos concentrados na busca pela “felicidade” em que se cristalizou o esquema *fins-meios* postulado por Bentham, cuja ideia acabou por basear toda a racionalidade instrumental da ciência moderna. Entretanto, para Godbout, os meios contaminam o fim justamente porque todo esse modelo enfrenta a dificuldade em distinguir os fins dos meios, quando, ao serem confundidos, ocorre o fenômeno onde “o meio contamina o fim, e assim o transforma em produto mercantil” (GODBOUT, 1998, p. 3).

Assim, a busca pela “felicidade”, inicialmente tida como fim, confunde-se com os meios praticados, diluída nas práticas sociais racionalizadas a partir dos interesses dos indivíduos (preferências e otimização dos interesses), amparadas na lógica do alcance da felicidade nem sempre condizente à realidade, pois estão sujeitas a diferentes elementos humanos que extrapolam tal racionalidade utilitarista, pois, para Godbout:

O esquema da escolha racional, que parece tão óbvio, na verdade não costuma corresponder à realidade das decisões. Ele não leva em conta o fato de que os meios e os fins influenciam uns aos outros

permanentemente, sob o efeito das emoções, dos sentimentos, e dos resultados de uma ação prévia. (GODBOUT, 1998, p. 4).

Numa mesma linha de crítica à capacidade explicativa do utilitarismo sobre a sociedade, Caillé apresenta dois tipos de proposta para defini-lo, sendo uma de cunho teórico, que está amparada na ideia de que a ação humana e social resulta dos cálculos racionais (na maioria egoístas) de sujeitos interessados e uma outra proposta de cunho normativo, em que consideram-se justas ou virtuosas as normas ou leis que busquem maximizar a felicidade dos sujeitos (CAILLÉ, 2001).

O autor distingue três registros do utilitarismo: o utilitarismo prático, que se refere aos estigmas dos calculadores, classificados pelo autor entre sofisticado, vulgar e economicista; o utilitarismo teórico, cuja hipótese é a de que os homens são efetivamente sujeitos egoístas, independentes e calculistas; e, finalmente, o do utilitarismo normativo ou filosófico, onde o justo ou virtuoso é o que contribui para a maximização da felicidade de todos ou do maior número possível de sujeitos (CAILLÉ, 2001). Entretanto, para o autor, tal tese não se sustenta, na medida em que, para o próprio Caillé, o termo *antiutilitarismo* surgiu como que por acaso, para homenagear Marcel Mauss, entendendo-se utilitarismo simplesmente como economismo, criticando-o a partir das ideias de Marcel Mauss e de Karl Polanyi (CAILLÉ, 2001). Em termos de definição, Caillé ensinou que o antiutilitarismo pode ser entendido como movimento ou corrente de pensamento “por oposição à Economia e à Ciência Econômica dominantes e à cristalização e condensação de práticas, visão de mundo e filosofia utilitaristas” (CAILLÉ, 2009, p. 16). Assim, o antiutilitarismo nasce, conceitualmente, com a própria crítica ao modo capitalista de produção e de suas concepções utilitaristas e liberais, buscando romper com os seus princípios e se fortalecendo enquanto movimento intelectual desde 1981.

Deste modo, segundo os apontamentos da corrente antiutilitarista, os sucessores de Mauss, como Karl Polanyi e Maurice Godelier, debruçaram-se sobre os estudos de trocas entre sociedades pré-capitalistas amparados na ideia de reciprocidade das relações sociais e alçaram reflexões para muito além das relações econômicas cujas ideias foram e são fortemente difundidas pelo pensamento crítico ao utilitarismo.

Com a perspectiva de analisar outras formas de trocas além daquelas consideradas mercantis e de compreender relações sociais baseadas em sentidos diversos da lógica capitalista predominante, foi durante um colóquio sobre o *Dom*, no Centro Thomas-Moore, em Arbresle, próximo à Lyon, na França, que, em 1981, o sociólogo francês Alain Caillé, juntamente com o suíço e antropólogo Gérald Berthoud, perplexos pelo discurso utilitarista predominante nos estudos e discussões apresentados, evidenciaram o chamado *cálculo do interesse* (CAILLÉ, 1998), prevalecendo sobre os trabalhos acadêmicos da época.

Assim, a constante crítica à perspectiva utilitarista do capitalismo tomou fôlego em 1981, surgindo como um verdadeiro movimento intelectual de vanguarda, baseando-se na resistência e sendo intitulado de Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S), propondo-se a difundir ideias antiutilitaristas como franca oposição ao utilitarismo. Tal movimento se consolidou por meio das respeitadas publicações do Boletim do MAUSS a partir de 1982 que, mais tarde, foi rebatizado de *Revista do MAUSS*, em 1986, e, por último, M.A.U.S.S.

Encontrando os fundamentos teóricos confluentes com as ideias não econômicas sobre as relações sociais, nos estudos e pensamento *mausseanos*, a publicação do M.A.U.S.S passou a se dedicar em divulgar parte das análises de Marcel Mauss sobre as relações de troca e os laços de solidariedade e reciprocidade de sociedades pré-capitalistas, no intuito de entender a base das relações dos indivíduos em sociedade para além do capital. Os textos divulgados levaram a discussões férteis sobre a relação entre o modelo analítico de Mauss baseado na Tripla ação de dar, receber e retribuir, que acabou por difundir o que hoje se conhece por a Teoria da Dádiva, que vem contribuindo para a reflexão dos paradigmas sociológicos da vida social e suas mais variadas correntes e tradições, desde as sociedades arcaicas até a modernidade.

Para Caillé, “o cerne do debate que reserva muitas surpresas polariza-se entre egoísmo e altruísmo” (CAILLÉ *in* HESPANHA *et al.*, 2009, p. 17), onde, na interpretação da maioria dos sociólogos, prevalecem os interesses egoístas. As discussões sobre a dádiva, trazidas pelos antiutilitaristas, centram-se na perspectiva de que a obrigação envolvida nas relações de troca seria carregada de sentidos dados pelos indivíduos, unidos por laços sociais que vão muito além das muralhas das estruturas sociais (embora estas influenciem fortemente) e das intempéries do

mercado pós-industrial. Isto nos dá fortes motivos para considerar e tratar a *Teoria da Dádiva* como uma teoria de reciprocidade, aberta e ambivalente de leitura não-estruturalista, pois ela não nega a linguística estrutural, mas dela se distancia do tratamento tradicional estruturalista ao realçar, no vínculo social, um paradoxo entre a regra e a espontaneidade, entre a liberdade e a obrigação (MARTINS, 2008).

Por se abrir à liberdade e à criatividade do sujeito social, essa visão não-estruturalista é também antiutilitarista, revelando-se como um recurso explicativo importante para a crítica dos discursos que reduzem os motivos da ação social a um utilitarismo material - o interesse econômico no caso do mercado - ou a um utilitarismo normativo - o respeito incondicional à norma no caso de sistemas estatais tecnocráticos. Na perspectiva aqui assinalada, o dom aparece como uma alternativa a esses dois paradigmas tipicamente modernos, o do mercado e o do Estado. (MARTINS, 2008, p.106,).

Contrariamente às críticas formuladas por abordagens marxistas, por exemplo, a Teoria da Dádiva também não pode ser considerada apenas como uma abordagem herdeira do pensamento durkheimiano que influenciou o estruturalismo francês tradicional e, ainda, que ancora suas análises muito mais no funcionamento da ordem vigente que na crítica a ela. Pelo contrário, a dádiva também o critica, ao tentar ir além dela, e esta é uma das razões fundamentais do antiutilitarismo ter se identificado tanto com a dádiva como modelo interpretativo da realidade social. O que queremos argumentar é que analisar as relações de troca para além do mercado capitalista foi exatamente a maneira que Mauss encontrou para criticá-lo, assim como os fazem os antiutilitaristas.

A perspectiva da dádiva nos permite uma análise sociológica que abre caminho para a compreensão das expressões e fenômenos sociais não explicáveis pelas regras do mercado nem pelas estruturas do Estado, visto que

O sentido sociológico da dádiva quebra a fé sobre a dicotomia da ação planificadora do Estado e do movimento espontâneo do mercado, para introduzir a idéia da ação social surgida em condições de doação, confiança e solidariedade, não-explicáveis pelo interesse individual ou pela burocracia estatal, e sim, pelo paradoxo do dom. (MELLO, 2005, p. 141)

Portanto, ao verificar que as relações de sociedades tradicionais se davam por meio de laços de reciprocidade baseados numa moral de tripla obrigação de *dar*,

receber e devolver ou na obrigação social da *generosidade* de Caillé, Mauss abriu um caminho para o entendimento de outras perspectivas de valor. Estudando as obrigações sociais, as formas de mediação de conflitos, de regras de competição e convivência e de valores e símbolos sociais, demonstraram que o mercado não era o regente, mas apenas mais um componente das trocas que levam a reciprocidade em todas as relações sociais. Desta forma, não é o mercado quem dita, pois há muito mais elementos que influenciam e explicam as motivações e ações sociais.

Para Mauss, quando dou algo, abro um precedente lógico para também receber; do mesmo modo que, quando recebo, coloco-me na obrigação de retribuir. Esta lógica estaria presente na base das relações, sendo uma forma de “prestação total”. Segundo Mauss, uma forma “evoluída” de “prestação total” seria o *potlatch* dos índios da costa noroeste da América do Norte, onde chefes, representando diferentes “linhagens”, competem entre si, oferecendo mutuamente quantidades cada vez maiores de bens. “Ganha” o chefe mais generoso. No *potlatch*, a troca estabelece uma forma de rivalidade e chega até mesmo a substituir a guerra, em que vence quem dá ou destrói mais bens.

Os *Kulas*, membros das culturas das ilhas melanésias, adotavam por exemplo, os *vaygu’a* trobriandeses, braceletes e colares como os objetos mais valiosos que eram trocados entre as ilhas em situações especiais. O casamento também envolveria uma série de dádivas entre grupos aliados por meio da dádiva da mulher que desencadeia toda uma rede familiar de obrigações em torno da doação. Nestas relações, “o doador tem uma ascendência sobre o beneficiário” (Mauss, 1974, p. 54).

Assim, a perspectiva antiutilitarista inspirada nos estudos de Mauss propõe uma real inversão, a adoção de uma outra moral ou outra forma de produzir, trabalhar, vender, tratando tais práticas como doação e reciprocidade, tentando dessa forma resistir à ditadura do capital. Seria isto realmente possível?

Mauss abriu a oportunidade de enxergarmos outras lógicas que não a do mercado, as quais podemos vislumbrar, e aí reside seu encontro, mesmo que tortuoso, com Marx. Se Marx viu no socialismo e no comunismo a possibilidade de romper com o capital e os ditames do seu mercado e os conflitos por ele gerados, Mauss preferiu o caminho das alianças socialmente construídas e já vividas pelas

sociedades pré-capitalistas. Não sabemos que caminho seria mais utópico ou realístico, a intempestividade de uma revolução proletária ou um retorno a modelos arcaicos de organização. De todo modo, não podemos negar que tanto a crítica ao capital quanto o entendimento das relações para além do mercado nos levam a refletir para além dele e para o que ele não conseguiu atender em termos de direitos sociais, políticos e econômicos.

Devemos entender, também, que alguns aspectos não considerados por Marx e outros teóricos foram enaltecidos por Mauss, no que se refere às relações de dar e receber. Mauss percebeu que tais relações são dotadas de sentidos culturais e que implicam em obrigações e em deveres *morais*, tendo na moral da reciprocidade seu alicerce – e não nas relações de produção como acreditava Marx e seus seguidores. Assim, antes de buscarmos a felicidade, a satisfação de interesses, existe uma motivação anterior que, para Mauss, é “a obrigação de dar, de mostrar-se generoso diante dos outros; que a hipótese do *homo donator* é, portanto, tão plausível quanto a do *homo economicus*” (GODBOUT, 2000; CAILLÉ in HESPANHA *et al.*, 2009, p. 19). A lógica de dar, receber e retribuir traz sentimentos e concepções morais de conduta e ética que despertam ações essencialmente *solidárias* e coletivas.

Assim, inferimos que há um componente muito presente e constante nas relações baseadas na dádiva, evidenciando um princípio que me parece fundamental, a saber: a *solidariedade*. É exatamente este princípio, este elemento que faz a ponte interpretativa das ações sociais que não se explicam apenas pela lógica do mercado do *homo economicus*, mas concentram elementos fundamentais de interação e que evidenciam a dimensão coletiva das ações em sobreposição às interpretações de cunho individuais, como aponta o utilitarismo. Nesta perspectiva, a solidariedade enquanto princípio se encontra como ponto comum entre a interpretação antiutilitarista da dádiva e se revela em práticas sociais de cunho associativista. Assim, percebi o associativismo como um dos claros exemplos de prática social baseada na solidariedade, que se traduz em diferentes tipos de dádivas, como tentaremos demonstrar.

Para Chanial e Laville, a experiência associativa é um claro exemplo de aplicação de atos de solidariedade expressos a um bem ou bens comuns que podem ser herdados como o que eles chamam de *solidariedade tradicional*, ou bens ou interesses coletivamente construídos, no caso da *solidariedade moderna*

filantrópica ou democrática (HESPANHA *et al.*, 2009). O associativismo, então, está fundado no sentimento coletivo voltado para a defesa de um bem comum. Tal sentimento parece estar centrado exatamente no princípio da solidariedade que se traduz em práticas de reciprocidade, obedecendo à regra sistematizada por Mauss, onde o ato de dar gera a expectativa de receber e de retribuir, nas suas mais variadas formas de expressão.

Para Laville, em termos sociológicos, a associação pode ser considerada como um espaço operado por meio de encontros interpessoais e entre redes de socialidades embasadas no laço social e político da solidariedade (HESPANHA *et al.*, 2009).

Segundo Chaniel e Laville, a solidariedade deve ser tratada como um princípio de ação coletiva independente, visto que as interpretações utilitaristas do associativismo não conseguem esgotar suas nuances. Os autores lembram que a escola francesa constituiu a Associação como paradigma para pensar e reformar a sociedade a partir do socialismo francês, também chamado de associacionista pelos autores, que teve como precursores Saint-Simon, Fourier e seus discípulos. Saint-Simon fala em fortalecer os sentimentos e laços que devem unir os homens e chega a citar a Associação Universal – a Associação como princípio de uma reorganização da sociedade no sentido político e social. Para Chaniel e Laville, é por meio do

envolvimento em tais relações de associação que o indivíduo poderá desenvolver livremente cada uma de suas faculdades, realizar-se como indivíduo social, articulando solidariedade e autogoverno, dádiva e engajamento cívico, o associacionismo convida-nos a identificar o ideal democrático com o modelo de uma sociedade liberada de toda forma de servidão, principalmente aquela das forças do mercado, como a estatal. Essa sociedade é, em suma, isenta de dominação. (CHANIAL; LAVILLE *in* HESPANHA *et al.*, 2009, p. 25)

São inegáveis as várias vertentes explicativas que definem a associação sob diversas abordagens: pelos estudos da democracia, estudos culturais, políticos, econômicos, da administração e dos movimentos sociais. Seja qual for a perspectiva teórica, o que percebi é que a solidariedade está quase sempre presente e expressa de diferentes formas e, muitas vezes, confundindo-se com outras formas de

organização social, como as cooperativas, que muito se aproximam pelos princípios solidários e coletivos.

Atualmente, as desigualdades acirradas pelo mercado liberal foram intensificadas pelo desemprego estrutural gerado não só pelas sucessivas crises capitalistas, tão características, mas também pela automação e pela especulação financeira da fase neoliberal do capitalismo. Em contrapartida, ao acirramento da exclusão e da desigualdade social e como forma de resistência ao modelo utilitarista vigente, movimentos como o M.A.U.S.S. e grupos que incentivam a criação de cooperativas e associações de trabalhadores procuram se organizar e parecem retomar os valores de solidariedade e reciprocidade como forma de resistência aos intempérios do capital.

O que me parece claro é que, ao mesmo tempo em que os valores do utilitarismo e seu discurso de felicidade, liberdade e individualidade, baseados na propriedade privada, confluentes com os princípios do liberalismo (LOCKE, 1978), intensificam-se e revelam-se nas medidas de austeridade para o enfrentamento da crise financeira europeia, por exemplo, vemos, em contrapartida e em reação, a retomada de ideias de oposição às premissas liberais capitalistas e, aqui, a noção de solidariedade, de dádiva, de troca, de mútuas obrigações, parecem tomar novo fôlego, sobretudo na virada dos séculos XX e XXI. Na medida em que o capitalismo financeiro parece sucumbir às suas próprias contradições, desencadeando novos problemas sociais provocados por suas constantes e típicas crises cada vez maiores, seus valores são colocados em cheque novamente, provocando reações de enfrentamento por parte dos indivíduos e grupos sociais que buscam novos sentidos às suas existências e formas de organização como as cooperativas:

As formas cooperativas de produção (...) a busca de alternativas, perante os efeitos excludentes do capitalismo, a partir de teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária (*grifo meu*) (SANTOS, 2002, p. 32).

Esta perspectiva de trabalho cooperativo e propriedade coletiva, baseada em laços sociais, distancia-se fortemente da lógica do mercado e aparece como forma de resistência ou de ruptura com o modelo hegemônico do capital (SANTOS, 2002), adequando-se tranquilamente aos pressupostos maussianos e antiutilitaristas em

direção, talvez, a um real socialismo, diferente daquele imprimido pelos *bolcheviques* da Revolução Russa de 1917, tão criticado por Mauss, que estava muito mais preocupado com as formas de organização baseadas na solidariedade e na reciprocidade em oposição ao contexto que ocorria no início do processo de industrialização.

No momento do surgimento das indústrias e do modelo fabril, nasciam as primeiras cooperativas de trabalhadores fundadas por volta de 1823, na França, onde havia operários que protestavam contra as condições desumanas de trabalho nas fábricas em que trabalhavam. Organizados coletivamente, decidiram, assim, fundar e administrar as suas próprias fábricas (BIRCHALL, 1997, p. 21 *in* SANTOS, 2002, p. 33). Tais experiências cooperativas deram origem às primeiras teorias sobre o associativismo contemporâneo, como veremos a seguir.

Por meio de um dos fundadores das primeiras comunidades cooperativas, mais ligadas à produção, na Inglaterra, Robert Owen ajudou a difundir a tradição intelectual cooperativa. Por meio da contribuição de Harold Laski, R. Tawney e G. Cole (MACFARLANE, 1998, p. 7, *in* SANTOS, 2002, p. 33), as ideias associativas na Inglaterra continuaram a desenvolver-se pelos séculos XIX e XX e, mais tarde, pelas mãos de Charles Fourier e de Pierre Proudhon, que inspiraram o estabelecimento das primeiras cooperativas de trabalhadores, ajudando a aquecer e estimular o debate sobre o associativismo e cooperativismo na modernidade.

De qualquer maneira, o que me parece relevante é, como nos alerta Boaventura Sousa Santos, o fato de que, desde as suas origens no século XIX, o pensamento associativista e cooperativista ter surgido e se consolidado a partir de experiências concretas e como alternativas a duas questões exaustivamente discutidas na Sociologia: o individualismo disseminado pelos liberais, que alimenta toda a discussão sobre a sua *autonomização*²⁹; e a naturalização do mercado e do capital. Dessas questões fundamentais, surgem todos os estudos e discussões sobre o estabelecimento de formas não capitalistas, a exemplo do socialismo centralizado *leninista* ou *stalinista*, tão criticado por seus opositores, em defesa de um Estado que propiciasse formas de organização políticas pluralistas e federalistas

²⁹ Do conceito marxista presente no *O Capital*, 1867.

(HIRST, 1994, p. 15, *in* SANTOS, 2002) e, portanto, mais descentralizado e democrático. A discussão sobre relações não capitalistas baseadas em laços de solidariedade e reciprocidade como a Teoria da Dádiva se insere exatamente no cerne de tais discussões tão caras à Sociologia.

Com o avanço do capitalismo industrial do século XX, o mundo assistiu à ascensão e queda do modelo *fordista e taylorista*, à Crise de 1929, às duas Grandes Guerras e à Guerra Fria, que trouxe a experiência do Socialismo do leste europeu e parte da Ásia, assim como em Cuba, na América.

Sobretudo após a derrocada do modelo socialista, a retomada dos valores liberais encontrou terreno fértil no campo da especulação financeira e, novamente, o mercado dita as regras do jogo em âmbito global, redimensionando e redesenhando o quadro mundial do capital – só que, agora, com a força da tecnologia e de sistemas informacionais em rede, remodelando, mais uma vez, a Divisão do Trabalho Social. Neste cenário, o que se vê, notadamente, é o acirramento das desigualdades sociais, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, requerendo, mais uma vez, o esforço da mobilização e ressignificação das relações de trabalho por parte do “indivíduo” e de atores sociais contemporâneos.

De maneira complementar e aparentemente contraditória (e só aparentemente), os movimentos associativistas e cooperativistas também se remodelam e procuram formas de sobreviver aos ditames do mercado global. Para se organizar, grupos sociais se apoiam exatamente nos laços de solidariedade existentes e por eles construídos pelas mais diversas circunstâncias, nas relações de reciprocidade desenvolvidas em suas histórias de vida, nos interesses mútuos de sobrevivência e necessidades, buscando romper com as estruturas hierárquicas que lhes aprisionam e excluem.

Assim, ressignificam suas atividades, criando e recriando cooperativas e associações (formais ou informais) para produzir e sobreviver. A este fenômeno de surgimento de milhares de cooperativas e associações que se baseiam, antes de tudo, na mútua cooperação, na autogestão e na propriedade e trabalho coletivo, muito similares àquelas do século XIX da França e Inglaterra, é que os teóricos contemporâneos, sobretudo aqueles alinhados à corrente antiutilitarista ou de caráter interdisciplinar, dão o nome de Economia Solidária ou Economia Social.

No campo acadêmico brasileiro, pensadores como Luiz Inácio Gaiger (2004), Paul Singer (2003), Paulo Lanna (2000), Genauto França (2004, 2006), Ricardo Antunes (2002, 2009), Giovanni Alves (1996) e outros a partir da década de 1990, trouxeram importantes discussões sobre os desdobramentos do capitalismo financeiro e global sobre o trabalho e, claro, sobre os trabalhadores. Além disso, alimentaram a discussão, defendendo ou criticando um novo conceito em economia e organização social que aparece sob o título de *Economia Solidária* no Brasil, *Economia Social* em países latino-americanos, *Economia do Bem Viver* no Canadá e, na Europa, como *Economia do Bem Comum* (LECHAT, 2004).

Inspirada nas experiências de resistência ao modelo hierárquico do capitalismo industrial na França e Inglaterra, por parte de cooperativas surgidas no início do século XIX, esta nova ética do trabalho e de produzir (diferente da capitalista) estaria baseada na autogestão e no associativismo/cooperativismo, onde trabalhadores se uniriam em prol de um empreendimento, adotando práticas de mútua cooperação, trabalho coletivo e organização horizontal, pois não haveria hierarquia entre os membros, sendo todos igualmente responsáveis pela produção e pela divisão das sobras, ou seja os ganhos obtidos após a cobertura de todas as dívidas contraídas pelo grupo, repartidos igualmente. (SINGER, 2002)

Portanto, não sealaria em chefias ou lucros, mas decisões coletivas e divisão das sobras da produção entre todos e, então, substituindo também o salário pela participação coletiva da produção, fazendo com que as relações se derivem da cooperação em lugar da competição. Note-se que estas premissas parecem revigorar a noção de troca, de reciprocidade, que trazem aliança (MAUSS, 1974), traçam a solidariedade (DURKHEIM, 2004), estabelecem formas de *sociação* (SIMMEL, 2006) por meio da *reciprocidade* (LÉVI-STRAUSS, 1982), todos conceitos e processos carregados de novos significados, sentidos ou ética (WEBER, 2004).

Para Singer, a Economia Solidária funciona, ainda, como “forma de luta direta contra a exclusão social” e como forma de resistência à “pobreza, desemprego e exploração” (SINGER, 1998, p. 112). Daí, podemos sentir a retomada do pensamento marxista no que concerne à luta dos trabalhadores por meio de sua organização e na tentativa de transformar sua condição social de excluído, desempregado ou explorado para uma posição de empreendedor, livre de chefia, do salário e delimitando autonomamente como, quando e quanto trabalhar.

Lembremos o que foi dito no início deste trabalho para o fato de que não discutirei aqui se estas expectativas da economia solidária são confirmadas ou consideradas efetivas em sua práxis, pois aqui estamos nos restringindo a discutir os seus aspectos puramente teóricos, tentando verificar suas relações com as teorias clássicas da Sociologia, restando tais análises para as pesquisas de campo que podem trazer evidências da possibilidade ou não de tais pressupostos teóricos se revelarem em experiências concretas, o que tentaremos verificar ao longo da pesquisa.

Para alimentar a discussão sobre a pertinência realística da Economia Solidária, o geólogo e economista Marcos Arruda, um dos colaboradores do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) – sim, tenho um “PAC” da Economia Solidária –, propõe um outro tipo de organização das relações produtivas, que não se baseia na competição, mas na cooperação e autogestão, apontando para uma “Globalização Cooperativa e de Auto-Desenvolvimento” (ARRUDA, 1996, p. 5), traçando caminhos para

acenar para uma globalização diferente, que se constrói de baixo para cima, e que se expande com base noutra lógica e noutro movimento: cresce a partir da concepção orgânica de noodiversidade³⁰ (*grifo meu*), tomando a eficiência do sistema orgânico como um todo como objetivo, buscando maximizar os potenciais de complementaridade, de sociabilidade e de irmandade entre as pessoas, as comunidades, as empresas em redes de relação e de intercâmbio a todos níveis (ARRUDA, 1996, p. 6)

Esta fala retrata a proximidade com os pressupostos de relações pautadas pelos laços de solidariedade entre os sujeitos, observados por Durkheim e Mauss, e não somente pela competição acirrada tipicamente capitalista. Coaduna também com o pensamento de cunho marxista, visto que preconiza uma verdadeira transformação e rompimento com a lógica capitalista da competição, substituindo-a pela cooperação e pela participação direta dos trabalhadores, dos indivíduos. Críticas ao componente utópico desta ideia à parte, tal fenômeno também se aproxima do que Boaventura Souza Santos chamaria de democratizar a democracia

³⁰ Termo alcinado por Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955) e compartilhado pelo autor Arruda enquanto esfera da consciência.

(SANTOS, 2005), dando lugar à participação efetiva de todas as camadas da sociedade e não apenas dos donos do capital.

Para sairmos da esfera meramente filosófica e partirmos para um exemplo prático, Santos lembra o sucesso de iniciativas cooperativas como o complexo de Mondragón no país Basco, Espanha, que, segundo ele, se dá a pelo menos quatro fatores:

- 1) os trabalhadores são donos e não empregados, por isto mais produtivos e competitivos no mercado;
- 2) a democracia participativa se concretiza no regime de autogestão;
- 3) por serem menores, as cooperativas possuem mais facilidade de interação com as demais, facilitando as trocas em redes e;
- 4) em rede, conseguem realizar a combinação de educação, ativismo, otimismo e democracia (SANTOS, 2002).

Percebi em experiências como as de Mondragón a retomada e aplicação real e concreta de valores, ideais e modelos de relações produtivas e sociais já pesquisadas e bem discutidas por meus clássicos sobre as sociedades pré-capitalistas, conforme demonstrado ao longo deste texto.

Isto posto, em meu embasamento teórico, recorreremos à análise das relações de trabalho dentro do pensamento da Economia Solidária buscando confluência com o pensamento teórico antiutilitarista e maussiano³¹, que se baseia nas relações de reciprocidade como pilar de uma organização de trabalho pautada nos princípios do associativismo e cooperativismo da atualidade.

No caso brasileiro, foi a partir da chamada “crise do trabalho” resultante do processo de financeirização da economia, da automação e do modelo especulativo global, que as formas alternativas de organização do trabalho e da produção da economia informal tomaram maiores proporções.

³¹ Do *Ensaio sobre a Dádiva* (Mauss, 1924).

A partir das décadas de setenta e oitenta, cooperativas de trabalho foram tomando formas de resistência e encontraram amparo ideológico e conceitual nos princípios da solidariedade e reciprocidades entre grupos de trabalhadores que buscavam se unir em busca de garantir a permanência de seus postos de trabalho. Tais formas visavam à geração de renda e combate à crise acentuada pela reestruturação econômico-produtiva do capital, trazendo o surgimento deste tipo de empresa chamado de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) (GAIGER, 2004). Gaigger frisa a diferença entre este tipo de empreendimento e aquele que também é gerado pelo trabalho coletivo, porém tem seu excedente produtivo retido por uma minoria dominante, tipicamente de uma empresa capitalista.

Para os pesquisadores da economia solidária, esta se coloca como resistência ao mercado capitalista e suas formas excludentes de trabalho, produção e consumo baseados apenas no lucro e na competição, mas criando um novo 'tipo de mercado' onde as relações de produção se estabeleça a partir dos laços de cooperação.

Apresentando uma preocupação filosófica e visão otimista, Arruda defende a “radicalização da democracia e a ética da cooperação solidária”, apontando o cooperativismo como modelo inovador e fruto de um “movimento de globalização da consciência humana, baseada numa ética superior” que “reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional” (ARRUDA, 1996, p. 27).

O autor defende o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projetos estratégicos que possam ser os meios mais adequados para a reestruturação da socioeconomia na nova era que se anuncia (ARRUDA, 1996, p. 4). Vislumbra, assim, um desenvolvimento que se articule do local para o regional e ao global. Arruda propõe, então, a substituição da *globalização competitiva* pela *globalização cooperativa* que não se trata da eliminação do mercado, mas da instauração de uma nova lógica pautada numa mudança cultural de valores, comportamento e relações (LECHAT, 2004).

A partir das reflexões acima demonstradas, pude ter uma percepção de como os pressupostos da chamada Economia Social ou Economia Solidária (no Brasil), advêm de relações pré-capitalistas e que vêm ganhando cada vez mais atenção dos pesquisadores modernos, no sentido de tentar explicar as origens de tais formas de

organização e de verificar a efetividade e pertinência de suas premissas em experiências concretas da atualidade, o que sugere a grande necessidade de realizar investigações no campo do trabalho, da economia e da produção na modernidade, enquanto temas tão caros à Sociologia.

Após as comparações e contradições apresentadas entre as ideias dos clássicos e contemporâneos da sociologia estruturalista e marxista, por meio dos conceitos e da discussão acima apresentada sobre a solidariedade, reciprocidade, mercado, trabalho, sociedade e indivíduos, esperamos ter contribuído um pouco mais para a constatação de que a Economia Solidária possui bases sociais, políticas e acadêmicas sólidas, aqui repousadas no berço da Sociologia.

A discussão aqui apresentada demonstra apenas uma das mais variadas possibilidades de análise teórica e epistemológica do tema que, aqui, prima pela Teoria da Dádiva, que nos deixa, ainda, o desafio de desenvolvê-la e explorá-la, não só na discussão teórica, mas para melhor fundamentá-la, também recorreremos às necessárias pesquisas de suas experiências concretas para vislumbrar e fustigar ações políticas concretas. Pesquisas que possam explicar e refletir sobre as mudanças sociais que assistimos e como a sociedade tem se comportado e se organizado em meio às sucessivas crises do capital e, também, como a ele tem reagido no constante e ambivalente movimento de adequação e resistência aos seus ditames.

É nesta perspectiva que fenômenos tão contemporâneos como a gestão de resíduos urbanos e o trabalho precarizado de catadores(as) nos chamam a atenção, pois reúnem diversos aspectos do constante jogo de afirmação e negação das forças do capital e da forma mercadológica de funcionamento da sociedade moderna, ao mesmo tempo em que assistimos a grupos de trabalhadores excluídos que começam a se organizar, se mobilizar e a demandar políticas públicas que os atendam e os contemplem em suas necessidades mais imediatas. Políticas que se atentem para o fato de que trabalhadores constroem laços locais de identidade, reciprocidade, confiança e aliança, se afirmando e fazendo frente ao poder público e toda a sociedade nas suas lutas políticas e sociais.

Teria Mauss acertado ao defender que as relações sociais são, acima de tudo, de solidariedade, de aliança e de reciprocidade? De que existiria uma “moral”

da generosidade e não da exploração e competição? Se partirmos do pressuposto de que a implementação de políticas públicas se dá, principalmente, a partir da pressão social e de que a organização social se dá antes do mercado, por seus laços de união e alianças políticas e sociais, podemos pensar que Mauss tinha bastante razão no que diz respeito às relações de reciprocidade. Afinal, mesmo nas relações de conflito e disputa, parece-nos muito claro que, no processo de luta política, os grupos que se unem, exatamente, pelos laços estabelecidos e pela pressão exercida pelo poder hegemônico. Como se daria a materialização das conquistas políticas de tais grupos nos dias atuais? Talvez as respostas mais imediatas seriam: políticas públicas sociais e mobilização social de trabalhadores.

2.3. As economias e a solidariedade: as múltiplas Dimensões da Dádiva

Como discuti anteriormente, a solidariedade é um elemento sempre presente, com maior ou menor força, nas relações sociais que apresentam características diversas do modelo hegemônico utilitarista e liberal. As características de relações solidárias explicam as várias dimensões de como seres humanos se relacionam a partir de aspectos não econômicos e traduzem a complexidade dos significados, motivações, sentidos e simbolismos presentes nas relações entre mulheres, homens, crianças e todas as denominações possíveis de atores sociais. O elemento da solidariedade nas suas dimensões assimétricas e hierárquicas³² explica como relações econômicas podem se dar fora da égide e controle do mercado e interesses apenas alicerçados na lógica do lucro, da acumulação e, sobretudo, da exploração da mão de obra do trabalhador.

Assim, para vários estudiosos, existem formas e experiências de modelos ou formas econômicas que se baseiam em outras lógicas, como aquelas voltadas para a mútua colaboração, a coletividade, a repartição igualitária ou proporcional do trabalho e dos lucros obtidos e a autogestão³³ de trabalhadores, onde a

³² Para Mauss, a solidariedade e a dádiva não seria do tipo caridosa, mas demonstra as assimetrias e hierarquias contidas nas relações sociais e por isto, são interessadas e extrapolam as relações econômicas.

³³ No sentido da prática de democracia alternativa, segundo Daniel Mothé, que conceitua a autogestão como “profissionais que tentam materializar espaços de autogestão limitados e

solidariedade entre os atores é fundamental para que se consolidem relações com tais características.

Nessa perspectiva, trago as contribuições de autores como Noële Lechat (2002; 2004), Luiz Inácio Gaiger (1996; 2002) e Genauto França (1999; 2002; 2004) para conceituar a chamada Economia Solidária e outras nomenclaturas variantes, articulando com conceituações de outros autores, com o intuito de apontar reflexões e especificidades que fortaleçam a discussão teórica sobre o vasto campo da Economia Solidária em suas dimensões sociais, políticas e econômicas. Dada a complexidade e multidimensionalidade do tema, existem várias terminologias que tratam do tema da Economia Solidária, mas o que nos chama a atenção é o caráter solidário que todas elas trazem, cuja característica que sempre me parece presente, em maior ou menor grau, é a dádiva em suas mais diversas e sutis formas.

A disseminação de associações e cooperativas em meio às crises econômicas vem chamando a atenção de pesquisadores há décadas, de modo que já se reúnem, em um considerável acervo, publicações e pesquisas sobre como grupos se organizam e quais são as suas motivações e características presentes em seus modos de desenvolver experiências que, de algum modo, revelam algum de tipo de prática solidária. Tais práticas recebem nomes variados e são classificadas de diferentes maneiras por autores que se debruçam sobre a temática. As nomenclaturas e definições se modificam a partir dos discursos construídos em contextos sócio-históricos próprios que explicam o significado de cada conceituação ou terminologia, sendo assim imprescindível a compreensão do contexto em que são formulados (FRANÇA, 2002).

Nesta perspectiva, parti da contribuição de Noëlle Lechat para, primeiramente, separarmos a definição entre Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular e Terceiro Setor. Dada a complexidade e nuances que interligam os termos, é preciso considerar aspectos históricos e sociais para alcançarmos uma compreensão mais apurada sobre os termos sobre os quais aqui refletiremos.

Iniciando pelo termo *Economia Social*, percebi que esta se apresenta como o termo mais antigo daqueles utilizados no contexto europeu, para designar

circunscritos, aqui e agora, na produção, no consumo, na cultura, na educação, na inserção, nos bairros, na habitação, etc.” (MONTHÉ, *in* HESPANHA, 2009).

experiências mutualistas, associativistas e cooperativistas na Europa, tendo suas raízes ainda na Idade Média, com as *guildas*, que eram associações de profissionais como alfaiates, boticários, sapateiros, ferreiras e outros profissionais que se organizavam em associações na Baixa Idade Média, entre os séculos XIII ao XV (MOTCHANE, 2003).

Enquanto movimento social e reflexão acadêmica, para Lechat, a Economia Social nasce da crítica à Economia Política, surgida a partir do primeiro terço do século XIX. Segundo o historiador francês André Guélin (1998), o termo teria sido utilizado por várias vertentes, como o socialismo, o social-cristão e até por liberais (LECHAT, 2002). Tal crítica ao modelo se fortaleceu com a proliferação de experiências associativistas e cooperativistas ocorridas nas décadas de 1970, após a Crise de 1973, e nos anos 1980, com a crise trazida pelo Neoliberalismo. Para Lechat, o movimento da Economia Social está bastante relacionado aos momentos das históricas crises econômicas que sempre renovam o debate sobre as bases onde se desenvolvem o mercado e o Estado moderno. A autora compartilha das ideias de Guélin, que concebe a economia social

composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros” (GUÉLIN, 1998, p. 13 *in* LECHAT, 2002, p. 7).

O termo *Economia Social*, portanto, é amplo e se aplica a um complexo de significados de economia, formais ou informais, que abrigam como elemento comum a crítica à falta da dimensão social presente nas ciências e práticas econômicas como um todo. Por isto, o termo *social*. No Brasil, o termo Economia Social também é utilizado para designar políticas públicas de educação, saúde e moradia popular (LECHAT, 2002).

O fortalecimento do sentimento de solidariedade, mutualidade e cooperação surgido nas experiências de enfrentamento ao desemprego e formas de geração de renda de trabalhadores impulsionou o uso do termo *Economia Solidária* na década dos anos 80 e, assim, não teria nascido na Europa, segundo Lechat, mas na América Latina, em especial no Chile, pela contribuição de Luís Razeto que,

inspirado nas experiências econômicas de áreas mais pobres da cidade de Santiago, teria cunhado o termo (RAZETO, 1984).

No Brasil, o termo teria sido utilizado primeiramente por Paul Singer em entrevista concedida em julho de 1996 na Folha de São Paulo, com a matéria intitulada *Economia solidária contra o desemprego*. Em 1998, quando foram publicadas as falas do III Encontro da ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão –, Singer usou o termo *solidariedade*, que se espalhou entre os estudiosos em empreendimentos associativistas e cooperativistas no Brasil (LECHAT, 2002). Vale lembrar que o termo inspirou a criação da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária –, vinculada ao MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego –, idealizada e atualmente administrada pelo próprio professor Paul Singer. Lechat partilha da concepção de Laville, que define a Economia Solidária como um

conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado (...), pois organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. (LAVILLE, 1994 *in* LECHAT, 2002, p. 7).

Para muitos autores (SINGER, 2000; 2002; GAIGER, 2004; LECHAT, 2002; FRANÇA, 1999; 2002), a Economia Solidária se traduz como um movimento político, social e econômico que aparece como um movimento de renovação da Economia Social, pois não se desenvolve nem no âmbito do Estado nem do mercado, embora se relacione com eles e suas motivações estejam fundamentadas em bases mais simbólicas, com significados diversos (FRANÇA, 2002). No contexto francês, a Economia Solidária pode ser tratada, também, como um subconjunto da Economia Social (FRANÇA, 1999), no sentido que também faz uma crítica ao capitalismo tradicional enquanto modo de produção.

Dessa forma, a Economia Solidária não se trata apenas como uma nova forma de inserção no mercado capitalista nem deve ser entendida como mais uma forma de sua apropriação, mas ao negar o modelo de empresa capitalista baseada

no lucro, na expropriação do trabalho e na competição, propõe um novo mercado, um novo modo de produzir onde o trabalho é coletivamente desenvolvido em prol de um resultado também coletivo.

A Economia Solidária, assim, toma força na América Latina enquanto “setor da economia a que correspondem formas diversas de produção associativa em que se destacam as cooperativas e as mutualidades” (SINGER; SOUZA, 2000, *in* SANTOS, 2002, p. 2), renovando, portanto, o interesse pelas iniciativas de empreendimento solidários (GAIGER, 1996; 2004).

Os estudos de Razeto (1994) também inspiraram outros autores como aqueles que utilizam o termo Economia Popular que, para autores como Genauto França, encerra toda sorte de atividades econômicas comunitárias de

produção e desenvolvimento de atividades econômicas calcadas numa base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local. (FRANÇA, 2002, p. 16).

França lembra que a Economia Popular é o termo mais utilizado na América Latina para definir uma gama bastante heterogênea de atividades produtivas e comerciais, formais ou informais, em áreas marginais e pobres da América Latina (FRANÇA, 2002).

Assim, a Economia Solidária, em muitas vezes, é tratada como sinônimo de Economia Social no sentido político que ela assumiu, sobretudo na interpretação dos estudiosos franceses, trazendo como raiz comum os movimentos associativistas, tendo como origem histórica o “movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa” (LECHAT, 2002, p. 11), que colocaram em cheque, desde então, a auto-regulação do mercado e o papel do Estado nas relações de trabalho e produção.

O que me parece bastante claro é que, independentemente da nomenclatura que se adote para nomear ou definir as experiências de associativismo ou similares, percebe-se que estão permeadas por características que envolvem, ao mesmo tempo, uma crítica e uma reação ao modo capitalista de produção e aos valores utilitaristas e individualistas, pautando-se por organizações coletivas e não reguladas

exclusivamente pelo mercado ou mediado apenas pelo Estado, pois, embora estejam relacionadas a ambos, as experiências associativistas originam-se e articulam-se por diversos caminhos sociais difusos, confluindo simultaneamente as dimensões econômica, política e social:

Em síntese, portanto, se o termo economia solidária surge apenas recentemente, sua característica fundamental – a articulação entre as dimensões econômica, social e política – já se encontrava presente nos ideais e práticas da chamada economia social nos seus primórdios, sendo mais tarde esquecida, conforme tratamos anteriormente. Isso nos leva a concluir que o projeto atual de uma economia solidária parece refletir uma espécie de reatualização do ideário original da economia social. Ela é, talvez, uma nova economia social. (FRANÇA, 2002, p. 15)

Há que se falar ainda em Terceiro Setor, que é, também, confundido ou tratado como sinônimo de Economia Solidária. Entretanto, também apresenta suas especificidades e interpretações diferenciadas. O termo teria nascido de uma concepção anglo-saxônica e, em particular, da tradição norte-americana, muito relacionada à ideia de filantropia praticada por organizações tidas como sem fins lucrativos, também conhecidas como *voluntary sector* num contexto onde o *Estado do Bem Estar*³⁴ não se fazia mais tão presente. Salomon e Anheier descrevem cinco características essenciais do Terceiro Setor: elas são formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e possuir participação voluntária e funcionalista (SALOMON; ANHEIER, 1992 *in* FRANÇA, 2002). Segundo França, o Terceiro Setor não deve ser político-partidário nem confessional, de acordo com a sigla International Classification of Non-Profit Organizations – ICNPO. O Terceiro Setor atuaria de forma autônoma e dissociada do Estado e, de certo modo, do mercado permeado pelo trabalho voluntário.

Numa interpretação por parte de pesquisadores de corrente francesa, poderíamos dizer que a Economia Solidária poderia fazer parte do Terceiro Setor. Entretanto, para pesquisadores latino-americanos, em especial brasileiros, apesar de existirem empreendimentos solidários no Terceiro Setor, este possui características diferenciadas da Economia Solidária. Uma delas seria o fato de que

³⁴ Concepção que cabe ao Estado garantir todos os serviços públicos e proteção à população (SCHUMPETER, 1908).

os empreendimentos solidários buscam renda e, por isto, o trabalho não é voluntário. Busca-se a geração de renda pela divisão dos produtos ou serviços gerados e seus lucros.

Após me aventurar a apontar algumas nuances entre Economia Solidária, Economia Social e Terceiro Setor, iremos nos ater, independentemente de suas conceituações, ao aspecto comum que os unem e os articulam, que, para nós, é justamente o componente mais profundo, sutil e simbólico da solidariedade: a *dádiva*.

Segundo os pressupostos de Mauss, a dádiva encerra um sem número de ações e atividades de circulação de bens e serviços que não pertencem nem ao mundo do mercado, nem do Estado (GODBOUT, 1992), embora se relacionem com ambos e se amparem nos laços sociais existentes entre coletividades. Tais ações não se restringem aos espaços de proximidade, mas também entre estranhos. Assim, a dádiva se manifesta pelo ato voluntário de si mesmo, ou do seu tempo, sua disposição, sua atenção por meio de expressões no âmbito social, político e econômico (FRANÇA; DZIMIRA, 1999).

Através da Economia Solidária, a dádiva encerraria a expressão do *elan* entre as mais variadas formas de solidariedade, como as organizações mutualistas, cooperativas e associativistas, tentando dar conta daqueles que saem perdendo no mundo do mercado (LAVILLE, 1997). As variações de solidariedade se revelam no campo econômico, social e político, revelando o caráter plural e híbrido da economia solidária (FRANÇA, 1999), pois é na articulação dessas três dimensões que se desenvolve a Economia Solidária (LAVILLE; ROUSTANG, 1999 *in* LECHAT, 2004).

Do ponto de vista econômico, a dádiva se revela nas instâncias não mercantis ou monetárias (POLANYI, 1983), ou na vertente não mercantil ou não monetária da *economia plural*, que seria constituída de três vertentes: a economia mercantil, a economia não mercantil e a economia não monetária (LAVILLE, 2001), em que a primeira se restringe à distribuição de bens e serviços regrados, prioritariamente, pelo mercado; a segunda, dedicada à redistribuição; e a terceira, onde a distribuição se dá por meio da reciprocidade e da administração doméstica (MOREIRA, 2001). Esta última, portanto, permeada pelos circuitos de dádiva, ocorreria por outros fatores que não os impérios mercadológicos, nem os mandos utilitaristas – e nem os

exclui, mas ocorrem, majoritariamente, por elementos marcados por laços sociais que vinculam seus membros por signos e códigos de reciprocidade, permeados por laços de solidariedade.

Assim, podemos inferir que a solidariedade institui-se antes das relações econômicas e se revela como a característica ou elemento principal da dádiva presente nas experiências de economia solidária. Nas várias pesquisas realizadas em empreendimentos econômicos solidários, dificilmente há registro de uma associação ou cooperativa que tenha evoluído sem a forte presença dos aspectos de solidariedade entre seus membros e embora suas atividades sejam econômicas, suas motivações e organizações fogem ao padrão do mercado formal, pois também podem ser informais, podem criar suas próprias redes, seus próprios sistemas de créditos e meios de circulação e de bens e serviços. Tais mecanismos são baseados por regras próprias que regulam, por exemplo, a confiança no sistema de crédito e na garantia de bens e serviços.

Para exemplificarmos melhor, podemos relacionar os circuitos híbridos da Economia Solidária com os casos onde a qualidade dos produtos se revela muito mais pela origem de uma determinada cooperativa do que a partir da confiabilidade conferida a ela ou, ainda, o crédito do comprador que se dá pelas relações de confiança existentes dentro de uma comunidade, onde muitas vezes evoluem para as experiências de Bancos Comunitários. Também fazem parte deste mundo de atividades econômicas não mercadológicas as inúmeras experiências voluntariadas que tão somente se dedicam a gerar trabalho, bens, renda, serviço ou produto. Deste modo, a Economia Solidária cria seus próprios mecanismos que geram circuitos e desenvolvem redes fundadas em motivações e laços sociais de diversos tipos de solidariedade, não deixando, por isto, de se articular com o mercado formal da economia mercantil, mas demarcando sua dimensão coletiva, cooperativa e recíproca.

No plano social, tenho que os vínculos sociais, os laços de mutualismo, o trabalho coletivo, a organização cooperativista e associativista, baseiam-se, antes da dimensão econômica, no alicerce das relações sociais amparadas nas múltiplas formas de dádiva. As pessoas se aproximam pelos mais variados motivos, criando diversos tipos de grupos sociais de cunho esportivo, artístico, de entretenimento,

profissional, religioso, político, filantrópicas e tantas outras motivações que não as meramente mercadológicas.

O fato social claro, é que as pessoas se associam (LAVILLE, 1997) e, mesmo que estejam desempenhando atividades econômicas, não o fazem apenas pela motivação mercantil, pois não são raros os relatos de associações e cooperativas que fecham porque seu único intuito era o de lucrar, não trazendo, antes, a coesão social (DURKHEIM, 2003), o espírito de solidariedade ou da dádiva de Mauss, que dariam a sustentabilidade social e política necessária.

E, por falar em política, no plano político, a Economia Solidária também revela o seu caráter plural e híbrido (FRANÇA; DZIMIRA, 1999), promovendo o debate de ideias não só no interior das associações e cooperativas, apontando sua dimensão democrática, mas também no debate acadêmico, ao reacender o paradigma do utilitarismo e, ainda, no campo dos movimentos sociais, que vêm colocando em cheque o modo capitalista de produção ao reivindicar políticas públicas, recursos financeiros e leis específicas para o setor, abrindo, assim, um espaço para o exercício da cidadania e a prática da democracia nas suas mais variadas formas de expressão.

Poderíamos dizer, portanto, que a economia solidária, assim como remonta ao movimento social e político da economia social francesa (FRANÇA, 2002), reacende o paradigma das pluralidades e multidimensionalidades da dádiva de Mauss, nos dias atuais, no que tange às mais diversas formas de expressão de solidariedade.

Após delinear o caminho de reflexão que tomamos para analisar os casos de associativismo encontrados em minha pesquisa, gostaria, aqui, de chamar a atenção para o caso de associações de catadores em específico. Conforme já foi dito na introdução da presente pesquisa, a situação de pobreza e precariedade dos catadores os colocam em posição de extrema fragilidade social no que diz respeito ao acesso às condições básicas de saúde, transporte e educação, e também à capacidade do exercício de cidadania e mobilização política.

Dado o quadro descrito, o que nos chama a atenção é que não são poucas as iniciativas de organização na forma associativa por parte de catadores que, ao meu ver, reúnem, além da necessidade de trabalho e geração de renda, o

direcionamento de organização coletiva em busca de suprir tal necessidade. Eis a diferença que nos chama a atenção entre o catador que sofre a mesma condição da falta de emprego e busca, isoladamente, por renda através da catação e venda de materiais que são considerados inúteis pelo conjunto da sociedade. Há muito a ser entendido sobre tal fenômeno de diferenciação entre a natureza do trabalho individual do catador e o trabalho associativo de catadores.

Tentar compreender as motivações que levam catadores a tentarem se organizar na forma associativa é um dos desafios para compreender os tipos de laços sociais presentes em suas relações. Também se torna desafiante compreender em que medida o poder público pode interferir na criação e funcionamento de associações de catadores, tendo em vista que, historicamente, o movimento social dos catadores vem reivindicando posturas e iniciativas por parte do poder público.

A partir das preocupações acima expostas nesta pesquisa, obtivemos a percepção de que existem dois caminhos conceituais que nos ajudarão a melhor compreender a realidade na qual encontrei as associações de catadores da cidade de João Pessoa. Um primeiro caminho nos aponta para o fato de que as relações de dívida encontradas se amparam na dimensão do conflito (MARX, 1993) e do patrimonialismo, no sentido encontrado na corrente de Pensamento Social Brasileiro (VIANNA, 1987; FAORO, 1958; CARVALHO, 1999; HOLANDA, 1973) e especialmente da dívida baseada nas relações de clientelismo e patronagem (LANNA, 2004).

Um outro caminho conceitual que não podemos dispensar situa-se na noção de política pública, visto que tanto a coleta de resíduos quanto as políticas de geração de emprego e renda fazem parte da lista de reivindicações do movimento nacional de catadores e compõem o rol de políticas públicas demandadas não somente pelos catadores, mas pela sociedade brasileira como um todo.

Entendendo a importante relação entre a experiência associativista dos grupos de catadores(as) pesquisados e a políticas públicas de resíduos sólidos, gostaria de finalizar minha reflexão teórica trazendo minha concepção conceitual sobre política pública (DRAIBE, 1990; SOUZA, 2006; MINAYO, 2005) para pensarmos como as políticas de resíduos se articulam com a questão do trabalho de

catadores. Assim, parti da ideia de que, assim como toda política pública está relacionada com diversas esferas, atividades e setores da sociedade,

as políticas públicas se desenvolvem num processo circular que vai da constituição de um problema que é incorporado às agendas governamentais, passando pela formulação de alternativas; adoção da política; implementação ou execução de programas sociais, enquanto expressão de concretude da política e avaliação desses 4 programas. Trata-se de um movimento circular que envolve diferentes sujeitos portadores de interesses e racionalidades diferentes. Nessa dinâmica se desenvolvem várias atividades processuais que se situam no interior do sistema político (SILVA, 2009, p.4)

Embora não tivesse sido meu objetivo analisar as políticas públicas de resíduos do município de João Pessoa, as considerações acima explicitadas me parecem importantes para discutirmos como devem ser formuladas, concebidas e desenvolvidas políticas públicas de resíduos, educação, saúde, trabalho ou qualquer outra, pautando-nos pela perspectiva de que tais políticas carecem de permanente acompanhamento e Avaliação que deve ser interpretada como uma importante etapa do ciclo de política (MINAYO, 2005).

Assim, entendo que a avaliação de política pública é um importante instrumento que pode prever mecanismos de verificação, eficiência, eficácia e efetividade³⁵ da política. Tais parâmetros devem visar à intervenção e tomada de decisões para a sua melhoria e, ainda, atestar e fiscalizar o uso do dinheiro público, ação reivindicada pela sociedade civil e por grupos que vêm demandando ações efetivas do Estado. Ações concretas por políticas públicas sociais cuja efetividade carece de fiscalização, acompanhamento e avaliação cada vez mais cobrados por cidadãos e organizações de fomento.

Como diria Georg Simmel, o que distingue a sociologia das demais ciências “*Não é o seu objeto, mas a sua maneira de ver, a abstração particular que ela [a sociologia] (grifo meu) realiza, que a distingue das outras ciências histórico-sociais.*” (SIMMEL, 1992, p. 47). Esta percepção nos explica como as diversas ideias e correntes de pensamento se complementam, se contradizem ou se assemelham

³⁵ Entende-se, segundo Silva (2009), por *eficiência* ou rentabilidade econômica a relação entre os custos despendidos e os resultados do programa; *eficácia* é o grau em que os objetivos e metas foram alcançados na população beneficiária, num determinado período de tempo e *efetividade* é a relação entre resultados e objetivos (medida de impacto).

dentro das ciências sociais, bem como suas teorias e, aqui, em meu caso, no pensamento sobre os laços de solidariedade, reciprocidade e trabalho podem ser diversos.

Nesta pesquisa, busquei ampliar os conceitos e as reflexões sobre experiências em economias e práticas sociais para além do mercado capitalista, não negando-o, obviamente, mas buscando mais um caminho de sua crítica e entendendo as práticas associativas como formas não só de resistência ao desemprego e a falta de renda na esfera econômica, mas, também, como mecanismo de exercício da cidadania, como forma de mobilização que se expressa também na esfera política e como laços de solidariedade (nas suas mais variadas expressões) entre seus membros.

Desta forma, do ponto de vista sociológico, importa-me refletir como e por que surgem e se desenvolvem cooperativas e associações no mundo contemporâneo, mesmo sendo tais práticas tão antigas. Segundo Boaventura Sousa Santos, elas se revelam em práticas alternativas e de resistência de coletivos que sofrem os efeitos de exclusão do mercado (SANTOS, 2002). O que me parece convincente – porém, insuficiente para explicar os fenômenos associativos, especialmente aqueles considerados de sucesso.

Na pesquisa aqui apresentada, interessa-me identificar se há laços de solidariedade em tais tipos de relações associativas e como elas se revelam, buscando entender o que motiva as relações associativas investigadas, como funcionam e o que levam tais trabalhadores a se reunirem na busca de trabalharem coletivamente.

Assim, gostaria de encerrar minha reflexão teórica levando em consideração a contribuição do antropólogo e professor Marcos Lanna, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, que se ocupou de tentar compreender as relações de trocas ocorridas em parte do nordeste brasileiro, tomando como base as ideias de dádiva de Mauss. Seus estudos chegaram à tese sobre as relações de troca baseadas na patronagem, cujas semelhanças de dádivas do tipo clientelistas ou patrimonialistas também se revelaram em minha pesquisa. Suas contribuições foram relevantes para a compreensão do tipo de dádiva que pude verificar em campo.

É com esta ótica e a partir da reflexão da dádiva que apresento, a seguir, os dados coletados em campo e minhas análises, em busca de conhecer um pouco do universo das associações e as relações de dádiva dos catadores da cidade João Pessoa, capital do estado da Paraíba no nordeste brasileiro.

3. COLETA SELETIVA E O TRABALHO ASSOCIATIVO DE CATADORES(AS): ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Nesta seção, passamos a apresentar o histórico da coleta seletiva e o trabalho associativo de catadores(as), buscando relacioná-los com o arcabouço teórico tratado anteriormente. Assim, trago a descrição dos dados empíricos levantados com enfoque na política de coleta seletiva da cidade de João Pessoa, apontando a relação entre a implementação das políticas públicas de coleta seletiva com o trabalho associativo de catadores(as), buscando resgatar o histórico das experiências associativistas, chegando ao movimento social da economia solidária atual, que reúne avanços legais e um processo de consolidação enquanto movimento social, sobretudo no trabalho de catadores.

Historicamente, o trabalho de coletar materiais descartados e buscar obtenção de renda por meio da prática de comercialização dos mesmos é muito antiga. Os chamados 'garrafeiros' que passavam de casa em casa, às vezes com carroças comprando ou pedindo garrafas e outros materiais para revender são uma das memórias mais remotas do trabalho de catador. Também tivemos a figura dos 'biscateiros' que realizavam toda sorte de pequenos trabalhos como forma de obtenção de renda.

No início do século XX do Brasil, o trabalho de catar e vender era realizado esse trabalho era realizado inicialmente por imigrantes portugueses que mais tarde receberam novas denominações como burro-sem-rabo, sucateiro, carroceiro, carrilheiro e catador, variando de acordo com a região. (BEZERRA, 2009). Este tipo de trabalho ampliou-se e tomou forma mais coletiva no final do século XX, no caso brasileiro.

Embora o modo capitalista se consagrasse como modelo hegemônico, as formas associativas e cooperativistas de organização foram tomando forma e consolidando-se, inclusive, por meio de marcos jurídicos expressivos. Especialmente na Europa ocidental, no século XX, as experiências em associações e cooperativas de trabalho, produção e consumo foram se instalando e se organizando de maneira pontual e gradativa, buscando amparo e modelos jurídicos que evidenciassem a sua legalização por meio de marcos jurídicos.

Na França, a lei que regula as associações é do ano de 1901 e evoluiu no que se refere a dirimir sobre as atividades econômicas e sociais associativas,

gerando as chamadas associações empresariais e outras formas de organização jurídicas semelhantes (MARQUES, 2012).

Na Inglaterra, o marco jurídico cooperativista, cujos princípios são muito próximos (como dissemos anteriormente), tem como referência o ano de 1844, em Rochdale, perto de Manchester, quando um pequeno número de trabalhadores industriais fundou uma cooperativa de consumo criando a “A Sociedade dos Pioneiros Equitativos”, que começou a funcionar com apenas 28 libras, parcialmente emprestadas pelo sindicato dos tecelões.

Em apenas um ano, o número de sócios aumentou de 28 para 74 e em quatro anos foi possível a criação de um pequeno banco, o Pioneiros, realizando pequenas operações, apenas entre os associados. Com a falência do Rochdale Savings Bank em 1849, vários dos seus ex-clientes migraram para o Pioneiros, o que provocou um crescimento de 140 associados, em 1848, para 390 no ano seguinte (SINGER, 1998).

Foi nesta ótica de resistência e enfrentamento ao modo capitalista e suas contradições que surgiram as primeiras experiências de associativismo e cooperativismo na França e Inglaterra nos anos de 1820, tendo como modelo altamente difundido a cooperativa de trabalho de Rochdale, criada no bairro de mesmo nome, em Manchester-Inglaterra, no ano de 1844:

O pensamento e a prática cooperativista modernos são tão antigos quanto o capitalismo industrial. De fato, as primeiras cooperativas surgiram só por volta de 1826, na Inglaterra, como reação à pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses pequenos, produtores em trabalhadores das fabricas pioneiras do capitalismo industrial. Foi também na Inglaterra que surgiram as cooperativas que passariam a ser o modelo do cooperativismo contemporâneo — as cooperativas de consumidores de Rochdale, fundadas a partir de 1844, e cujo objetivo inicial foi a oposição à miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas, por intermédio da procura coletiva de bens de consumo baratos e de boa qualidade para vender aos trabalhadores (SANTOS, 2002, p. 33).

A experiência de organização do trabalho e produção coletiva, formada inicialmente pelos 28 operários que trabalhavam num regime pautado pela cooperação entre os membros igualmente responsáveis por lucros e obrigações e sem hierarquia, tentava fazer frente à relação assalariada capitalista. Assim,

Rochdale também foi responsável por criar os primeiros modelos de consumo em rede cooperativa, onde trabalhadores primavam pelo consumo de seus próprios produtos, gerando redes (ELIAS, 1970), de produção e consumo local.

Como exemplo de sucesso do modelo cooperativo no mundo moderno, que se baseia na autogestão (FRANÇA FILHO *in* HESPANHA, 2009; GAIGER, 2004) e na coletividade do trabalho e da produção, não podemos deixar de citar a exitosa experiência do complexo de Mondragón³⁶, no país Basco, unidade autônoma da Espanha.

Aquela experiência real e concreta provou ser possível uma estrutura onde os trabalhadores são donos e não empregados, não recebem salário, mas repartem os lucros e ocorre a autogestão ao invés da hierarquização entre patrões e empregados. Mondragón se tornou um complexo de mais de cem empresas nos mais variados setores da economia, como indústria, finanças, serviços e tecnologia, e que ostenta, atualmente, um ativo de mais de 33 milhões de euros, mais de 83 mil postos de trabalho (cerca de vinte foram extintos por conta da crise europeia) e onde as mulheres alcançam 44% de participação. Isto concede o título ao complexo como a sétima maior força econômica da Espanha (MONDRAGÓN-CORPORACIÓN, 2012).

O Brasil também já conta com marcos legais do cooperativismo desde o início do século XX. O primeiro registro de uma Cooperativa data de 1889. Ocorreu em Minas Gerais, com o nome de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto³⁷. Outras leis foram editadas a exemplo do Decreto N.º 1.637, de 5 de janeiro de 1907, o Decreto n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932 e a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, atualmente em fase de revisão no Congresso Nacional Brasileiro.

³⁶ Lembramos que já existem textos e discussões em alguns fóruns acadêmicos que abordam os limites da experiência cooperativista quando esta se expande, como é o caso de Mondragón, na Espanha. Crítica disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/25983/18580>>. e em <<http://blog.aboutbc.info/2012/01/15/denuncian-la-cara-oscura-de-las-cooperativas-mondragon/>>.

³⁷ Fonte: Associativismo e cooperativismo solidário – Manual de capacitação da tecnologia social. PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009.

Vale destacar pesquisa realizada em 2011³⁸ sobre o Regime Jurídico de Cooperativas Populares e Empreendimentos de Economia Solidária, encomendada pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ) por meio do Projeto Pensando o Direito. A pesquisa e relatório final foram coordenados³⁹, em conjunto, pelo da Núcleo de Extensão em Economia Solidária Universidade de São Paulo (NESOL – USP) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No relatório foi apresentado o estado da arte de empreendimentos solidários em todo o Brasil, visando elaborar o marco jurídico dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil.

No ano de 2012 foi aprovada, no Congresso Nacional, a Lei Nº 12.690, de 19 de julho 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho, instituindo, assim, o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP. Vários estados e cidades brasileiras já publicaram seus marcos jurídicos de Economia Solidária, regulando e disciplinando sobre o funcionamento de associações e cooperativas de trabalho, consumo e produção.

Ainda tramitam no Congresso Nacional projetos de lei propondo a criação de marcos legais para o setor da Economia Solidária, a exemplo do Projeto de Lei n.º 4685/2012, que tem intuito de aprovar uma lei nacional da Economia Solidária que encontra-se em fase de coleta e tramitação na Câmara dos Deputados.

Também tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição – PEC dos catadores – n.º 309/2013, que foi aprovada na Comissão Especial destinada a proferir parecer, em 10/12/2014. O parecer foi aprovado por unanimidade. A PEC altera o parágrafo 8º do art. 195 da Constituição Federal, para incluir o catador de material reciclável como segurado especial da Previdência Social, como já acontece com os trabalhadores rurais e pescadores artesanais.

³⁸ Disponível em: <<http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2013/02/Volume-46-Relat%C3%B3rio-final.pdf>>

³⁹ Pesquisa coordenada pelos professores doutores Sonia Maria Portella Kruppa (NESOL/USP), Alicia Ferreira Gonçalves (UFPB) e José Brendan Macdonald (INCUBES/UFPB), da qual tivemos a oportunidade de participar com a minha pesquisa, que serviu de base para a publicação na Série Pensando o Direito, n.º 46, 2011 – Relatório Final.

Vale destacar a importância do contexto socioeconômico do Brasil neste processo de valorização e fortalecimento institucional do trabalho coletivo, sobretudo após o processo de redemocratização, que teve maior atenção e reconhecimento a partir do governo Lula que após o forte período de políticas públicas de cunho neoliberal e abandono de políticas sociais na era FHC, retomou políticas sociais e contribuiu para a inserção das pautas relacionadas ao trabalho cooperativista e dos catadores como veremos adiante. Ressalta-se que a pressão por direitos e melhorias no trabalho de catadores foi impulsionada pela forte crise e recessão econômica pela qual passava o país, no final do governo FHC.

Com o advento da discussão da sustentabilidade ambiental nos anos noventa, que dava destaque à gestão de resíduos e do trabalho precarizado (ALVES, 2009) de catadores(as) de todo o Brasil, estes mobilizaram e chegaram a criar o Movimento Nacional de Catadores(as) de Material Reciclável (MNCR) em meados de 1999. Tal movimento vem se consolidando na luta pela inclusão e valorização social destes trabalhadores e por sua organização na forma de cooperativas ou associações, visando à geração de renda e garantia de postos de trabalho.

Vale destacar o surgimento e atuação do Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) que surgiu em meados de 1999, a partir do 1º Encontro Nacional de Catadores(as) de Papel⁴⁰, realizado na capital mineira, em Belo Horizonte (MG), a partir da iniciativa importante do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua em novembro de 1999. Lá, foi deliberado pelos presentes a necessidade de realizar um Congresso em âmbito nacional sobre o trabalho de catadores(as).

Por pressões políticas na cidade de São Paulo, em 2000, sessenta instituições que atuavam na área social e ambiental criaram o Fórum do Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, que elaborou o documento Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo. Tal documento é utilizado pelo fórum que atua em todo o território nacional, articulando poder público, instituições de fomento e associações e cooperativas de catadores(as).

⁴⁰ Extraído da página: <http://www.mnccr.org.br/box_1/sua-historia>.

O 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis foi realizado em Brasília entre os dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, no qual participaram mais de 1600 congressistas, entre catadores(as), técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros que, juntos, redigiram a Carta de Brasília, manifesto que expressava os principais anseios dos trabalhadores da área de materiais recicláveis em relação à atuação do poder executivo, à Cadeia Produtiva de Materiais e à cidadania dos moradores(as) de Rua.

No dia 7 de junho, ainda no ano de 2001, ocorreu a 1ª Marcha Nacional da População de Rua, com 3000 participantes que buscavam chamar a atenção de autoridades e de toda a sociedade, reivindicando políticas públicas para o setor de reciclagem.

No ano de 2002 ocorre a primeira conquista para os catadores(as), que passaram a ser reconhecidos como profissionais pela Classificação Brasileira de Ocupações, que regula as ocupações existentes no mercado de trabalho brasileiro. Em 2003, por ocasião do 2º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em que foi defendida a inclusão dos catadores(as) em um sistema público de serviços de recuperação de materiais recicláveis, iniciou-se toda uma articulação por uma Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Para incentivar a ideia de incluir os catadores(as) como profissionais nas políticas de resíduos, em 2004, o MNCR lançou a campanha “Selo Amigo do Catador”, na cidade de São Paulo, com o objetivo de incentivar a doação de materiais recicláveis a organizações de catadores(as) e valorizar o trabalho dos catadores(as) como agentes ambientais (MARQUES, 2012).

No ano de 2003 ocorreu o 1º Congresso Latino-Americano de Catadores(as) em Caxias do Sul (RS), que reuniu catadores(as) de diversos países que redigiram a Carta de Caxias, denunciando a situação dos catadores(as) da América Latina e propondo a unificação da luta de catadores(as) entre os países latino americanos.

Em 2005 ocorreu o 2º Congresso Latino-Americano de Catadores(as), realizado entre os dias 23 a 25 de janeiro de 2005, em São Leopoldo-RS, no qual participaram 1050 pessoas de todas as regiões do Brasil e delegações da Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia, sendo redigida a Declaração Final de São Leopoldo, de 2005, que reafirma a lista de reivindicações dos trabalhadores de

materiais recicláveis no âmbito da América Latina e reafirma as associações e cooperativas como bases orgânicas do Movimento dos catadores(as).⁴¹

Com o intuito de aumentar a pressão por uma Política Nacional que assistisse aos catadores(as), em março de 2006, o MNCR realizou uma marcha que se tornou histórica, com cerca de 1200 catadores(as) organizados em caravanas até Brasília, marchando pela Esplanada dos Ministérios, apresentando, dentre outras demandas, a criação de 40 mil novos postos de trabalho em cooperativas e associações para catadores(as). Tal evento se tornou um marco histórico da luta dos catadores(as) no Brasil, no centro político da capital federal.

Como primeiro desdobramento da marcha, nasce o primeiro dispositivo legal que prevê a relação entre coleta seletiva de resíduos e o trabalho cooperativo ou associativo no Brasil, fomentando, assim, o surgimento da Coleta Seletiva Solidária, que nasce, em termos legais, a partir do Decreto n.º 5.940/2006, o qual se coloca como um marco legal de resíduos sólidos na administração pública brasileira. Tal ação vislumbra a implementação de uma política pública⁴² integradora, onde o cooperativismo (princípios solidários e de autogestão) e a geração de emprego e renda se fortalecem ao serem amparados pela legislação brasileira de saneamento de resíduos e por ações sociais de governo.

Cabe destacar que o MNCR vem atuando em âmbito nacional e funciona de forma deliberativa para estabelecer e divulgar os princípios, objetivos e pauta de luta e vem tentando se articular em forma de rede com os fóruns estaduais de Economia Solidária, associações, cooperativas, prefeituras, entidades de fomento e todos os entes locais envolvidos com as políticas públicas de resíduos, bem como ações relativas ao trabalho de catadores(as).

Em janeiro de 2007, ocorre a modificação da lei de licitações e contratos, Lei n.º 8666/93, por meio da sanção Lei nº 11.445, que traz em seu Art. 57 a dispensa de licitação por parte do poder público, para contratar associações ou cooperativas

⁴¹ Extraído da página: <[<http://www.mncr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/ii-congresso-latino-americano-de-catadores\(as\)>](http://www.mncr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/ii-congresso-latino-americano-de-catadores(as))>.

⁴² Entendidas, também, segundo a autora Maria Ozanira Silva, como formas institucionais de proteção social que todas as sociedades humanas desenvolvem para enfrentar as “vicissitudes de ordem biológica ou social que coloquem em risco parte ou a totalidade de seus membros” (SILVA, 2007).

formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda para serviços de “coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis” (BRASIL, 2007). Tal dispositivo foi um avanço para os catadores(as), embora ainda haja pouquíssimas contratações de catadores(as) pelo setor público que, no máximo, celebram Termos de Cooperação com vistas à doação dos resíduos.

Entre os dias 1 e 4 de Março de 2008 ocorreu o 3º Congresso Latino Americano de Catadores(as) de Materiais Recicláveis, em Bogotá, Colômbia, onde os participantes do Congresso exigiram dos poderes públicos e governos a priorização de organizações de catadores(as) na contratação de serviços de limpeza, dando as condições para sua efetiva inclusão, viabilizando, portanto, o desenvolvimento de ações econômicas, sociais e ambientais que concretizem ações afirmativas para tais trabalhadores.

A crise econômica de 2008 atingiu fortemente a categoria, que teve uma queda de 62% de sua renda com venda de materiais recicláveis. Muitas organizações fecharam suas portas. Tal contexto endureceu o discurso do MNCR, o qual passou a reivindicar “o pagamento aos catadores(as) por seus serviços ambientais urbanos” (MNCR, 2012).

Em 2009, a Lei de Diretrizes Orçamentárias foi modificada para permitir o repasse de verbas com o fim de promover a infraestrutura das organizações de catadores(as) sem a necessidade de intervenientes e, assim, atenuar o impacto da crise econômica internacional na indústria de reciclagem (MNCR, 2012).

Em 2010, é sancionada a Lei n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos (PNRS). Além de disciplinar claramente o que é lixo e o que é passível de reciclagem ou reaproveitamento, a lei atenta ao trabalho cooperativo ou associativo dos catadores(as) em seu Artigo 8.º, inciso IV e abriga esses trabalhadores nos seus princípios, objetivos e instrumentos. Dentre os avanços alcançados pelos catadores(as) na referida lei, destacam-se o:

- atrelamento da administração da coleta e reciclagem dos resíduos sólidos ao trabalho dos catadores(as), considerados atores prioritários;

- fechamento dos lixões até o ano de 2014 e substituição por aterros sanitários;
- incentivo à indústria da reciclagem pelo uso de matérias primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- estabelecimento da logística reversa a qual responsabiliza o setor empresarial (fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes) pela gestão dos resíduos gerados por suas atividades. (MARQUES, 2012).

Ainda no ano de 2010, foi instituído o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores(as) de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC), por meio do Decreto nº 7.405/10. O CIISC, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República e composto por diversos ministérios (MMA, 2014).

Na cidade de João pessoa, o ano de 2010 também foi importante para os catadores(as) da cidade. Ocorreu a 1ª Conferência Temática Sobre Resíduos, no dia 3 de abril de 2014, com a participação de diversos órgãos das três esferas do poder público, bem como associações, entidades de fomento e o Fórum Local de Economia Solidária. Ainda no ano de 2010, foi publicado o decreto 6.923, que instituiu a separação dos materiais nos órgãos da administração pública municipal, que devem, a partir de então, destinar o material reciclável para as associações e cooperativas de agentes recicladores.

No ano de 2012, o município aprovou a Lei nº 12.412, que institui o Programa Bolsa Verde no município, como benefício aos catadores(as) associados. Este benefício impõe ao beneficiário exercer alguma atividade ambientalmente sustentável e obedece à periodicidade trimestral para realizar o pagamento de cerca de trezentos reais a cada trabalhador que deve ser associado.

Ainda assim, embora tenha ocorrido alguns avanços para o setor de reciclagem e, em específico, para a valorização dos trabalhadores do setor, sabemos que nem a coleta seletiva nem a reciclagem alcançou os níveis desejáveis para se erradicar o desperdício e estabelecer práticas sustentáveis de seleção e reaproveitamento de materiais no Brasil.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgados em 2012 e que tratou de pesquisa de campo entre os anos de 2000 e 2008, observa-se que, no ano 2000, apenas 8,2% dos municípios brasileiros adotavam coleta seletiva. Em 2008, esse percentual alcançou 19,5%.

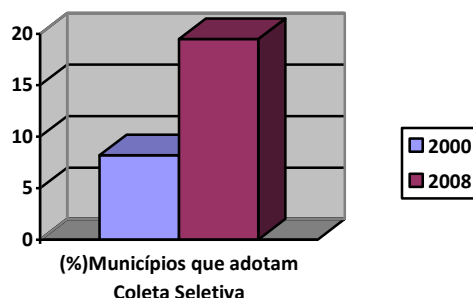


Figura 1. Percentual de municípios brasileiros que adotam coleta seletiva.
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008.

Em termos regionais, as Regiões Sul e Sudeste apresentaram, em 2008, os maiores percentuais, alcançando os índices de 41,3% e 25,9%, respectivamente, do total de municípios que adotavam coleta seletiva. Destaca-se o Estado do Paraná, que já conseguia selecionar 52,1% dos resíduos produzidos. Em contrapartida, as demais regiões da federação, menos de 8% dos municípios, realizavam coleta seletiva, o que revela o baixíssimo índice nacional na realização da coleta seletiva. Entre as Unidades da Federação, Alagoas e Santa Catarina apresentam os maiores percentuais, com 80,0% e 67,3%, respectivamente (IBGE, 2012).

A pesquisa revela, ainda, que o estado da Paraíba seleciona apenas 3% dos resíduos produzidos, a maior parte concentrados na capital, João Pessoa, e a cidade Campina Grande. Tal informação foi confirmada em entrevista com o gestor da EMLUR.

Já no Perfil dos Municípios Brasileiros 2011, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2012, dos 5565 municípios do país, apenas 32,3% deles possui coleta seletiva e 42,7% das cidades do Brasil não possuem qualquer atividade de coleta seletiva de lixo. Em 3,3% das prefeituras, há projeto-piloto apenas em uma área restrita da cidade, enquanto 2,5% dos municípios

informam que tiveram ações de coleta seletiva, mas elas foram interrompidas (IBGE, 2012).

Em termos regionais, a Região Sul continua sendo a que possui o maior percentual de municípios que adotam programas de coleta seletiva, com índice de 55,8%. No Sudeste, está acima da média nacional, com 41,5%. Entretanto, as regiões Norte e Nordeste são as regiões que apresentam a maior porcentagem de municípios sem qualquer programa de coleta seletiva, com 62,8% e 62,3%, respectivamente, contra 42,1% das cidades que não oferecem esse tipo de serviço para a população na região Centro-Oeste (IBGE, 2012).

O dado que mais nos chama a atenção na pesquisa revelada pelo IBGE e, sobretudo se a confrontarmos com os avanços legais acima descritos, é a incongruência com os propósitos do MNCR e o pouco avanço em relação ao trabalho organizado dos catadores(as) frente às iniciativas de coleta seletiva.

Segundo o IBGE, mesmo os gestores de 30,7% das cidades afirmando terem conhecimento sobre a existência de cooperativas ou de associações de catadores(as) de materiais recicláveis, apenas 14,8% (menos da metade das prefeituras cientes) firmaram parceria formal com alguma associação ou cooperativa de catadores(as) a fim de realizar serviços de seleção de materiais.

3.1. Coleta seletiva e economia solidária: trajetórias convergentes

Em termos globais, os problemas socioambientais começaram a ser foco das atenções das autoridades a partir da Conferência de Estocolmo (1972), que teve como desdobramento, após diversos outros importantes encontros de âmbito internacional, o Encontro Internacional do Meio Ambiente ou RIO-92, o qual tinha como objetivo apresentar propostas sobre a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável (ZANIN; GUTIERREZ, 2009).

Foi a RIO-92 que desencadeou a AGENDA 21, documento da Organização das Nações Unidas (ONU) que oficializou o conceito de *Desenvolvimento Sustentável* como aquele “que atende às necessidades do presente sem

comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”, segundo entendimento da AGENDA 21 de 1992 (MMA, 2004), e é por isso que falamos em *desenvolvimento sustentável*. A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente *includente*, ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo. (SACHS *in* VEIGA, 2006).

O grande economista brasileiro Celso Furtado chegou a afirmar que “só haverá verdadeiro desenvolvimento (...) ali onde existir um projeto social subjacente” (SACHS *in* VEIGA, 2006). Para Amartya Sen, o desenvolvimento é a expansão das liberdades substantivas e, para Mahbud, é necessário criar um indicador de medida de desenvolvimento que contemple a *dimensão social*. Na concepção de ambos, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à *ampliação das capacidades humanas* (VEIGA, 2006, p.85).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que surgiu a partir do I Fórum Social Mundial em 2001, a Economia Solidária busca uma outra forma de produzir e de consumir. Defende que a eficiência dos empreendimentos não pode limitar-se aos benefícios materiais e aos processos produtivos, mas é definida também como eficiência social, em função da qualidade de vida de seus membros e de todo o ecossistema⁴³.

No que tange à gestão de resíduos e à sustentabilidade, verifiquei que a coleta seletiva aparece como um novo tipo de desenvolvimento pautado na inclusão social, na responsabilidade ambiental e no crescimento socioeconômico.

Portanto, em minha pesquisa, pude identificar uma confluência entre os princípios da sustentabilidade e o discurso difundido nos fóruns e instâncias da Economia Solidária que, em oposição ao rompimento com o modelo tradicional capitalista, carrega a ideia de que a economia de produção sustentável é aquela que possui uma *nova forma de produzir, vender, comprar e trocar, buscando formas inovadoras e alternativas de geração de trabalho e renda, numa perspectiva de inclusão social, organizada sob a forma de cooperativas*⁴⁴. Esta nova forma de produzir está pautada num tipo de democracia participativa e

⁴³Fonte: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>

⁴⁴ Conceito extraído do sítio do Ministério do Trabalho: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>

associativa/cooperativista fortalecida pela necessidade de trabalhadores se organizarem em face das sucessivas crises do capitalismo e das transformações ocorridas no campo do trabalho. Segundo Antunes:

Nos últimos anos, particularmente depois da década de 1970, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário inglês (...) ocorrem mutações intensas, de ordens diferenciadas, e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar consequências muito fortes no interior do movimento operário, e, em particular, no âmbito do movimento sindical. (ANTUNES, 2002, p. 167).

Resumidamente, podemos destacar que a Coleta Seletiva teve origem na Europa, sendo a Alemanha e França como países pioneiros na adoção de medidas destinadas a equacionar a questão dos resíduos sólidos. A política francesa de resíduos foi estabelecida em 1975 e, ao longo das décadas de oitenta e noventa, adquiriu força na questão da responsabilização de empresas quanto à destinação e reciclagem de embalagens, tornando-se fortemente engajada na modernização do gerenciamento de resíduos sólidos (JURAS, 2005).

Na Alemanha, a política de resíduos se consolidou por meio da Lei de Minimização e Eliminação de Resíduos em 1986. Em 1994, foi substituída pela Lei de Economia de Ciclo Integral e Gestão de Resíduos, que obrigou os fabricantes e os distribuidores a aceitar a devolução de vasilhames e embalagens e a conduzi-los a uma recuperação material, independente do sistema público de eliminação de resíduos.

A União Europeia continua adotando políticas na redução e reciclagem de resíduos, mesmo em tempo de crise econômica (JURAS, 2005), e vem estabelecendo metas cada vez mais ambiciosas para reduzir o acúmulo de lixo e promover a reciclagem em escalas cada vez maiores. A comissão de Meio Ambiente da União Europeia informou que o bloco estabeleceu a meta de, até o ano de 2030, seus países-membros deverem reciclar 70% do lixo municipal e 80% das embalagens plásticas. Também há a revisão de que os materiais recicláveis deixem de ser enterrados em aterros sanitários até o ano de 2025. Também foram

estabelecidas metas para reduzir o desperdício de alimentos e a geração do lixo marinho.⁴⁵

Depreendemos dos dados apresentados acima que a Economia Solidária ou Social nestes países, no que se refere à coleta seletiva, não parece ter tido qualquer papel. Notamos que as políticas de resíduos que englobam atividades de coletas seletiva e reciclagem estão diretamente ligadas às políticas públicas de Estado. Não identificamos, como no Brasil, quaisquer relações entre o papel de cooperativas ou associações ou de movimentos associativistas e cooperativistas ao processo de coleta seletiva.

O que podemos inferir dos levantamentos realizados recai em dois importantes aspectos: o primeiro está na eficiência dos serviços de coleta de lixo das principais cidades europeias, as quais possuem políticas públicas de resíduos e saneamento já bastante consolidadas. O outro aspecto se destaca pela ausência do trabalho do catador em países desenvolvidos.

Em face das condições socioeconômicas das grandes cidades europeias, este trabalhador não existe ou pelo menos não aparece da mesma forma que nas cidades latino-americanas, onde, por conta do desemprego estrutural e dos ineficientes serviços de coleta de lixo, existem milhares de catadores(as) que vivem de separar materiais reaproveitáveis a fim de gerar alguma renda que garanta a sobrevivência do catador, que vive, eminentemente, do trabalho de catar.

Assim, a conjuntura socioeconômica da Europa desenvolvida não ensejou a necessidade de um trabalhador que viva da venda de materiais coletados e advindos do lixo, diferentemente dos países latino-americanos como o Brasil, cujo contexto social leva ao surgimento de profissões periféricas – como o catador, que vive, sobretudo, de coletar, separar e vender materiais reaproveitáveis.

Embora não tenhamos a oportunidade de realizar pesquisas *in loco* em países europeus, pude encontrar reportagens sobre pessoas mais pobres que reaproveitam móveis ou outros tipos de objetos descartados em lixeiras. Porém, percebi que não é comum que elas venham a sobreviver da renda de tais materiais coletados.

⁴⁵ Extraído da página: <[http://www.dw.de/uni%C3%A3o-europeia-prop%C3%B5e-leis-para-promover-a-reciclagem-de-materiais/a-17776261/Acesso 16/01/2015](http://www.dw.de/uni%C3%A3o-europeia-prop%C3%B5e-leis-para-promover-a-reciclagem-de-materiais/a-17776261/Acesso%2016/01/2015)>.

Claro que pesquisas via *web* em reportagens estão longe de esgotar as possibilidades de investigação e gerar um quadro bastante confiável sobre a existência de catadores(as) nos países europeus desenvolvidos. Tal realidade difere radicalmente daquela que encontrei no Brasil e na cidade de João Pessoa, em que os serviços de coleta de lixo são insuficientes e muitas vezes até ausentes.

O cenário sul-americano também apresenta, há décadas, uma situação de desemprego estrutural que contribui para explicar a existência de catadores(as) que vivem da separação de materiais descartados. Tal cenário teve um papel fundamental para a participação dos catadores(as) como importantes atores nos processos de implementação de coleta seletiva nas cidades brasileiras.

As primeiras iniciativas organizadas de coleta seletiva no Brasil tiveram início em 1986 em alguns municípios do sul e sudeste do país. Destacam-se, a partir de 1990, aquelas nas quais as administrações municipais estabeleceram parcerias com catadores(as) organizados em associações e cooperativas para a gestão e execução dos programas de coleta (EIGENHEER, 1993).

Assim, entende-se que a coleta seletiva vem contribuindo para a sustentabilidade urbana tanto na gestão dos resíduos quanto para a questão do trabalho, a partir do momento em que pressupõe a geração de renda e organização para trabalhadores carentes e informais (SINGER, 2002).

A primeira experiência de coleta seletiva ‘oficialmente’ relatada ocorreu em 1985, em Niterói (RJ), no bairro residencial de classe média São Francisco. Em 1989, a capital paranaense também passou a realizar a coleta seletiva e, atualmente, adota o modelo em 100% dos seus bairros (seguida de Goiânia, Londrina, Porto Alegre, Santo André e São José dos Campos, estas duas últimas no estado de São Paulo) (CEMPRE, 2012).

O registro das experiências brasileiras de coleta seletiva teve início em 1993, com a publicação da coletânea “Coleta Seletiva de Lixo – experiências brasileiras”, e, a partir de 1994, vem contando com a divulgação de experiências de entidades como a CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem (RIBEIRO; BESEN, 2007).

A pesquisa desenvolvida nos sinalizou que a Economia Solidária vislumbra atingir um tipo de desenvolvimento sustentável e possui como pressuposto que as

políticas públicas, em face da pressão dos movimentos sociais, devem ser implementadas e fomentadas pelo poder público e estão intimamente ligadas à relação entre economia, trabalho e direitos sociais, sendo imprescindível a participação de todas as camadas e classes sociais e os diversos setores para se alcançar um desenvolvimento efetivamente sustentável.

Pela conquista de um desenvolvimento social inclusivo, ambiental e socialmente sustentável, registra-se, com destaque, o 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, que reuniu mais de 1700 catadores(as), em junho de 2001, em Brasília, onde foi lançada a Carta de Brasília.

A Carta de Brasília é um documento redigido coletivamente pelos participantes do evento, a qual expressa as necessidades do grupo e veio a inspirar e contribuir para a criação do Movimento Nacional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR, 2012), que já trazia como um dos seus objetivos o fortalecimento do trabalho de catadores(as) por meio de cooperativas e associações, incentivando, assim, tipos de organizações solidárias no trabalho de separação e coleta de materiais.

A partir do I Fórum Social Mundial em 2001, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais. O evento envolveu, diretamente, mais de 3000 empreendimentos de economia solidária (FEBS, 2012) e teve forte papel na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com o fim de formular e promover políticas públicas voltadas para empreendimentos solidários em todo o país (MTE, 2012).

No ano de 2003, após a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores(as) de Lixo⁴⁶, surgiu a iniciativa governamental de unir coleta seletiva e valorização da mão de obra desta atividade: os catadores(as). Em 2006, o Decreto 5.940 trouxe o conceito de Coleta Seletiva Solidária⁴⁷ e agregou valor mercadológico

⁴⁶ Decreto s/n de 11.09.2003.

⁴⁷ Decreto n. 5.940/2006 - Art. 2º: "Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: I - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis".

e social ao trabalho dos “catadores(as)de lixo” visando à sua inclusão social e geração de emprego e renda por meio do cooperativismo, identificando, assim, o forte potencial econômico e socializador do reaproveitamento e reciclagem de materiais e a ressignificação do trabalho do catador, fatores alinhados com o desenvolvimento sustentável.

Na direção de fortalecer o conjunto de diretrizes, políticas e programas de Estado amparados no arcabouço legal que, no caso brasileiro, inicia-se pela PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente –, regida pela Lei 6.938/1981. Tal política tem como parte integrante as ações voltadas para a gestão de resíduos sólidos, em cumprimento à Lei n.º 12. 305/2010, a qual institui a Política Nacional de Resíduos (PNRS). Isto denota a importância desses trabalhadores estarem se organizando cada vez mais pelos princípios de uma economia diferente, já conhecidamente como Economia Solidária, conforme mencionado anteriormente e tendo o associativismo como base orgânica do seu movimento.

A partir da Política Nacional de Resíduos, que dá especial atenção ao trabalho cooperativo ou associativo dos catadores(as)(as), ocorre um fortalecimento para a organização destes trabalhadores, reforçando princípios de uma economia diferente e partindo de uma dimensão sustentável social, econômica e ambiental, a qual vem, mesmo lentamente, incorporando-se às ações de investimento na região nordeste.

No âmbito da região nordeste – em específico, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado em 1952 pela influência política de Celso Furtado, membro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) –, importantes investimentos vêm sendo destinados à questão do desenvolvimento no nordeste brasileiro. Enquanto instituição pública de financiamento regional, o BNB tem como missão institucional ser “*um agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste*” (BNB, 2012).

Assim, além de promover o programa “Farol do Desenvolvimento” e o Crediamigo amplamente desenvolvido na região nordeste, desde o início de 2003 o BNB passou a apoiar a Política Nacional de Economia Solidária, formulada pela SENAES, o que acabou por criar o Crediamigo Comunidade, um fundo voltado exclusivamente para empreendimentos solidários. Com a realização do seminário

“Economia Solidária e Políticas Públicas para o Nordeste”, o BNB, através do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), viabilizou canais de articulação com o movimento nacional da Economia Solidária e, particularmente, com a região Nordeste (MOTA, 2009).

Após promover a extinção do deplorável “Lixão do Roger”, a prefeitura de João Pessoa, na Paraíba, lançou, no ano de 2007, o projeto Acordo Verde, com o intuito de promover a coleta seletiva na cidade e incorporar os(as) catadores(as) oriundos(as) do Lixão e espalhados(as) pela rede urbana local. Incentivando a criação de associações, o projeto prevê a destinação do material coletado pelos órgãos da administração pública municipal às associações de catadores(as). Na teoria, os catadores passariam pelas casas e selecionariam em Galpões construídos pela prefeitura com a ajuda de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A ideia era iniciar, assim, um grande processo de investimentos em ações sustentáveis que interferissem diretamente na cadeia produtiva de materiais recicláveis e no desenvolvimento sustentável.

Ainda assim, a cidade não chega a reciclar 5% das 10 mil toneladas de lixo produzidos mensalmente, fazendo parte, aliás, do índice de apenas 59,7% na região Nordeste, que corresponde à menor taxa de lixo coletado no país, contra 90,1% do Sudeste (IBGE, 2000).

Segundo um levantamento feito pelo Ministério das Cidades por meio do Diagnóstico de Manejo e Resíduos Sólidos Urbanos do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), a Paraíba é, em proporção, o segundo estado do país no ranking do lixo, perdendo apenas para o Distrito Federal (SNIS, 2007)⁴⁸. Este cenário denota que ainda resta um grande desafio à promoção de um novo desenvolvimentismo necessário à região nordeste e ao país, qual seja, pautado pela sustentabilidade em sua plenitude, concebida pela inclusão social, responsabilidade ambiental e crescimento econômico continuado e equilibrado com a realidade e as necessidades locais.

Vale lembrar que, em 7 de maio de 2013, a prefeitura de João Pessoa lançou um outro programa para coleta seletiva no município, intitulado “Limpinho 3R”, este

⁴⁸ Disponível em: <http://www.jornalonorte.com.br/2010/02/11/diaadia1_0.php>

baseado na ideia de bonificação. O programa piloto começou a funcionar somente no Núcleo de Coleta Seletiva (Galpão) do bairro do Bessa e áreas adjacentes.

Após realizar um cadastro, o usuário do programa deve disponibilizar seu lixo reciclável em frente a sua residência ou diretamente no Núcleo de Coleta e, assim, receberá pontos em seu cartão “Limpinho 3R”. A pontuação alcançada no cartão poderá ser trocada por diversos serviços, como tratamentos estéticos, automotivos, educacionais e brindes variados. O referido programa não foi objeto de análise aprofundada, dada a sua incipiência e de não se concentrar na participação das associações, mas dos cidadãos.

Isto posto, após meus levantamentos, ficou evidente a relação direta entre a evolução das práticas de coleta seletiva nas cidades brasileiras e, em especial, em João Pessoa, e a consolidação de experiências em *economia solidária* de catadores, sobretudo em experiências associativas.

4. ACORDO VERDE: POLÍTICA PÚBLICA DE RESÍDUOS E O TRABALHO ASSOCIATIVO

Neste capítulo, apresento a descrição e análise sobre a criação das associações de catadores, trazendo o desenho da política de resíduos do município, o perfil socioeconômico dos catadores(as), bem como um panorama dos atores sociais envolvidos no processo de coleta seletiva de João Pessoa.

Além disso, enfocamos os dados de campo, os quais forneceram subsídios para explicitarmos situações de campo por meio de trechos das entrevistas realizadas e dados obtidos a partir dos questionários aplicados.

João Pessoa, capital do estado da Paraíba, possui 723.515 habitantes (segundo o censo de 2010) e encontra-se no litoral do estado, na microrregião da Zona da Mata do nordeste brasileiro.



Figura 2. Localização da Capital João Pessoa, no estado da Paraíba.
Fonte: Google Maps.

Segundo o censo do IBGE de 2010, há um equilíbrio entre a população masculina e feminina, sendo que esta representa 53,31% do total da população de João Pessoa. Em termos educacionais, 84,5% são alfabetizados.

Produto Interno Bruto João Pessoa/PB - 2012

Valor adicionado bruto da agropecuária	7.745 mil reais
Valor adicionado bruto da indústria	2.444.365 mil reais
Valor adicionado bruto dos serviços	7.186.797 mil reais

Tabela 1. PIB de 2012.

Tais dados nos levam a considerar que a cidade é de médio portpopulação média, se considerarmos o seu tamanho e sua área territorial.

No quadro econômico municipal, João Pessoa possui um PIB de mais de 7 milhões de reais por ano, em que a maior participação está concentrada no setor terciário, com a indústria tendo uma participação bem menor, seguida da agropecuária, que tem a menor participação na produção da riqueza do município, conforme quadro abaixo:

Área da unidade territorial	211,474	Km²
População residente	723.515	Pessoas
População residente - Homens	337.783	Pessoas
População residente – Mulheres	385.732	Pessoas
População residente alfabetizada	611.738	Pessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes – Rural	1.187,55	Reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares – Urbana	3.263,64	Reais

Tabela 2. Perfil Socioeconômico de João Pessoa.Fonte: IBGE – CENSO 2010.

Dentro do quadro encontrado, minha pesquisa se concentrou em compreender a política pública de resíduos do município de João Pessoa, identificando o papel das associações de catadores(as) no processo de coleta seletiva da cidade.

Deste modo, passamos a apresentar os dados coletados em campo, a fim de demonstrar, num primeiro momento, as principais e mais importantes informações obtidas.

4.1. A coleta seletiva de João Pessoa e o trabalho dos catadores(as)

Meus primeiros levantamentos de campo, iniciados no ano de 2012, já propiciaram a identificação do primeiro instrumento direcionador da coleta seletiva de João Pessoa, o Projeto Acordo Verde. Logo percebia que o projeto trata-se, na verdade, de um protocolo de intenções que traça as linhas gerais de uma política municipal proposta para o setor de resíduos sólidos. Não é tratado nem reconhecido pelo poder público municipal como uma política pública, mas apenas uma ação dentro da política de resíduos do município. O protocolo institui um “acordo” entre os moradores dos bairros atingidos pelo projeto, o poder público municipal, por meio da EMLUR – Empresa Municipal de Limpeza Urbana –, e os catadores(as) atuantes na região, chamados pelo projeto de “Agentes Ambientais”, enquanto trabalhadores que se incumbem de separar os resíduos.

O projeto Acordo Verde é uma tentativa da prefeitura da cidade de implantar a coleta seletiva e dar uma destinação sustentável, de acordo com os pressupostos da AGENDA 21 de 1992 (MMA, 2004) aos resíduos produzidos, cuja metodologia vem tentando se expandir pelos 65 bairros da cidade. Atualmente, o projeto só alcança 19 bairros, tendo apenas cinco galpões de triagem.

O desenvolvimento do projeto se dá, basicamente, pelo “pacto”, por parte dos moradores, em realizar a separação prévia dos resíduos em suas casas, ao menos entre o lixo seco e o molhado e, por conseguinte, na coleta dos materiais recicláveis por parte dos catadores(as) nas áreas residenciais, seguindo uma rota de coleta definida pela prefeitura.

O material coletado é carregado em carrinhos manuais ou caminhões da EMLUR até os galpões de triagem, que foram construídos por ela com este objetivo e com a ajuda de recursos do PAC do governo federal.

Apuramos que, em maio de 2010, o município de João Pessoa promulgou o decreto n.º 6.923/2010 (único instrumento legal sobre a coleta seletiva do município), que *“instituiu a separação pelos órgãos da administração municipal dos resíduos sólidos recicláveis e a sua destinação para as associações e cooperativas de agentes recicladores”*. O decreto municipal segue os moldes do decreto federal n.º

5.940/2006 e funciona, até o momento, como marco legal para o setor de resíduos na administração pública municipal e a inclusão social dos catadores(as) do município.

Em 2012, o município também publicou a Lei nº 12.412, que institui o Programa Bolsa Verde no município, para fins de concessão de incentivo financeiro mensal aos catadores(as) associados ou cooperados de material reutilizável e reciclável.

Apesar destas iniciativas, segundo informações obtidas junto à EMLUR, a cidade de João Pessoa produz, em média, 10 mil toneladas de lixo por mês e separa apenas 300 toneladas de resíduos recicláveis. Tal dado corrobora com os dados oficiais do IBGE, que demonstram a cidade de João Pessoa como integrante do grupo dos 14,8% dos municípios brasileiros que firmaram acordos com associações.

Portanto, a prefeitura firmou, oficialmente, parceria com duas associações de catadores(as): a ASTRAMARE, que acolhe cerca de 400 catadores(as) cadastradas, mas com menos de 100 atuantes; e a Acordo Verde, que cadastrou cerca de 100 associados, mas conta com menos de 60 atuantes efetivamente.

A Coordenação do Núcleo de Coleta Seletiva da EMLUR informou, também, que, das 300 toneladas selecionadas mensalmente pelo município, cerca de 100 toneladas advêm diretamente do trabalho dos catadores(as) por meio de suas associações, o que demonstra um impacto de um terço do material selecionado diretamente pelo trabalho das associações.

Também conseguimos captar a informação de que, dos 65 bairros, somente 19 são atendidos e contemplados pelo Acordo e apenas 3% do lixo produzido pela cidade sofre processo de reciclagem, sendo que somente 1% tem relação direta com o trabalho desenvolvido pelas associações.

Pude verificar, nas primeiras observações *in loco*, que várias das ações implementadas pela prefeitura não observavam as seguintes situações:

- Rotina ineficiente de coleta de lixo da cidade, haja vista a pouca cobertura do projeto ante ao total de bairros existentes e, ainda, a falta de calendários e coletores adequados na cidade, de metas e outros dispositivos

que pudessem orientar a rotina de coleta da cidade, tanto aos moradores quanto aos catadores(as);

- Ainda existem cerca de trezentos catadores(as) sem associação ou trabalhando de maneira totalmente informal na cidade. Portanto, fica a questão de como inseri-los no processo;
- A própria EMLUR admitia que a maioria dos catadores(as) não possui os meios próprios e requisitos legais para firmar uma organização social na forma associativa, tais como: sede própria, registro de estatuto em cartório, capital de giro e até mesmo “maturidade” política.

Segundo informações coletadas junto aos gestores municipais de João Pessoa, este programa começou a funcionar em agosto de 2007 e tinha, de início, o objetivo de otimizar as atividades no Aterro Sanitário, distrito industrial, que possuía mais de 100 trabalhadores de catação desde a época do Lixão, no bairro do Roger, os quais, sob influência do poder público, atentaram-se para a possibilidade de criar uma associação e organizar o trabalho de catação e separação de material reciclável.

O programa resume-se na participação ativa da população, incentivada apenas pelas campanhas da Prefeitura e concretiza-se por um tipo de protocolo de intenções onde se pactuam, entre si, os moradores dos bairros atendidos pelo programa, o poder público (por meio da EMLUR) e os catadores(as), denominados pelo projeto de “Agentes Ambientais”, que passaram a se organizar em associações.

Neste protocolo de intenções, cabe aos moradores separar ao menos os resíduos orgânicos ou “molhados”, como eles dizem, destinando aqueles possíveis de reaproveitamento ou reciclagem aos catadores(as). A estes, cabe passar nas ruas e residências, em datas e horários previamente anunciados, e coletar os materiais recicláveis para levá-los até os pontos de separação (Galpões). À prefeitura, cabe recolher o material orgânico e prover a infraestrutura necessária nos chamados galpões de triagem ou Núcleos de Coleta, em que os materiais devem ser devidamente separados por tipo e preparados para a venda pelos catadores(as) associados.

O Acordo Verde adota, então, uma metodologia tri-partícipe de gestão, onde o poder público assume a responsabilidade de dar infraestrutura aos catadores(as) e

ao sistema de coleta pública da cidade, os habitantes adotam a coleta seletiva em suas casas ou ambiente de trabalho (fontes geradoras de resíduos) e os catadores(as) são organizados em associações.

O principal trabalho dos catadores é realizar a separação dos resíduos por tipo de material (vidro, papel, plástico e metais) e preparar o material para ser comercializado. Depois de vendido, a renda gerada, em tese, deve ser compartilhada igual ou proporcionalmente entre os associados.

Assim, o Acordo Verde propõe um método tri-partícipe, conforme ilustrado abaixo:

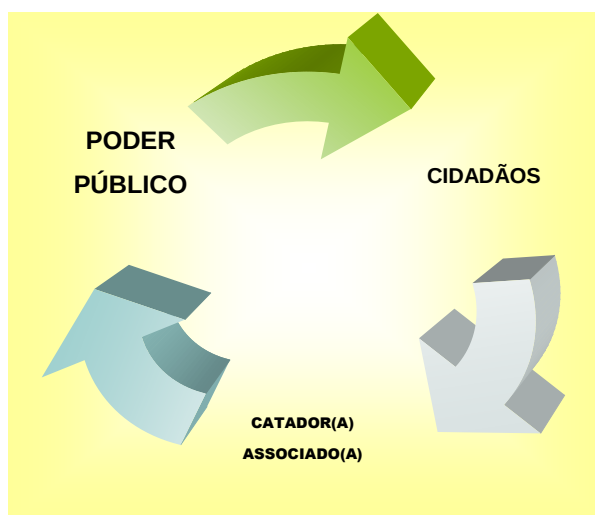


Figura 3. Modelo de gestão participativa do Acordo Verde.
Fonte: Pesquisa de Campo.

Segundo dados da Prefeitura, atualmente, 19 bairros são atendidos com a coleta seletiva em João Pessoa, dos quais seis seguem a proposta metodológica do Acordo Verde: Roger, Anatolia, Bancários, Jardim Cidade Universitária e Mangabeira e Bessa. Vale destacar que o Galpão do Roger foi o primeiro a ser construído e lá se destaca por fazer parte da zona central da cidade. Os bairros de Anatolia, Bancários, Jardim Cidade Universitária e Mangabeira concentram a parte mais populosa da cidade. Já o bairro do Bessa localiza-se na zona leste da cidade, na praia, compondo a parte de maior poder aquisitivo da cidade, juntamente com os bairros de Tambaú, Manaíra e Cabo Branco, ainda sem galpões e não contemplados pelas atividades do Acordo Verde até o momento.

ATORES SOCIAIS	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
EMLUR – Empresa Municipal de Limpeza Urbana	Aparece como principal agente do poder público, enquanto autarquia municipal e responsável pelo Protocolo do Acordo Verde, realizar a coleta de resíduos do município e gerir os galpões de triagem da cidade.
ASTRAMARE, a ASCARE e a ACORDO VERDE.	Associações formalizadas de catadores(as) em João Pessoa, as quais:. - A ASTRAMARE está registrada com cerca de cem catadores(as) e que atuam no Galpão do Roger e Aterro Sanitário (Distrito Industrial); - A ASCARE, criada em 2008, recentemente reativada (2012), formada por 22 membros dissidentes da ASTRAMARE e atuando na rua chamada de “S”, no bairro do Roger e no Galpão do bairro do Bessa; - A Acordo Verde, com cerca de 25 membros, atua nos bairros de Mangabeira e Cidade Universitária; - ACAMPAR – Associação de Catadores(as) de Material de Paratibe (comunidade de Paratibe no Bairro de Valentina) –, só formalizada em 2013; - Catadores(as) do Bairro de Mandacaru – não formalizados.
Comissão Municipal de Coleta Seletiva.	Criada pelo decreto n.º 6.923/2010 e composta por um representante de algumas secretarias municipais e as associações (cerca de 10 membros).
A Rede de Lixo e Cidadania.	Formada por representantes dos catadores(as) e articulada pela Cáritas e Fórum Estadual de Economia Solidária.
Cáritas Brasileira	Entidade de fomento ligada à Pastoral Urbana da Igreja Católica.
Fórum Estadual de Economia Solidária;	Representação do Fórum Nacional criada para a articulação de empreendimentos solidários em rede.
Sucateiros ou donos de caminhão	Também chamados de “atravessadores”, pois compram material dos catadores(as) para revender às Fábricas.
Fábricas	Empresas que compram materiais para reciclar ou revender.
Catadores(as) informais	Sem associação que trabalham sem vínculo qualquer, dispersos por todos os bairros da cidade.

Moradores dos bairros atendidos	Realizam a separação de resíduos nas residências.
--	---

Tabela 3. Atores sociais da Política de Resíduos do município de João Pessoa (PB).

Fonte: Pesquisa de Campo.

A EMLUR aparece como polo de poder nas relações institucionais presentes no processo de coleta seletiva da cidade João Pessoa. Além de ser o principal agente público e gestor do Protocolo do Acordo Verde, é a autarquia municipal responsável por realizar a coleta de resíduos do município, bem como todos os recursos financeiros e humanos na gestão da limpeza urbana.

De acordo com a Lei n.º 12.412, que institui o benefício do Bolsa Verde⁴⁹ aos catadores(as) que devem, entre outras obrigações, estarem associados a alguma entidade de trabalhadores em materiais recicláveis, a EMLUR é responsável por:

Art. 3º – Para a consecução do disposto nesta lei, cabe ao Município, por intermédio da Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana - EMLUR:

- I – contribuir para a construção de rede de gestão, integrada pelos três níveis de governo, nos termos da legislação aplicável, com vista a estimular o compartilhamento de informações, de ações e de atividades voltadas para a administração de material reutilizável e reciclável e de recursos financeiros destinados a pagamento de serviços ambientais ao catador de material reutilizável e reciclável;
- II – implantar os cadastros de cooperativas e/ou associações de catadores(as) de materiais reutilizáveis e recicláveis, bem como dos beneficiários do Programa Bolsa Verde;
- III – incentivar e auxiliar os catadores(as) de material reutilizável e reciclável a se integrem às cooperativas e associações;
- IV - ofertar equipamentos e apoio técnico para a formação de cooperativas ou associações;
- V – desburocratizar os procedimentos para a constituição de cooperativas ou associações, no âmbito das competências da Prefeitura Municipal de João Pessoa;
- VI – fomentar o desenvolvimento de atividades de educação ambiental; e
- VII - estimular a triagem e reciclagem do material coletado (Lei nº 12.412, 2012).

⁴⁹ O Bolsa Verde faz parte do programa federal Brasil Sem Miséria e foi instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011, no âmbito federal.

No outro polo de poder, numa situação desprivilegiada, estão as associações formalizadas de catadores(as) em João Pessoa. A mais antiga delas é a ASTRAMARE e está registrada com cerca de trezentos catadores(as) desde seu surgimento quando da extinção do Lixão do Roger. Atualmente, possui cerca de cem catadores(as), que atuam no Galpão do Roger, localizado no centro da cidade, e no Aterro Sanitário, localizado no Distrito Industrial, a cerca de 17 km do centro.

Também tivemos a oportunidade de conhecer um grupo de catadores(as) que estava, em meados de 2012, resgatando seu funcionamento: a ASCARE - Associação de Catadores(as) de Resíduos de João Pessoa, criada em 2008. Formada por 22 membros dissidentes da ASTRAMARES e atuando na rua chamada de “S”, no bairro do Roger, busca, fundamentalmente, fortalecer o trabalho dos catadores(as) do bairro do Roger.

A associação ASCARE conseguiu o espaço do Galpão do bairro do Bessa para conseguirem armazenar e separar o material coletado. Sua relação institucional com a prefeitura ainda mostra-se frágil, pois seu convênio com a prefeitura ainda não estava firmado até o ano de 2013. Neste ano, ela começou a se fortalecer por conta da nova iniciativa dada pela prefeitura de João Pessoa, que lançou o programa de bonificação e incentivo aos cidadãos para realizar a coleta seletiva pelo programa Limpinho 3R.

Já a associação Acordo Verde possui menos de cem associados cadastrados, sendo que cerca de 25 membros atuam nos bairros de Mangabeira e Cidade Universitária, concentrando as suas atividades no Núcleo de Coleta da Cidade Universitária (Galpão). A associação foi criada posteriormente à ASTRAMARE e também firmou seu convênio de parceria com a EMLUR, após a ASTRAMARE.

Diferentemente da ASTRAMARE, os membros da Acordo Verde realizam rotas de coleta nos dois bairros onde atuam e também vão, diariamente, ao Campus da Universidade Federal da Paraíba, localizado no bairro dos bancários, para coletar o material previamente separado pelo plano de coleta seletiva da universidade. Todo o material coletado pela associação é levado para o galpão que apresentou melhores condições de trabalho que o galpão do Roger e o Galpão do Aterro Sanitário.

Foi observado que a Acordo Verde está mais organizada, possui uniforme mais novo e conta com o fornecimento de uma refeição diária e transporte até o galpão – que também está equipado pela prefeitura. Houve relatos, tanto por parte dos associados quanto pelos gestores da prefeitura, que as condições de assistência aos associados da Acordo Verde é a melhor dentre as associações atuantes na cidade. Uma das explicações dadas seria a melhor organização da Acordo Verde. Já nos relatos dos associados da ASTRAMARE existe um tratamento diferenciado por parte da prefeitura e muitos se sentem preteridos.

A associação ACAMPAR (comunidade de Paratibe, no bairro de Valentina) ainda não estava formalizada até o ano de 2012, mas apresentava alguma organização por conta da atuação da Associação de Moradores de Paratibe. Tal associação havia conseguido, no ano de 2011, um financiamento do Banco do Brasil para adquirir carrinhos e uniformes para catar material e utilizava as instalações da associação para separar o material. A Associação, em formação, encontrava-se em fase de captação de adeptos e trabalhando no seu estatuto.

Pude identificar, também, um grupo de catadores(as) residentes e atuantes no bairro de Mandacaru, não formalizados, que ainda não apresentavam interesse em se organizar na forma associativa.

Pelo que minha pesquisa apontou, há um conjunto de fatores que vem dificultando o desempenho do projeto e, por conta disto, a sua eficiência fica comprometida. Dentre as várias dificuldades, podemos destacar as seguintes:

- A forte resistência por parte da população local em adotar a seleção doméstica dos resíduos;
- As precárias condições enfrentadas pela própria EMLUR para fazer a coleta seletiva (falta de recursos, pessoal, caminhões e carrinhos suficientes e adequados);
- Galpões de triagem insuficientes para a separação e estocagem dos resíduos em escala municipal;
- A desmobilização dos catadores(as) para organizarem suas associações.

Também pude apurar algumas dificuldades que comprometiam a eficiência do projeto Acordo Verde, como:

- 46 dos 65 bairros fora do Acordo Verde;
- A EMLUR não disponibiliza caminhões e carrinhos de coleta seletiva ou galpões suficientes à coleta seletiva da cidade;
- A geração de renda dos catadores(as) ainda não era suficiente;
- As condições de trabalho, sobretudo no Aterro Sanitário, não eram boas.

Em minha análise, um dos problemas cruciais da política do Acordo Verde é que o mesmo se inscreve num tipo de política pública baseada no modelo de *Garbage Can* ou, ironicamente, “lata de lixo”, proposto por Cohen, March e Olsen (1972), onde:

escolhas de políticas públicas são feitas como se as alternativas estivessem em uma “lata de lixo”. Ou seja, existem vários problemas e poucas soluções (...) As organizações constroem as preferências para a solução dos problemas – ação – e não as preferências constroem a ação. A compreensão do problema e das soluções é limitada, e as organizações operam em um sistema de tentativa e erro (SOUZA, 2006, p.32).

Notamos, portanto, uma “vontade” governamental em implementar a coleta seletiva na cidade e promover benefícios para os catadores(as). Porém, pelo que as informações que a pesquisa nos forneceu, ocorre a falta de planejamento, além de não se levar em consideração tanto as reais condições sociais dos moradores e catadores(as) nem os aspectos que envolvem a cadeia produtiva de recicláveis que possam garantir uma sustentabilidade ambiental e econômica para o setor.

Em contrapartida, podemos ter, como horizonte mais realista ao Acordo Verde, um outro tipo de política pública de resíduos que contribua melhor para a organização e geração de renda dos catadores(as) e que seja mais articulada com as necessidades e a realidade local.

Em minha perspectiva, uma política pública mais apropriada ao caso poderia se dar na forma de “Arenas Sociais”, como lembra Celina Souza, num modelo que

considera os problemas socialmente reconhecidos e partilhados a serem resolvidos em determinadas circunstâncias ou situação social cujas ações devem prever relações, vínculos e trocas entre entidades e indivíduos envolvidos em tais situações.

Diante dos problemas identificados no Acordo Verde de João Pessoa, somos levados a considerar que ele se aproxima muito mais do tipo de uma política pública *Incrementalista* (SOUZA, 2006), visto que se apresenta de forma pontual e desarticulada entre os atores sociais envolvidos e de participação centralizada na figura do poder público, e não na forma de “Arenas Sociais” (como preferimos).

Consideramos, também, que, qualquer que seja o modelo de política adotado, é essencial a aplicação de métodos de avaliação, partindo de dimensões como a utilidade, a viabilidade política, a prática econômica e a ética no que diz respeito aos valores dos atores sociais envolvidos (MINAYO, 2005).

4.2. Perfil socioeconômico dos catadores(as)

Com o fim de conhecer melhor os sujeitos envolvidos em minha pesquisa, tentei identificar algumas informações sobre a idade, faixa etária, divisão sexual, renda e outras informações que pudessem ilustrar um pouco do perfil dos catadores(as), enquanto cidadãos e trabalhadores.

Assim, nesta seção, apresentaremos dados coletados em campo, sobretudo a partir dos questionários aplicados, buscando demonstrar aspectos relevantes a respeito do perfil socioeconômico dos associados, bem como características relacionadas às suas condições de trabalho.

Também apresento um pouco da percepção dos associados frente ao papel que desenvolvem enquanto catadores(as) organizados na forma associativa e suas relações com o poder público e com o mercado formal de comercialização de materiais recicláveis. Os percentuais foram arredondados para facilitar a tabulação.

Iniciamos meu levantamento com o fim de verificar a faixa etária média dos catadores(as) inquiridos nas duas associações.

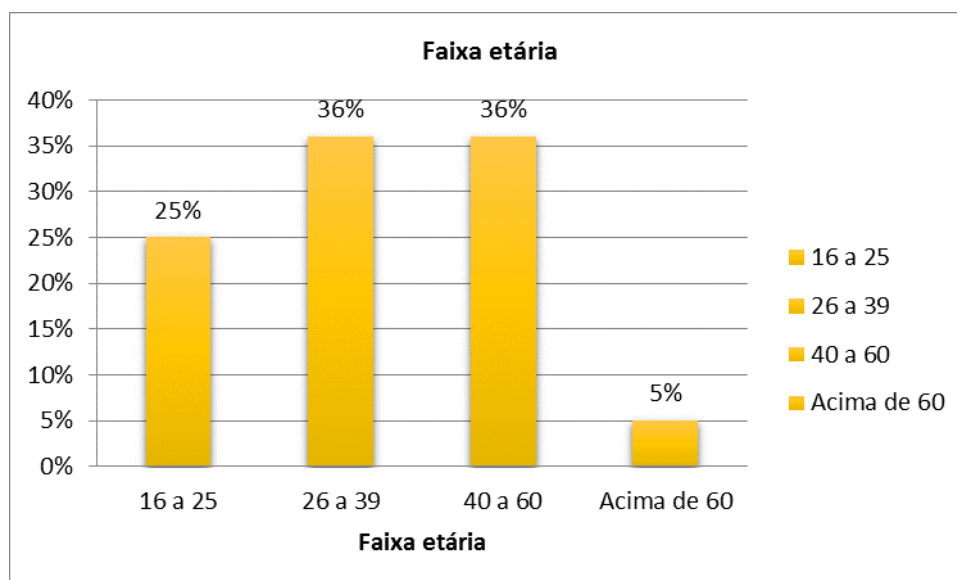


Gráfico 1. Faixa etária dos catadores.

O gráfico indica vários aspectos pertinentes ao perfil dos trabalhadores, como, por exemplo, o fato de que uma parte considerável da população investigada se encontra na faixa etária jovem (25% da população), conforme classificação do IBGE⁵⁰. Já com relação à população classificada como adulta (72%), o índice foi obtido somando-se o índice equilibrado entre pessoas entre 26 a 39 anos e entre 40 e 60 anos de idade, com 36% cada. 3% da população possui idade acima de 60 anos.

4.2.1. Informações de gênero

Embora a questão de gênero⁵¹ não tenha sido foco de minha pesquisa, foi observada uma forte participação das mulheres nos grupos investigados, atingindo um índice de 42%, que nos instigou a buscar identificar as especificidades, no que tange à questão de gênero, sobre o trabalho nas associações.

⁵⁰ Vide faixas etárias constantes no censo do IBGE 2010, disponíveis no link: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/default.shtm>.

⁵¹ Existem vários trabalhos realizados sobre a participação de mulheres em experiências de Economia Solidária associativas ou cooperativas, tais como (COSTA, 2011), em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/15649/9881>>, E, também (MACHADO, 2012), disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/36867>>.



Figura 5: Catadoras separando o material no galpão. Fonte: campo.

Vale destacar que as lideranças femininas do MNCR questionaram os resultados da pesquisa realizada⁵² e divulgada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) durante encontro com a Presidenta Dilma Rousseff, em São Paulo, no final do ano de 2013. A pesquisa concluiu que 400 mil trabalhadores se declaram como Catadores de Resíduos: as mulheres representariam 31,1% desse total. No entanto, no encontro, catadoras declararam que, na verdade, elas representariam 70% da categoria, revelando, ainda, que são, em sua maioria, mulheres negras e chefes de família.

A discrepância foi explicada pelo instituto apenas como divergência na autodeclaração, por parte das mulheres, que teriam se declarado exercendo outras atividades, como o cuidado do lar e da família, e entenderem que a coleta de resíduos seria uma mera atividade complementar.

Em todo caso, embora não sendo foco de minha pesquisa, é importante destacar a intensa participação das mulheres nas associações investigadas, que muito se aproximou do índice de homens catadores.

⁵² Notícia constante do site oficial do MNCR. Fonte: <http://www.mnccr.org.br/box_2/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>.

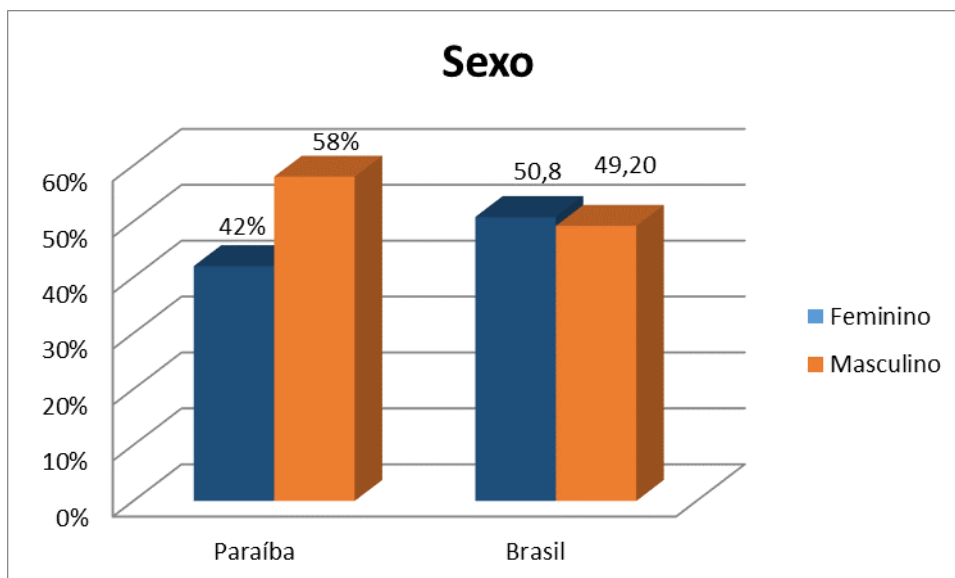


Gráfico 2. Divisão dos catadores por sexo.

Ao constataremos a forte participação das mulheres, tentei averiguar as relações de gênero e pude observar algumas especificidades, sobretudo a respeito de diferenças no modo ou regras sociais relativas às mulheres.

Um exemplo constatado se revela quando o gestor do Galpão de Triagem da Cidade Jardim Cidade Universitária é instado a falar sobre as diferenças e dificuldades típicas, por parte das mulheres, para desempenhar as tarefas, afirmando:

Só questão de serviço pesado. Carregar, caminhar, descarregar, mulher num pode fazer isso (...) Aí vem um caminhão e tem que botar esses fardos em cima do caminhão. Mulher num participa disto aí não, só os homens (JUNIOR, informação verbal, 2012).

Portanto, na fala do gestor, não haveria diferença entre o trabalho realizado por mulheres e homens, a não ser que determinadas tarefas, que requerem maior esforço e desempenho físico, não sejam destinadas às mulheres.

Entretanto, quando perguntado sobre os prejuízos que as mulheres podem sofrer por conta de suas fragilidades, como cólicas menstruais, maternidade e obrigações domésticas, é taxativo: “Isto aí, eles nem informa à gente. Quando eles tão nesse tempo aí, eles nem vem trabalhar. Nem informa a gente não (...) Deixou de produzir, né? Ela perde.” (JUNIOR, informação verbal, 2012).

Nessa fala, percebe-se, então, que as especificidades da condição de mulher prejudicam a sua produtividade, fazendo com que elas venham a receber menos, por problemas que venham a impedir sua ida ao galpão e desempenhar as suas tarefas. Também fica implícito que as especificidades das mulheres permanecem veladas, não havendo a comunicação e discussão claras das suas necessidades.

No que diz respeito às relações de gênero entre os membros das associações, verificou-se um consenso quanto à ideia de que as mulheres seriam mais participativas e teriam mais cuidado com o trabalho exercido por elas. Perguntado se o relacionamento e convívio no trabalho se tornariam melhores, piores ou, ainda, se haveria mais competitividade entre homens e mulheres dentro da associação, captamos a informação de que, por conta da presença das mulheres, as tarefas tornam-se mais organizadas, de modo que o gestor afirma:

São mais organizadas. Às vezes a gente prefere uma mulher trabalhando do que um homem porque elas são mais organizadas. Elas sabem organizar as coisas. Só fica no grupo quem entende. (...) Só existia mais homem fazendo esse trabalho. Acredito que melhorou porque hoje tem mais mulher. O galpão ajudou a ter mais mulher (JUNIOR, informação verbal, 2012).

A fala acima nos dá dois indícios: o primeiro seria que a participação das mulheres nas atividades de coleta seletiva vem aumentando cada vez mais. O outro ponto que me parece caro é que, com o advento do Galpão, a participação das mulheres foi facilitada. Este reflexo também ocorreu no aumento da sua participação na forma associativa de organização dos catadores(as), sinalizando-nos que haveria maior presença das mulheres catadoras em organizações associativas de que no trabalho informal e de catadores(as).

Tivemos a oportunidade de verificar, também, que o papel das mulheres tem aumentado no que se refere à liderança dentro das associações. Na Acordo Verde, por exemplo, a direção e presidência vem sendo exercida por uma mulher. No grupo de Mandacaru, que ainda vinha tentando se organizar, a liderança das iniciativas de

organização e representação do grupo junto ao Cataforte⁵³ também contava com a participação fundamental de uma mulher.

De certa forma, é como se os laços de solidariedade dentro de relações associativas fossem mais propensos à participação das mulheres. Talvez isto explique o fenômeno da forte participação das mulheres em organizações associativas. Ainda assim, o seu ganho monetário aparece inferior em relação aos homens.

Quanto à emancipação social das catadoras em sua condição de mulher, também pude verificar que, mesmo tendo participação cada vez mais intensa nas associações e partilhando de uma concepção de serem mais organizadas e conscientes da sua responsabilidade no trabalho, as mulheres, além de ainda receberem menos, não possuem tratamento adequado em suas especificidades fisiológicas ou ainda em face do exercício de seu papel social como mães e donas de casa.

Deste modo, pude perceber que, semelhantemente aos demais quadros profissionais encontrados no país, dentro das associações as mulheres permanecem ganhando menos que os homens e não possuem coberturas e garantias ante as suas fragilidades, prevalecendo um quadro assimétrico nas relações de competitividade, produtividade e, conseqüentemente, na rentabilidade pelo trabalho por elas exercido.

Nas entrevistas, também tivemos a oportunidade de ouvir algumas falas a respeito do cotidiano do trabalho de catadoras e a necessidade de muitas delas conciliarem a atividade de catadora com as obrigações domésticas, como cuidar da casa e dos filhos. Tal informação nos demonstrou a permanência da cobrança maior de cuidar dos filhos e das tarefas domésticas sobre as mulheres, de modo que, mesmo trabalhando o mesmo número de horas e desempenhando as mesmas tarefas que o homem, fora da associação sua carga de responsabilidade para com a família permanece inalterada, sem haver grandes mudanças no que se refere à divisão de tarefas no espaço doméstico.

⁵³ Projeto nacional fruto da parceria entre a Fundação do Banco do Brasil e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

Para retratar essa realidade, tivemos a oportunidade de entrevistar um casal que trabalha na associação ASTRAMARE. Quando perguntados sobre o cotidiano das tarefas exercidas por eles dentro e fora da associação, pude ouvir a seguinte declaração da mulher:

Aqui, a gente num tem separação de tarefa não. A não ser pela função, né? Eu sou tesoureira e ele fica na fiscalização. Enquanto ele fica o tempo todo vigiando as “esteira”, eu fico mais vendo a “pesagem” e conferência com os “comprador”. Mas trabalhando ao mesmo tempo. Em casa, corro pra cozinha pra fazer a janta e ele vai pro sofá (risos) (Catadora, informação verbal, 2011).

Em outra fala, uma catadora lembrou que, antes e depois de encerrar as suas atividades no galpão, a obrigação de levar e buscar os filhos na creche é sua e não do marido, assim como de ir participar de reuniões na escola, demonstrando que a maternidade ainda parece ser mais cobrada e pesada que a paternidade no que diz respeito ao cuidado e educação dos filhos.

Na associação ASTRAMARE, também tivemos a oportunidade de observar um caso que revelou um conflito de gênero. Pude entrevistar uma garota que, segundo seu relato, teria condições de participar de toda e qualquer tarefa que os homens da associação realizavam. O assunto foi tratado no momento em que se descrevia algumas atividades específicas, como o caso do chamado “boqueiro”⁵⁴, considerada uma atividade bastante pesada e, por este motivo, justificando-se o pagamento de um valor fixo ao trabalho executado, além do valor repartido na pesagem e venda dos materiais.

Ao declarar ser capaz de realizar a tarefa de “boqueira”, a catadora reivindicava o direito de não só exercer igualmente as tarefas, mas também obter a renda diferenciada que o “boqueiro” exerce.

Entrevistando um outro catador sobre a tarefa do “boqueiro”, perguntamos se as mulheres também poderiam exercer tal função. A resposta que tivemos foi “Mulher não dá conta de fazer esse serviço aí não. A menina ali diz que dá conta. Ela diz, né? Eu acho que não” (Catador, informação verbal, 2011).

⁵⁴ Pessoa que fica na saída dos caminhões ou caçambas e puxa o material para o pátio do galpão. Este(a) trabalhador(a) recebia, em 2011, o valor de R\$10,00 pra cada “carrada” puxada, além de participar da divisão do material coletivamente coletado, pesado e vendido.

Também tentei identificar algum caso de homofobia ou situações de discriminação pela orientação sexual e percebeu-se um constrangimento sobre o assunto, bem como o fato de que tais questões são tratadas de maneira velada.

Alguns casos foram observados por meio de brincadeiras de cunho homofóbico, mas sem tratar diretamente do tema, como na seguinte declaração “Ahh, “dтора”, esses assunto aí só se for com aquele cabra ali (*apontando para um outro catador... muitos risos entre os presentes*) (Catador, informação verbal, 2011).

As entrevistas e questionários nos ajudaram a não só conhecer melhor os catadores(as), mas também aproximar a relação entre pesquisadora e pesquisados. Fica a sugestão de se realizar mais pesquisas sobre as questões de gênero e orientação sexual, a fim de ampliar os estudos na área de gênero e diversidade sexual.

4.2.2. Perfil Racial dos(as) Catadores(as)

As questões raciais⁵⁵ também acabaram por ser abordadas na pesquisa, embora também não fossem o foco maior das investigações. Sem entrarmos no mérito das já consolidadas discussões sobre as questões raciais ou de cor, pude observar que, quanto à questão de raça, é fortemente perceptível a autodeclaração da cor negra (em 43% das autodeclarações) e da cor parda (38%), chegando a 81% se somarmos os dois índices, a partir dos questionários aplicados nas duas associações. Tais taxas nos confirmam o quadro assimétrico de relação racial no que concerne à exclusão da raça negra no acesso ao trabalho formal e na oportunidade de trabalho nas outras profissões, demonstrando, desta maneira, a sua condição de mais atingida pelo desemprego estrutural, ou seja, a raça negra é maioria entre os catadores(as) entrevistados(as) e a cor/raça branca se mostra como minoria.

⁵⁵ Já estão sendo realizadas pesquisas específicas sobre as relações raciais em grupos de catadores(as) (GOES, 2014).

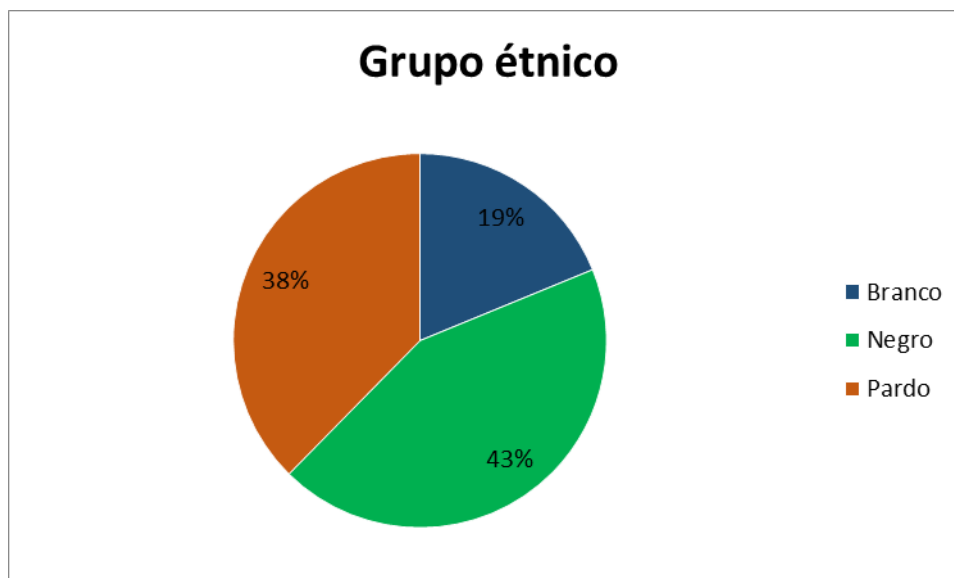


Gráfico 3. Divisão por grupo étnico/racial.

Segundo a pesquisa *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável* realizada pelo IPEA em 2013, no Brasil, os dados mostram que 66,1% dos(as) catadores(as) se declararam negras e negros, ou seja, duas em cada três catadores(as) se identificam como negras e negros.

A pesquisa revelou, ainda, que, segundo o Censo Demográfico de 2010, o percentual de negras e negros da população na atividade de catação é superior ao de negras e negros (pretas/os e pardas/os) na população brasileira total – que é de 52%. O maior percentual de negros entre esses profissionais está no Norte, com 82,0%, e o menor no Sul, com 41,6%.

Com o índice de 42% de negros e 38% de pardos observados em campo, tentei verificar se ocorrem muitos episódios de preconceito de cor entre os associados ou se eles se queixariam de casos de discriminação pela sua cor. Pouco pude identificar, já que o assunto parecia desconfortável junto aos entrevistados.

Em um dado momento, oupercebi do gestor a declaração de que, de vez em quando, ocorriam brincadeiras entre os próprios catadores(as) em relação à questão da cor, mas que nunca teria presenciado situações de constrangimentos ou *bullying* entre os catadores(as).

Apesar destas declarações, ficou evidente que evita-se a discussão sobre relações raciais e tal temática não parece ser presente nas interlocuções entre os associados, o que pode nos dar dois indícios: um seria o fenômeno do preconceito

velado e latente, que se revela de forma sutil e indireta. Outro indício seria que o preconceito de cor estaria tão arraigado que seria tratado como algo comum e facilmente aceitável. Infelizmente, não foi possível nos aprofundarmos na questão, por falta de subsídios e por este tema não ser foco de meu objeto de pesquisa. Entretanto, tal percepção nos foi útil para entendermos que a temática merece investigação mais aprofundada e pode revelar dados e informações mais precisos sobre a relação de cor/raça e a situação de conflitos sociais relacionados à temática, no âmbito do associativismo.

4.2.3. Instrução formal dos(as) catadores(as)

O baixo grau de instrução formal também foi detectado junto aos associados pesquisados, revelando um alto índice de 22% de analfabetismo, índice maior que a média nacional, a qual apresenta taxa de 8,7% com relação às pessoas maiores que 15 anos (o que equivale a 13,2 milhões de analfabetos no país), e também maior em relação à região nordeste, que apresenta uma taxa de 17,4% de analfabetismo. (IBGE, 2012).

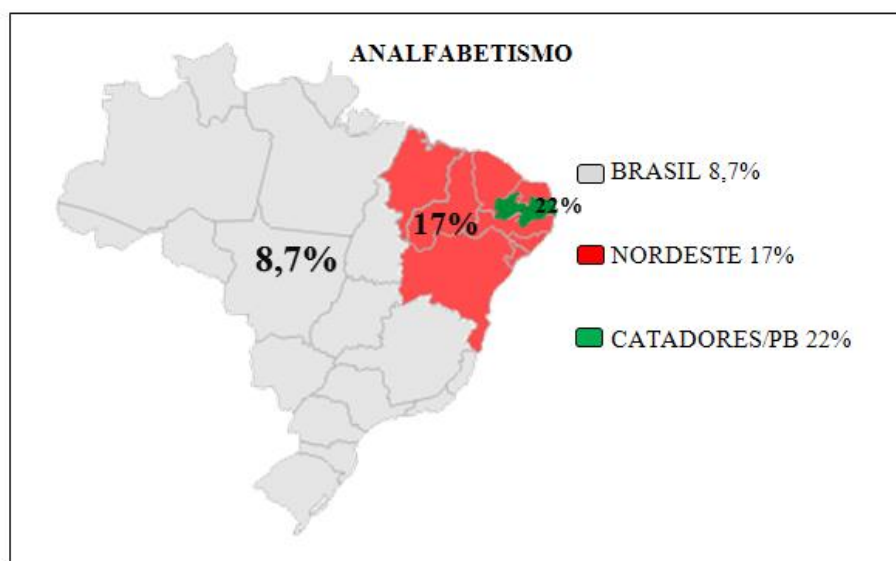


Figura 6. Analfabetismo dos catadores associados entrevistados.

Uma parte considerável dos catadores(as) inquiridos(as) declarou ter formação em nível fundamental, concentrando 45% que possui tal formação, e apenas 9% declararam ter formação em nível médio. Assim, minha pesquisa revela um baixo grau de instrução dos(as) catadores(as) que, ao não possuírem formação mínima e, conseqüentemente, não terem, em sua maioria, qualificação profissional, têm a dificuldade de alcançar o mercado aumentada, além da forma e oportunidades de emprego serem evidentemente diminuídas, em face de sua formação.

Cabe também esclarecer que os índices de maior formação coincidiram, com maior frequência, entre as lideranças das associações ou gestores.

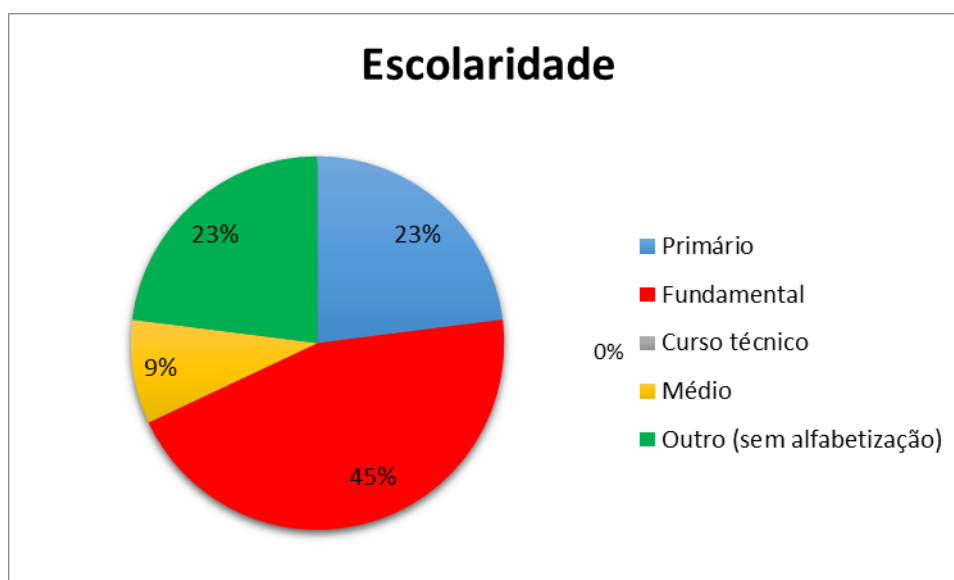


Gráfico 4. Nível de escolaridade.

Dos dados acima, podemos destacar que gestores apresentaram maior instrução, mas também observamos que uma das lideranças da Acordo Verde possui apenas as séries iniciais. O alto grau de analfabetismo nos chamou a atenção, sugerindo que a inserção destes indivíduos em políticas de alfabetização se faz bastante necessária.

Outro fator que não podemos descartar é que, quanto menor a instrução, menores são as chances de catadores(as) alcançarem outras funções profissionais melhor remuneradas no mercado formal, por falta de qualificação profissional, fora da associação. O aproveitamento nos cursos e capacitações dos quais participam também fica prejudicado pela dificuldade na leitura ou compreensão da linguagem da norma culta da língua.

Entretanto, vale lembrar que, no aspecto relativo à iniciativa de organização na forma associativa, a formação escolar não seria, em princípio, óbice para formar uma associação ou cooperativa, haja vista a experiência exitosa dos operários de Rochdale (SINGER, 1998), que não tinham um alto grau de instrução e, apesar disso, fizeram da cooperativa a *Sociedade dos Pioneiros Equitativos*, um marco para as experiências de Economia Solidária.

Não foi registrado nenhum catador(a) com formação em curso técnico o que demonstra a necessidade de investimento na capacitação profissional daqueles trabalhadores.

Por outro lado, ficou notório que os cargos de direção são ocupados por catadores com maior formação, assim como os gestores.

4.2.4. Estado civil

Notou-se um equilíbrio entre os associados solteiros ou declarados “descompromissados” e os ditos em união estável, alcançando, cada grupo, um índice de 47%. Entre os casados, oficialmente, alcançou-se um índice de apenas 6%.

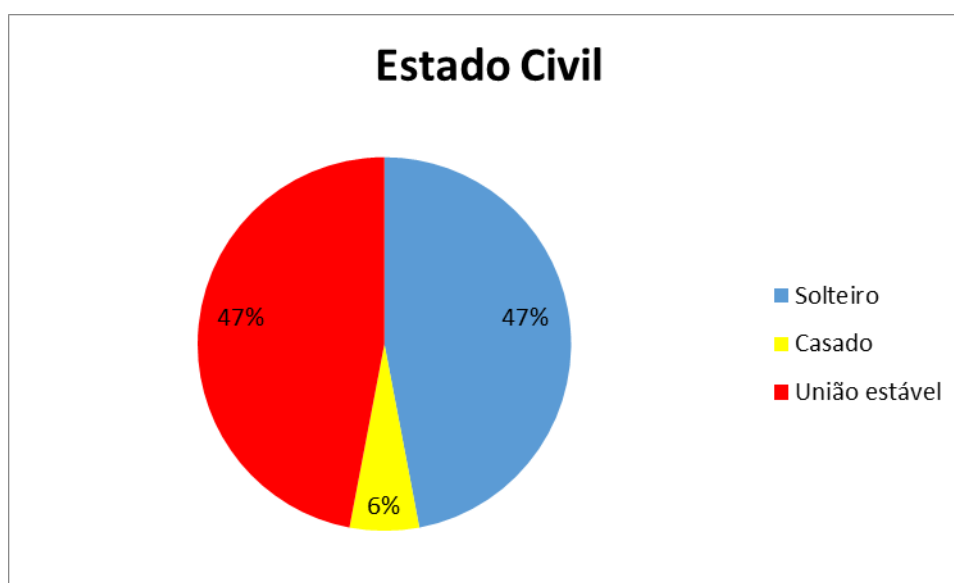


Gráfico 5. Estado civil.

Por outro lado, o índice de números de 1 a 2 filhos se concentrou em 35% dos entrevistados, o de 3 e 4 filhos concentrou-se em 29% e entre 4 e 6 filhos foram alcançados 6% dos entrevistados, independentemente do estado civil. Ademais, 18% declarou não ter filhos, índice mais incidente sobre os declarados solteiros. De todo modo, a informação que tivemos é que a maioria dos entrevistados, mesmo não casados, possuem filhos, o que aumenta a pressão sobre a renda e a preocupação com a criação e sustento dos filhos.

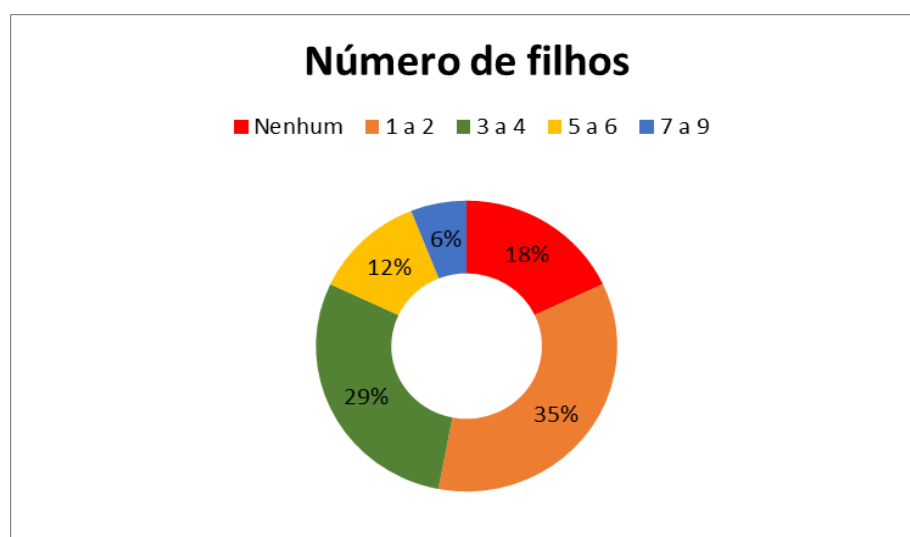


Gráfico 6. Número de filhos.

Do ponto de vista dos laços de solidariedade (CHANIAL; LAVILLE, 2009), (PROUDHON, 2011), (DEFOURNY, 2009), notou-se uma reciprocidade solidária entre algumas mulheres que são mães. Houve relatos de que essas mulheres se ajudam quando se trata de colaborar com as crianças de colegas da associação, seja quando precisam levá-las ao trabalho ou, ainda, para compensar ausência de alguma colega no dia de trabalho. A obrigação de retribuir favores neste sentido ficou muito clara (MAUSS, 2003).

4.2.5. Níveis de renda

Apesar de não termos tido a oportunidade de nos aprofundar sobre os ganhos obtidos pelos(as) catadores(as) fora da associação (por meio de outras fontes, como bolsas, pensões ou outros tipos de ajuda de custo), minha pesquisa se concentrou em verificar a renda obtida com o trabalho de catador na associação.

Portanto, no que se refere à renda percebida por conta da atividade de catação ou separação de materiais, obtivemos uma concentração de 23% recebendo menos de R\$ 200, 43% dos entrevistados recebendo entre R\$ 201 e R\$ 400, e 24% entre R\$ 401 e R\$ 600. Isto configura uma percepção de rendimentos abaixo do salário mínimo do país, vigente no ano de 2012, em R\$ 622.

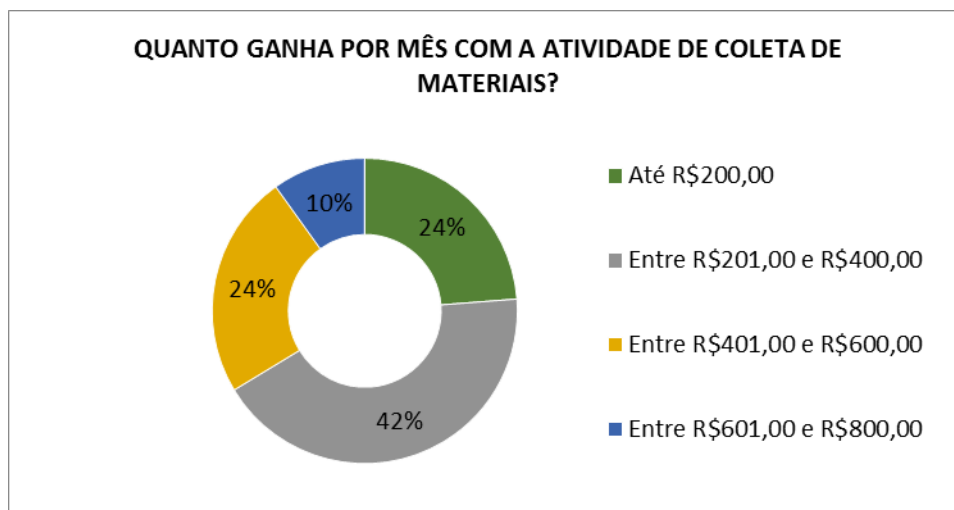


Gráfico 7. Nível de renda na associação.

Somando os que recebem até R\$ 400 de renda com a catação, obtenho um índice de 66% dos(as) catadores(as) associados(as), sendo que 23% recebe menos que R\$ 200 e 43% até R\$ 400. Outros 24% recebem até R\$ 600 e apenas 10% dos associados recebem renda de até R\$ 800. Estes últimos correspondem aos(as) catadores(as) que exercem alguma função de direção dentro das associações, tais como fiscais, “boqueiro” (que esvazia os caminhos vindos das ruas), tesoureiro ou outras funções que possuem pagamento fixo pelo serviço desempenhado.

Como foi dito, não foi possível especificar, em percentuais, as outras fontes de rendimento (como aquelas advindas de programas sociais como Bolsa Família, pensões alimentícias e outros benefícios), para melhor apuração das faixas de renda familiar, mas dois fatos restaram evidentes: uma parte expressiva dos(as) catadores(as) recebe algum benefício social. O outro fato é que a catação e separação de materiais gera uma renda ao catador, em média, menor que as necessidades básicas de sobrevivência requerem na atual conjuntura socioeconômica do país.

Segundo pesquisa do IPEA de 2012, se considerarmos apenas a renda obtida como catador, os associados entrevistados, efetivamente, se enquadram na linha da extrema pobreza em 23% dos casos, ou seja, com renda per capita familiar de até R\$ 75; 77% na linha da pobreza com renda de até R\$ 400, atingindo renda per capita familiar de até R\$ 150. Incluem-se 43% dos associados e mesmo aqueles que recebem até R\$ 600 com pelo menos 2 filhos e enquadram-se também na linha da pobreza (IPEA, 2012). No ano de 2012, de acordo com o estudo do IPEA, são cerca de 15,7 milhões de pessoas vivendo na pobreza no Brasil, dos quais 6,53 milhões continuam abaixo da linha de pobreza. Em 2011, esses números eram de 7,6 milhões de pobres e em torno de 19,2 milhões de pessoas na extrema pobreza.

Ainda sobre o perfil dos(as) catadores(as), pude apurar que a maioria não possui outra atividade econômica além de catador. Aqueles que declararam realizar outras atividades, informaram atuar no mercado informal como faxina, cuidar de roupas e de crianças ou nos chamados “bicos” de capinagem, auxiliar de pintura de casas e reparos diversos. Em relação ao trabalho com assinatura em carteira profissional, apenas 22% declarou já ter exercido alguma atividade com registro em carteira de trabalho.

Quanto ao fator renda dentro das associações, pude identificar três cenários no que se refere à forma de obtenção e partilha do montante financeiro resultante da venda dos materiais coletados. Um cenário de divisão e partilha da venda de materiais foi encontrado em uma das associações onde o montante da venda se dá de maneira mais equitativa, entre todos os membros. Ou seja, após juntarem o material selecionado por cerca de duas semanas ou quinze dias, tudo o que é vendido é dividido igualmente entre todos os membros da associação. Esta forma de partilha aponta para um tipo de relação solidária, portanto, mais próxima de uma organização associativa (HESPANHA *et al.*, 2009), (SANTOS, 2002).

Em um outro cenário encontrado em uma das associações, ocorre uma divisão menos equitativa, porém, respeitando-se um critério de proporcionalidade em relação ao trabalho e produção. A divisão é feita diariamente, visto que a venda também é diária e a divisão só é feita entre todos os trabalhadores que trabalharam naquele dia. Entretanto, uma parte do dinheiro obtido fica retido como fundo para cobrir a despesa com os salários pagos aos membros da diretoria da associação,

que possuem salário semanal fixo, desconfigurando uma divisão igualitária entre os membros.

O cenário acima descrito diverge um pouco dos princípios da forma de organização solidária (MAUSS, 2003) no que se refere à divisão equitativa (GAIGER, 1999). Entretanto, a ideia de propriedade e trabalho coletivos ou solidários (SANTOS, 2002) ainda permanece, tendo em vista que há um trabalho coletivo, mesmo que proporcional, dando espaço para a liberdade individual (SINGER, 2002) de catadores(as) escolherem a forma de serem remunerados. Por outro lado, percebeu-se formas hierarquizadas de trabalho, onde a diretoria da associação possui remuneração e tarefas diferenciadas dos demais membros, caracterizando um funcionamento muito mais próximo das empresas capitalistas (MARX, 1996).

Numa das associações, ainda em estágio de consolidação, verificou-se pouca tolerância para os princípios coletivos de trabalho e produção, já que a venda era individual, ou seja, cada trabalhador pesava o material coletado por ele e o vendia, recebendo o valor individualmente.

Também foi observado, em todas as associações, um teor de competitividade no que se refere aos materiais mais valiosos. Isto foi verificado quando obtivemos a informação de materiais como o cobre. Quando encontrados, o(a) catador(a) que os encontra prefere vendê-lo individualmente, só dividindo a venda caso um colega obtenha um valor melhor. Daí pude ter um exemplo de relação de dádiva clientelista ou de patronagem (LANNA, 2004).

5. ATIVIDADES DE TRABALHO: RELATOS E IMPRESSÕES

Aqui, apresento a descrição detalhada dos dados de campo no que concerne às especificidades de cada associação pesquisada, demonstrando as atividades de trabalho de cada associação, buscando nos aprofundar sobre o modo de organização de cada associação.

Após conversas informais com catadores(as), comerciantes e gestores, a realização de uma entrevista com o coordenador da coleta seletiva da EMLUR e a aplicação, primeiramente, de 36 questionários realizados somente com membros da

ASTRAMARE e dezoito membros da Acordo Verde, pude, além de traçar um perfil socioeconômico, também ter a oportunidade de extrair várias informações que permitiram definir algumas características importantes sobre as relações e laços das associações, seus membros, suas atividades e sobre como vem sendo realizada a Coleta Seletiva Solidária de João Pessoa em relação ao trabalho de catadores(as) organizados(as) por meio de associações.

Um dos desafios enfrentados em minha pesquisa foi identificar a cadeia produtiva que contempla o caminho percorrido pelo material gerado pela cidade, coletado pelos(as) catadores(as), e para onde tal material iria após os serviços de coleta e separação, revelando, assim, a chamada cadeia produtiva dos materiais recicláveis de João Pessoa.

Deste modo, a partir dos relatos coletados, foi possível alcançar o desenho da cadeia produtiva dos materiais descartados, coletados, separados e comercializados na cidade, identificando o caminho desde a fase de consumo, seguindo para a fase de descarte, identificando o trabalho dos(as) catadores(as) e suas tentativas de comercialização dos materiais por eles selecionados aos compradores, que adquirem tais materiais com o fim de reinseri-los na cadeia de produção como fontes de matéria-prima. Daí, pude chegar à seguinte ilustração:



Figura 7. Ilustração da Cadeia Produtiva de Materiais Recicláveis de João Pessoa (PB).
Fonte: Pesquisa de Campo.

De acordo com os dados coletados, a cadeia produtiva de materiais recicláveis de João Pessoa começa, na fonte geradora, como na maioria das cidades, ou seja, inicia-se a partir das redes de consumo nos mais diversos segmentos da indústria e comércio, passando pelo descarte a partir dos resíduos domésticos, bem como daqueles gerados pelas atividades comerciais, industriais e dos órgãos públicos.

No processo de coleta seletiva, os(as) catadores(as) contribuem substancialmente, seja atuando individualmente nas ruas (catadores(as) informais), seja atuando nos galpões por meio das associações. Após coletar e selecionar os materiais, os(as) catadores(as) buscam comercializar os materiais selecionados por eles. É daí que, efetivamente, vem a renda obtida pelo trabalho de catar e separar os materiais. Dependendo das quantidades acumuladas, os(as) catadores(as) podem vender diretamente aos compradores de matéria-prima. Ocorre que, de acordo com as leis de mercado, o valor por quilograma de material é muito baixo, de maneira que fábricas sempre buscam comprar materiais em grandes quantidades, mais precisamente toneladas.

Deste modo, tendo a capacidade limitada para gerar grandes quantidades de materiais em pouco tempo, prontos para serem vendidos diretamente às fábricas que comprem, catadores(as), associados(as) ou não, acabam vendendo o que conseguem juntar, aos chamados “sucateiros” (comerciantes de materiais recicláveis), que intermediam o material separado por catadores(as) e as fábricas que comprem os materiais. Por esta intermediação é que tais tipos de comerciantes são chamados de atravessadores, pois interferem na possibilidade dos catadores(as) conseguirem vender os materiais diretamente aos fabricantes, que, por sua vez, podem pagar preços melhores.

Os preços praticados obedecem à lógica de mercado, de maneira que os atravessadores comprem os materiais por um preço muito abaixo do mercado, aumentando seus lucros na revenda às fábricas e indústrias, que pagam preços de mercado bem maiores que aquele obtidos pelos(as) catadores(as) junto aos sucateiros.

Embora os preços praticados no mercado de materiais recicláveis sofram processos de sazonalidade, típicas do mercado, elaboramos a tabela abaixo apenas

para visualizarmos os preços médios pagos aos(as) catadores(as) em cada tipo de material:

MATERIAL	PREÇO (R\$)
Papel	0,07
Papelão	0,18
Jornal	0,20
Garrafa Pet	0,30-0,70
Plástico	0,15
Ferro	0,05
Alumínio	2,60
Cobre	7,0-12,00
Vidro	0,7

Tabela 4 – Preço dos materiais (média)

Fonte: pesquisa de campo.

Um dado relacionado à demanda e oferta capturado em minha pesquisa se refere à sazonalidade dos preços de mercado dos materiais. Assim, descobrimos que os preços de materiais caem em períodos festivos como *reveillon*, *Moriçocas do Miramar* (pré-carnaval da cidade), *Festa das Neves* (Padroeira da cidade) e outras datas comemorativas. A justificativa para tal fenômeno é que estas festas geram um volume maior de materiais e, assim, provocam maior oferta dos mesmos, consequentemente levando à depreciação do valor de mercado.

De posse do material de campo, foi possível elaborar o perfil socioeconômico dos(as) catadores(as) a partir dos questionários aplicados, cujas análises puderam ser complementadas pelas entrevistas. Meus levantamentos apontaram um quadro já esperado, sendo possível elaborar os quadros seguintes.

5.1. Expectativas e insatisfações

Após me ater a estudar um pouco do perfil socioeconômico dos(as) catadores(as), nos ocupamos a tentar compreender um pouco das suas visões sobre o trabalho associado, suas relações e seus discursos. Desta maneira, os(as) catadores(as) nos relataram algumas de suas angústias e expectativas.

Pude apurar, por exemplo, que, entre os(as) catadores(as) da ASTRAMARE, foi relatado que, após a extinção do Lixão do Roger e criação do Aterro Sanitário no Distrito Industrial, eles se depararam com um outro problema não imaginado. Se, por um lado, a extinção do lixão representava um avanço quanto às condições de saneamento e ambientais da cidade e de trabalho por conta da estrutura do galpão, por outro, deixava um enorme contingente de pessoas desprovidas de sua única atividade de trabalho e local de moradia.

Foi relatado que, pela distância do Aterro, muitos(as) catadores(as) tiveram que voltar às ruas pra poder coletar material. Também foi dito por alguns(as) catadores(as) que, em alguns casos, passaram a receber menos pelo serviço de coleta, já que antes recebiam individualmente e, após a criação da associação, passaram a receber pelo sistema de rateio, dividindo entre todos os(as) catadores(as). Em conversa a respeito, oupercebi “Olha, depois do lixão (*extinção do Lixão do Roger*), a venda caiu. Tem que esperar juntar mais pra poder vender num preço melhor. Antes nós mesmo ia buscar o preço melhor” (Catadora, informação verbal, 2011).

Assim, inferimos que o sistema de rateio adotado para realizar o pagamento aos(as) catadores(as), que, em resumo, é realizado pela venda (em peso) de todo o material coletado cujo montante de venda é dividido entre os(as) catadores(as) que trabalharam naquele dia.

Um dos indícios da queda na renda dos(as) catadores(as) após a criação da associação incide sobre os valores que são separados para pagar os “salários” fixos de algumas funções que não existiam antes, como os membros da diretoria da associação.

Segundo relatos, a prefeitura se viu obrigada a desenvolver ações que envolvessem o trabalho de catadores(as), sendo pressionada pela opinião pública e pelo Ministério Público, resultando, desta pressão, as primeiras tentativas de implementar uma política de coleta seletiva na cidade e promovendo a construção

de locais exclusivos para que os(as) catadores(as) pudessem realizar a separação de resíduos.

A informação acima denota que a construção de galpões, a compra de equipamentos, caminhões e outras aquisições foi motivada por pressão política, assim como a criação das associações, por influência do Projeto Cataforte, que chegou a implementar o Catajampa, o que propiciou a inserção de recursos voltados para o setor de resíduos da cidade de João Pessoa.

Ficou notório que partiu da prefeitura a iniciativa de criar associações de catadores(as), a exemplo de outras cidades brasileiras e não efetivamente da vontade e organização dos(as) próprios(as) catadores(as). Foi neste cenário que nasceu o projeto Acordo Verde, coordenado pela EMLUR, que propõe implementar uma gestão compartilhada ou de corresponsabilidade dos resíduos da cidade, envolvendo poder público, catadores(as) e os moradores da cidade.

Talvez por ser de iniciativa do poder público, portanto, foi identificado no discurso dos variados sujeitos o forte papel da EMLUR no desenvolvimento da coleta seletiva da cidade. Identificou-se, por exemplo, que foi através dela que ocorreu a formação, fundação e registro legal das associações ASTRAMARE e Acordo Verde, ambas formalmente conveniadas com a EMLUR. Nestas associações, toda a iniciativa de separação de resíduos foi gestada a partir da extinção do antigo Lixão do bairro do Roger, iniciada no ano de 2001 e finalizada formalmente em 2003, por força da ação do Ministério Público. Vale lembrar que a área do Lixão foi gradativamente desativada.

As associações existentes em João Pessoa, como falamos anteriormente, são a ASTRAMARE, Acordo Verde e ASCARE (ainda em processo de formalização à época da pesquisa de campo, em 2011). Apesar de se encontrarem em estágios diferentes de funcionamento, todas as associações ainda encontram-se em fase de consolidação e fortemente dependente do apoio da EMLUR ou de outras entidades de fomento no que tange ao transporte dos resíduos, à estrutura dos galpões de triagem e custos de manutenção da associação.

Foi relatado, em diferentes ocasiões da pesquisa, que há uma grande expectativa, por parte dos(as) catadores(as), de receberem salário, bolsa ou ajuda de custo em valores fixos. A incerteza de quanto material pode-se coletar e do

quanto pode-se receber é uma preocupação geral entre os(as) catadores(as). Tanto que foi afirmado por diferentes catadores(as) e até mesmo por lideranças das associações o anseio pela instituição do Bolsa Verde⁵⁶, uma das políticas de geração de renda do governo federal. Nas entrevistas, percebi esse tipo de expectativa por parte de uma das lideranças a respeito do anseio dos(as) catadores(as) pela obtenção de direitos trabalhistas e outros incentivos. As falas comprovam: “com certeza seria melhor, e também o Bolsa Verde, né?” (Catadora, informação verbal, 2011).

Não obstante, à aceitação de se partilhar os ganhos da venda igualitária ou proporcional, há um desejo consensual entre os(as) catadores(as) de obterem alguma fonte fixa de renda. Ao perguntarmos sobre as expectativas dos(as) catadores(as) ante às iniciativas do governo, o Bolsa Verde pareceu ser um anseio recorrente: “O Bolsa, por exemplo. Se o governo desse uma forcinha” (Catadora, informação verbal, 2011). Esta fala, além de nos sinalizar que já há uma especulação a respeito do benefício, nos dá indícios de que a remuneração incerta e inconstante, advinda das vendas de materiais coletados não é um caminho considerado satisfatório pelos(as) catadores(as). Há o anseio por ganhos fixos, seja por salário ou outros benefícios financeiros.

A partir dos dados coletados, pude perceber que a noção de cooperativismo que leva em consideração os princípios da autogestão e coletividade nas práticas de produção e renda, estão muito distantes do imaginário e das expectativas dos(as) catadores(as) entrevistados(as).

5.2. ASTRAMARE: História, especificidades e dádiva

As informações coletadas na associação ASTRAMARE também me levou a ter uma percepção semelhante da ACORDO VERDE. Embora o histórico e trajetória de ambas seja diferentes, assim como as condições que encontrei em campo, as motivações, experiências de vida e discursos de cada associação que tivemos a

⁵⁶ Lembremos que o benefício foi instituído no município de João Pessoa em 2012, por meio da Lei n.º 12.412/2012, conforme já anunciado anteriormente.

oportunidade de pesquisar foram percebidas por meio de questionários aplicados nas duas associações formalizadas e mais consolidadas.

As conversas informais, participação em reuniões e observações realizadas *in loco* puderam apontar os caminhos de compreensão de como se dá a organização associativa de cada associação. Também foi possível realizar a identificação e entendimento sobre o perfil dos(as) catadores(as) associados(as) e suas atividades, com o fim de conhecer um pouco do cotidiano das atividades de trabalho de cada associação, de modo que cada uma apresentou seu próprio histórico, bem como suas especificidades.

Desta maneira, a partir dos relatos, identificamos, por exemplo, que a grande maioria dos trabalhadores da ASTRAMARE é oriunda do extinto Lixão do Roger, extinto em 2007-2008, e se associou por incentivo da prefeitura na época da extinção do Lixão. Segundo o histórico levantado, a extinção ocorreu por força de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público Federal, que culminaram em uma decisão judicial pela extinção. Vale destacar que o estatuto de criação da associação foi idealizado e até registrado em cartório pelas mãos da prefeitura, por meio da EMLUR. O lixão recebia resíduos de toda a cidade de João Pessoa e ainda dos municípios limítrofes de Cabedelo e Santa Rita. Por falta de emprego e em busca de renda, mais de trezentos catadores(as) trabalhavam no Lixão, sendo que muitos deles até moravam no local, por terem moradia. Viviam em condições de altíssima precariedade e muitos ainda vivem.

Os(as) catadores(as) entrevistados que pertencem a ASTRAMARE nos deram informações importantes sobre o seu trabalho diário. Nos informaram, por exemplo, como estão organizados, explicando que possuem uma diretoria, conforme já informado anteriormente, que passa por uma eleição. Os membros da diretoria não realizam o trabalho de coleta seletiva, ficando destacados aos serviços de fiscalização do trabalho realizado pelo conjunto dos(as) catadores(as) e por atividades administrativas.

Também obtivemos a informação de que os membros da diretoria recebem salário fixo pelos trabalhos executados e, portanto, de todo o montante que é vendido, separam-se os recursos para custear os salários dos membros da diretoria. Nas falas dos(as) catadores(as), percebe-se que, ao contrário do que se espera de

uma organização associativa, existem relações hierárquicas entre os membros da associação e a diretoria e também relações de ingerência de servidores da EMLUR no cotidiano e atividades da ASTRAMARE.

As situações de ingerência se revelam, por exemplo, por meio da influência que a EMLUR exerce na escolha dos membros da diretoria e nas negociações junto aos sucateiros que compram os materiais coletados. Tais negociações são mediadas pelo gestor de cada galpão e com o presidente da associação, retirando, desta forma, o caráter coletivo das atividades de obtenção da renda gerada pelo trabalho dos(as) catadores(as).

Os(as) catadores(as) também nos explicaram que o trabalho desenvolvido pelos(as) catadores(as) da ASTRAMARE está dividido, basicamente, em dois grupos: um grupo atua mais concentradamente no Galpão do Roger, onde funcionava o extinto lixão e local que só recebe doações, especialmente do Shopping Tambiá, localizado no centro da cidade. Um outro grupo da ASTRAMARE atua no Galpão do Aterro Sanitário, localizado no Distrito Industrial, há cerca de 13 km do Galpão localizado no Roger. Os(as) catadores(as) relataram que a catação nas ruas só ocorre em alguns pontos do bairro do Cabo Branco e em alguns dias da semana, de acordo com uma rota estabelecida pela EMLUR.

Deste modo, o trabalho desenvolvido pelos(as) catadores(as) da ASTRAMARE se difere das demais associações que pude conhecer, pois se concentra apenas na separação e venda, e não no trabalho da coleta ou catação nas ruas, concentrando o seu trabalho entre o galpão do Roger e o galpão do Aterro Sanitário, onde recebem os materiais coletados pelos caminhões da EMLUR.

Eles também relataram que há muito tempo não recebem uniforme nem alimentação da EMLUR, que, em anos anteriores, o fazia diariamente. Também informaram que não recebem mais a ajuda da Cáritas Brasileira Regional Nordeste, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que atua na promoção e atuação social. A entidade prestava assistência por meio de treinamento, assessoramento técnico com cursos de capacitação e serviços contábeis e ajuda financeira.

Em conversas com lideranças da Cáritas no estado da Paraíba, obtivemos a informação de que a associação ASTRAMARE contou com apoio da entidade entre

os anos de 2008 a 2010. Aliando as iniciativas da prefeitura de João Pessoa por meio da EMLUR e incentivo da rede Cataforte, a Cáritas exerceu papel fundamental na formação da associação, tanto por sua contribuição na promoção de cursos de capacitação não somente na área de resíduos, mas, sobretudo, na formação de princípios de solidariedade e associativismo.

Neste ponto, gostaria de abrir uma reflexão acerca da questão da dádiva, linha de raciocínio adotada na presente tese. A partir das falas de gestores e lideranças da Cáritas e do Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES-PB) no estado da Paraíba, parece haver um consenso de que não haveria “maturidade” ou coesão social suficiente entre os(as) catadores(as) que garanta o pleno funcionamento da associação dentro dos princípios do associativismo, baseados na solidariedade, coletividade e autogestão.

No discurso das lideranças, os(as) catadores(as), em face de suas fragilidades sociais, possuem pouca consciência política e encontram dificuldades em se unirem em prol de um propósito de organização associativa e colaborativa. Em termos de discussão sobre a dádiva (MAUSS, 2003), é como se os laços de solidariedade presentes entre os(as) catadores(as) não fossem sólidos o suficiente para a formação e funcionamento de uma associação ou, ainda, as relações de dádiva se dão muito mais no âmbito da disputa e competição e, sobretudo, da dependência das ações do poder público (LANNA, 2004), do que no âmbito da coletividade, cooperação, autogestão e reciprocidade (MAUSS, 2003).

Deste modo, encontrei uma forte assimetria entre os objetivos do MNCR, que adota o associativismo como base de organização dos(as) catadores(as), e as condições reais deles, bem como seus interesses. Ora, se há um consenso de que os(as) catadores(as) não estão preparados para tal tipo de organização, fica notório que a iniciativa de formação e criação de associações ou cooperativas de catadores(as) não partiu, no caso da cidade de João Pessoa, dos próprios catadores(as).

Fica evidente, então, que a iniciativa de criação de associações vem de fatores exógenos e não pela vontade dos(as) catadores(as). Tanto é verdade que nos questionários que aplicamos, a grande maioria dos(as) catadores(as) afirmou que possui a expectativa de receberem salário, bolsa ou algum outro tipo de ajuda

de custo, restando claro que não há um consenso de que a renda esperada venha do trabalho e da venda coletiva dos materiais coletados, como espera-se de uma associação (CHANIAL; LAVILLE *in* HESPANHA *et al.*, 2009).

Ao que parece, a solução encontrada pelas lideranças, tanto da EMLUR quanto da Cáritas e FEES-PB, é apostar nos cursos de formação e capacitação em Economia Solidária. Nestes cursos são ministradas aulas, oficinas e outras técnicas didáticas que trabalham a temática da solidariedade, da cooperação, reciprocidade, educação popular e várias vertentes do que aqui chamamos de dádiva (MAUSS, 2003). Os cursos funcionam como instâncias de formação e disseminação da ideia de solidariedade, trazendo à tona, entre os(as) catadores(as), valores ligados à dádiva.

Os objetivos dos cursos ministrados pela Cáritas junto aos(as) catadores(as) membros da ASTRAMARE parecem não ter alcançado os resultados esperados. Segundo relatos de membros da Cáritas (PB), o imediatismo, a competitividade, bem como o individualismo, são atitudes muito fortes entre os(as) catadores(as) e, segundo instrutores, as temáticas ligadas à dádiva são pouco absorvidas. Um dos exemplos que demonstraria isto seria o fato de que na ASTRAMARE o pagamento das vendas de materiais é realizado diariamente e individualmente por exigência dos(as) próprios(as) catadores(as).

Foi informado que na ASTRAMARE os(as) catadores(as) não concordam em juntar o material por um período maior, de forma coletiva, para que o volume seja maior e, assim, alcancem preços melhores, de acordo com a lógica do mercado que assinalamos anteriormente a respeito da cadeia produtiva. Tal situação sinaliza a dificuldade da prática de valores de solidariedade, característicos de dádivas de cooperação.

Pelo contrário, ao invés de encontrarmos relações de solidariedade, esperadas, *a priori*, em organizações associativas (CHANIAL; LAVILLE *in* HESPANHA, 2009), as práticas de dádiva observadas e relatadas, tanto por gestores quanto catadores(as), se situam muito mais no campo da competição e de relações de patronagem (LANNA, 2004).

Um outro exemplo que demonstra o cenário de dádiva baseada nas relações patrimonialistas fica claro quando oupercebi as queixas de gestores ao se referirem

aos(as) catadores(as) como desorganizados para manterem, sozinhos, a associação, ficando evidente os laços de dependência da ajuda e intervenção do poder público e de entidades de fomento.

Segundo as instituições inquiridas, toda a ajuda dada à ASTRAMARE, desde os primeiros momentos de sua criação em meados do ano de 2007, não foi suficiente para que a associação conseguisse se organizar e funcionar de forma independente e com os próprios recursos. Sem os recursos financeiros externos, não consegue arcar com os custos da associação. Os recursos financeiros doados à associação foram esgotados, deixando-a sem fundo e sem capital de giro. Máquinas, equipamento como prensas e o caminhão doado pela EMLUR à associação já encontram-se sucateados e a associação não tem dinheiro para os consertos necessários.

Por outro lado, catadores(as) reclamam da falta de apoio tanto da Cáritas quanto da EMLUR. Foi relatado que a Cáritas não envia mais nem recursos técnicos para ajudar na associação e que a EMLUR não cumpre mais com os compromissos firmados anteriormente no que se refere ao fornecimento de uniforme, transporte e alimentação aos(as) catadores(as) da ASTRAMARE que trabalham nos galpões, especialmente o galpão do núcleo de Coleta do aterro Sanitário, que fica localizado muito mais distante do centro urbano e para onde não há transporte público.

Mas não ocorrem somente reclamações por parte dos(as) catadores(as) da ASTRAMARE. Tivemos a oportunidade de entrevistar uma de suas lideranças, que afirmou que se não fosse a ajuda da EMLUR, a associação já teria fechado as portas: “Aqui dona, se não fosse a ajuda da EMLUR, a associação já tinha acabado. As prensa, as esteira, até o galpão todo é da EMLUR. Eles deixam a gente trabalhar aqui.” (Catador, informação verbal, 2011).

No entanto, apesar de ouvirmos a fala reconhecendo o apoio da prefeitura, outros(as) catadores(as) reclamam das condições oferecidas quanto ao galpão: “O espaço é bom, mas tem muita coisa quebrada, esse galpão já sofreu dois incêndios, tem que consertar o telhado. O pessoal precisa de um refeitório” (Catadora, informação verbal, 2011). A questão do refeitório foi apontada como sugestão nos questionários, em algumas ocasiões.

No galpão do bairro da Cidade Universitária, oupercebi reclamações dos(as) catadores(as) quanto às instalações do galpão: “Tem que aumentar para o pessoal guardar o material. No dia de chuva o pessoal tem que trabalhar na chuva. Não tem lugar pra por o papelão que molha. Tem que ter sim, senão molha tudo.” (Catadora, informação verbal, 2011).

Já na visão de membros da prefeitura, é um grande desafio dotar os galpões de infraestrutura e ainda acompanhar todas as atividades dos(as) catadores(as). Além de gerar custos e requerer vários atos administrativos (licitações, contratos, etc) para viabilizar a coleta seletiva com a participação dos(as) catadores(as), a prefeitura reconhece a dificuldade de implementar uma organização associativa (CHANIAL; LAVILLE *in* HESPANHA, 2009 no trabalho de catadores(as), enfrentando dificuldades na

forma de como a prefeitura trabalha estes empreendimentos em busca de dar toda a infraestrutura adequada para eles; que eles façam o seu trabalho e cobrando deles apenas a questão da assiduidade, a frequência do trabalho, o cumprimento do roteiro e a transparência em relação à venda dos produtos que eles conseguem coletar nas residências, porque é dela a fonte de renda deles, todo material é dado para eles. Cabe à prefeitura dar fardamento adequado, pagamentos de água, luz, carrinhos, manutenção de carrinhos e outras coisas mais; vigilância, que já houve alguns roubos, né? ... alguns ponto que vamos colocar no negativo, coisas meio complicada em relação a isso (Gestor, informação verbal, 2011).

Na fala acima, podemos extrair que há um controle por parte da EMLUR quanto à frequência, assiduidade e, ainda, no cumprimento da rota estabelecida por ela aos(as) catadores(as), ficando clara a sua ingerência sobre as atividades da associação, portanto, com as decisões e controle não sendo exercidas pelos membros da associação.

Fica implícito também que, por parte da prefeitura, há uma percepção de que os(as) catadores(as) não estariam prontos ou convencidos dos princípios coletivos de uma associação ou de solidariedade (SINGER, 2003; GAIGER, 2004), demonstrando certa insatisfação com a conduta dos(as) catadores(as) dentro das associações, que demonstraram, na percepção de servidores da EMLUR, serem imediatistas e não solidários:

dos aspectos negativos, as pessoas deste contexto, deste grupo... é ... eu tenho um grupo que foi do antigo lixão do Roger e sempre tiveram no lixo, a sua fonte principal de renda, vamos dizer assim né?... e eram muito imediatistas em relação a ter esse dinheiro, essa moeda corrente na mão deles. Até por uma questão que a gente conhece de sobrevivência (Gestor, informação verbal, 2011)

O princípio da autogestão (FRANÇA FILHO *in* HESPANHA, 2009) também parece estar negligenciado, considerando que a organização do trabalho para coletar, separar e vender os materiais, e, claro, repartir as vendas, não parte das ações espontâneas das associações, mas das diretrizes estabelecidas pela EMLUR:

A gente estipulamos a cada quinze dia essa questão de renda, mas mesmo assim, houve desagrado. Houve a rotatividade de pessoas muito grande. Eu no primeiro galpão, eu me lembro de ter 100 (*catadores(as)*)... hoje, nós começamos com 20... 25. Acho que já “rodou” mais de oitenta pessoas do primeiro galpão. Nós estamos com um grupo de quinze hoje queremos fechar nos 20 ou 22 que é o básico para pagar o ponto. (Gestor, informação verbal, 2011)

Esta fala nos demonstra duas importantes informações: uma é a de que a partilha dos dividendos obtidos pelas vendas do material, ou seja, o pagamento aos(as) catadores(as), se dá a cada quinze dias em uma das associações, diferentemente do Galpão do Roger e do Aterro Sanitário, onde atua somente outra associação.

A outra informação vem da dificuldade que a EMLUR tem tido para manter o funcionamento das associações por falta de adesão ou número mínimo para funcionar uma associação. Há a ideia implícita, ainda, de que o Núcleo de Coleta, o galpão, é tratado como ponto comercial ou unidade administrativa que requer investimento e precisa justificar sua manutenção com um mínimo de produtividade.

Ficou claro, também, que os trâmites legais para o registro legal das associações ficam a cargo da EMLUR: “O registro de uma associação custa, em média, R\$ 250. Aí a prefeitura também ajudou, “bancou isso aí”... estamos até bancando uma que viabilizou-se agora.” (Gestor, informação verbal, 2011).

Nas entrevistas, também pude captar informações de teor positivo sobre as associações, que, na visão de gestores, ajudam na organização e no fortalecimento do trabalho dos(as) catadores(as), não só em prover infraestrutura, mas também no que se refere à possibilidade de ajudar na integração entre os(as) catadores(as),

vendo isto como um aspecto bastante positivo, assim como a formalização dos(as) catadores(as) como trabalhadores organizados na forma associativa, o que amplia as suas possibilidades de desenvolvimento:

Os positivos é a questão da integração deles. Quando eles se tornam um grupo de associados e batalha para que haja um bem melhor, a categoria que eles representam. Isso até porque a nível meu, de prefeitura ou de qualquer entidade pública, precisa dessas organizações para que haja convênio que haja uma questão legal. Fora isso, a prefeitura caso queira colocar outro órgão dos três poderes, não pode fazer nenhum convênio com pessoa física, senão a ação do poder público não acontece, coisa que... por isso que há um grande trabalho por parte dessa coordenação, que eu faço, e por parte da diretoria da EMLUR, em buscar a organização desses catadores(as)... então isso é bom. (Gestor, informação verbal, 2011)

A dificuldade em organizar os catadores na forma associativa é reforçada pela EMLUR, o que denota ausências de laços sociais suficientemente coesos (DURKHEIM, 1984), que levam a prefeitura a recorrer a diversos artifícios para reunir e agrupar os(as) catadores(as) na forma associativa. Ao ser perguntado sobre como se dão as assembleias nas associações, um dos gestores nos revelou:

Tudo isso é complicado para eles porque até computador, eles não tem. Não tem recurso. Até porque hoje tem que tá tudo né?... assim nesse sentido. Até pra convocar uma assembleia é complicado porque tem que ser no boca-a-boca. É, às vezes é preciso que a gente faça isso no voluntário, chamar, dar almoço, fazer lanche, marcar uma cachaça, qualquer coisa deste tipo, pra atrair o pessoal (Gestor, informação verbal, 2011).

Os relatos obtidos acerca da associação ASTRAMARE indicam vários aspectos do seu funcionamento e de como se dão as relações entre os membros da associação e, sobretudo, as relações entre a associação, algumas entidades de fomento e o poder público.

Deste modo, podemos inferir que os(as) catadores(as) não estariam, portanto, preparados e devidamente esclarecidos e conscientes sobre o que significa o trabalho associativo, muito menos suas bases e princípios. Tal situação revelava, assim, a pouca compreensão, por parte dos(as) catadores(as), do tipo de trabalho que estava sendo colocado como modelo de trabalho.

Não foram raros os relatos de catadores que visivelmente não sabiam do que se tratava um trabalho do tipo associativo nem o que seria uma economia solidária. Ao serem perguntados se participavam de algum movimento social como o MNCR ou fórum de economia solidária ou se sabiam sobre o registro de documentações da associação, a resposta “não sei” ou “aí é com a EMLUR” se repetiu várias vezes. A adesão à associação foi sem consciência do processo: “Eu já trabalhava na rua, e tive curiosidade de participar. Já gostava de catar. Estou aqui há 5 anos. Deve fazer quase 10 anos que estou na catação” (Presidente, informação verbal, 2011).

Desta maneira, as iniciativas para a criação das associações foram implementadas de forma quase que impositiva aos catadores, que não vislumbravam alternativas mais concretas de trabalho e acabaram por aderir, massivamente, às associações criadas pela EMLUR.

5.3. A Associação Acordo Verde: história recente e dádiva

Já na coleta de dados junto à associação, a Acordo Verde, criada após a criação do projeto Acordo Verde, em 2007, descobrimos que esta encontra-se mais organizada no que se refere às condições de trabalho, bem como no cotidiano de uma associação (CHANIAL; LAVILLE *in* HESPANHA, 2009).

Foi relatado, pela presidente da associação, que ocorrem reuniões entre os associados e há uma intensa interlocução com os gestores da EMLUR, que parece estar dando mais apoio à associação (em relação à ASTRAMARE). Os relatos mostram que, na Acordo Verde, a prefeitura é mais presente na assistência: “Ah, os carrinhos e as “quentinhas” são oferecidas pela EMLUR. Essas coisas tudo, bota, luva, foi a EMLUR” (Presidente, informação verbal, 2011).

Portanto, foi relatado que a EMLUR vem dando apoio logístico aos(as) catadores(as) da associação Acordo Verde no transporte dos(as) catadores(as) entre suas casas até o galpão da Cidade Universitária e, também, para carregar os materiais coletados pela Universidade Federal da Paraíba e bairros mais próximos.

Também foi relatado pelos(as) catadores(as) da Acordo Verde que a EMLUR vem fornecendo almoço diário, transporte, uniforme (fardamento, na linguagem local), equipamentos de trabalho (como carrinhos para transportar o material coletado nas ruas), prensas, luva, máscara, etc: “Só quem dá assistência aqui é a EMLUR, só a EMLUR (...)” (Gestor, informação verbal, 2012).

Quanto à organização do trabalho, foi relatado que as equipes estão divididas entre os galpões do Jardim Universitário e Mangabeira, e que se revezam entre a coleta em rotas estabelecidas pela EMLUR, onde os(as) catadores(as) percorrem ruas dos bairros do José Américo e Castelo Branco e também recolhem o material separado na Universidade.

O trabalho de separação é feito nos galpões. Os cerca de 25 catadores(as) se dividem entre as rotas, a coleta no campus da universidade e as atividades de separação nos dois galpões.

Assim, os bairros de José Américo e do Castelo Branco, é feito pelo caminhão e não pelos catadores(as), na 2.^a e 4.^a. Nestes dias, toda a equipe fica na triagem no galpão. Um dia é feito pelo galpão, deste galpão e o outro pelo de Mangabeira (...) Bancário, 2.^a e 5.^a....José Américo, 3.^a e Sexta. (...) Aí, faz rota também (Gestor, informação verbal, 2012)

Após a seleção dos materiais de acordo com o tipo (metal, papel, plástico e vidro), o material é acondicionado e preparado para a venda que é realizada mensalmente. Foi informado pelo gestor do Galpão da Cidade Jardim Universitário que os(as) catadores(as) conseguem juntar de oito a dez toneladas a cada quinze dias. Os pagamentos aos(as) catadores(as) também são feitos quinzenalmente. A explicação para esta sistemática foi dada pelo fato de que, quanto maior o volume/peso de material, melhor o preço a ser obtido pela venda. Assim, espera-se esse período para que se possa acumular mais material.

Entretanto, uma outra informação nos chamou a atenção sobre a organização do trabalho. Foi relatado pela presidente que são criados grupos de três catadores para trabalhar conjuntamente: “a pesagem do grupo é separado, o dinheiro é dividido entre as três pessoas do grupo” (Presidente, informação verbal, 2011).

Dessa forma, o conjunto dos catadores foi dividido em grupos de três pessoas (aproximadamente). Assim, a pesagem é feita por cada grupo de três trabalhadores

e o montante vendido é dividido por três. Isto é realizado em cada grupo de catadores. A explicação dada para esse formato de divisão foi facilitar a organização do trabalho e divisão das vendas, feitos pelo gestor do galpão.

No que diz respeito à dependência das associações do poder público (LANNA, 2004), fica bastante evidente a ingerência da EMLUR sobre as atividades e direcionamento da associação. Quando perguntamos se a associação participa de algum movimento dos(as) catadores(as) ou entidade de apoio, oupercebi, de uma catadora (membro da direção de uma das associações):

não tenho conhecimento se ela tem participação em nenhum desses movimento. Me lembro que *(fulano) [da Coordenação da EMLUR]*, uma vez me procurou para colocar em um projeto aí, mas parece que ele não preparou a papelada da associação e passou do tempo de entregar, mas eles tão querendo ajeitar a papelada (a parte legal) (Catadora, informação verbal, 2011).

O gestor de um dos galpões confirmou a interferência e dependência de ações administrativas da prefeitura na associação com a informação de que há um completo controle, por parte da EMLUR, sobre as atividades desempenhadas pela associação dentro dos galpões, inclusive no que se refere às relações da associação com outras entidades e atravessadores.

Ficou claro, também, que a sua documentação legal fica sob guarda da administração da EMLUR. A alegação dada sobre o assunto seria o convênio firmado entre a EMLUR e a associação. Ao ser perguntado sobre atas ou outros documentos da associação ou se ela mantinha algum vínculo ou convênio com outra instituição ou entidade, oupercebi: “Aí eu acho que é com a EMLUR. Até a documentação é toda com a EMLUR” (Gestor do Galpão, informação verbal, 2011).

Ao ser perguntada sobre quem organiza a documentação da associação, a presidente de uma das associações nos relatou que tudo ficaria sob controle da EMLUR, mesmo tendo declarado que é líder da associação há cerca de quatro ou cinco anos: “Ele que mexe (...), quando a gente mexe com papelada ou doação, ele me busca pra ir lá e assinar” (Presidente, informação verbal, 2012). Tal relato nos remete à característica de patronagem (LANNA, 2004) nas relações de solidariedade e dádiva verificadas em campo.

Quando confrontamos algumas respostas acerca das condições de trabalho dos(as) catadores(as) no Galpão da Cidade Jardim Universitário, podemos constatar as informações dadas pela EMLUR quanto ao fornecimento, por ela, de alimentação, carrinhos e equipamentos de proteção individual (EPI), à disponibilidade do galpão àquele grupo de catadores(as) e transporte até os galpões: “Ah, os carrinhos e as “quentinhas” são oferecidas pela EMLUR. Essas coisas tudo, bota, luva, foi a EMLUR” (Catadora, informação verbal, 2011).

A informação acima nos chamou a atenção, tendo em vista que, na coleta de dados junto a outra associação, foi relatado pelos catadores que a única ajuda que a EMLUR vinha fornecendo era o ônibus que fazia o transporte entre o centro da cidade até o Aterro Sanitário onde funciona o Galpão onde trabalham.

Ao tentarmos identificar a causa para a diferença na assistência entre as duas associações, somente nos restou inferir que as relações entre EMLUR e a outra associação (ASTRAMARE) encontrava-se enfraquecida e não havia interesse em investir mais recursos naquela entidade, ao menos naquele momento, quando pesquisamos. As relações de conflito naquela associação pareceram fortes. Diferentemente da Acordo Verde, cujas relações pareciam mais amistosas.

A falta de autonomia e autogestão (FRANÇA FILHO *in* HESPANHA, 2009) também pôde ser verificada quando indagamos aos catadores sobre o quantitativo de material que acumulam quinzenalmente: “não tenho a menor ideia, eu não sou de fazer conta não. Eu anoto todo dia, aí a (fulana) [*aponta para a colega ao lado*] leva para o computador e ele mostra tudo direitinho.” (Catadora, informação verbal, 2011).

Ao tentarmos averiguar a possibilidade de haver atividades de reciclagem de material pela associação, com o fim de ampliar as atividades restritas à coleta e separação, foi evidenciado, tanto pelos gestores quanto pela presidente da associação, que não tem ocorrido incentivo para atividades de reciclagem. Pude evidenciar essa situação em algumas falas: “Não. Isso aí foi só promessa. Ensinar a fazer vassoura e ensinar a fazer o sabão caseiro, mas nunca veio aqui uma professora pra ensinar a gente a fazer” (Catadora, informação verbal, 2011). As atividades desenvolvidas assim, nas associações, se restringem à separação e armazenamento para fins de comercialização junto aos catadores, conforme podemos identificar na figura abaixo.



Figura 8 - Catadora organizando os fardos para comercialização

Outro ponto observado por minha pesquisa se refere à existência de fundo financeiro da associação. Ao contrário da outra associação pesquisada, que rateia diariamente a venda dos materiais e não possui fundo financeiro, a Acordo Verde possui fundo financeiro a partir da contribuição de R\$ 5 quinzenais de cada catador: “Parece que é tirado R\$ 5 de cada um, toda quinzena” (Presidente, informação verbal, 2011). Entretanto, não ficou claro se a contribuição foi decidida em conjunto com os catadores.

De todo modo, ficou evidenciado que os preços são determinados pelos compradores de modo sazonal ou de acordo com as oscilações de mercado cujos preços são demonstrados num mural escrito à gis, a cada negociação.



Figura 9. Relação de preços e de contatos para venda

Conforme explicado anteriormente, na associação ACORDO VERDE, a divisão do dinheiro obtido está organizado de maneira coletiva. Entretanto, a divisão ocorre a cada grupo de três trabalhadores(as) que se organizam para dividir as tarefas em grupo de três pessoas, que repartem os ganhos obtidos por aquele grupo. Tal tipo de divisão, embora não seja exatamente coletivo se aproxima mais de uma partilha mais simétrica entre os trabalhadores, diferentemente do que ocorre na ASTRAMARE que preferiu instituir salários fixos aos membros da diretoria da associação, repartindo o restante entre os demais associados.

5.4. ASCARE

Já a associação ASCARE, que ainda não possui convênio com a EMLUR e foi formalizada em 2013, é composta por catadores(as) dissidentes da ASTRAMARE. Os entrevistados afirmaram, à época da pesquisa de campo em 2011-2012, discordar do tipo de tratamento que vinha sendo dispensado pela EMLUR à ASTRAMARE. Afirmaram discordar da forma que vem sendo desenvolvida a coleta seletiva na cidade, pois não aceitavam a ingerência exercida pela EMLUR dentro da associação e também divergiam da forma individualizada que afirmavam ocorrer na divisão do trabalho e de vendas na ASTRAMARE.

Os(as) catadores(as) da ASCARE já atuavam no galpão do Bessa e não possuíam, na época, a ajuda com transporte, alimentação e uniformes, como no Acordo Verde. A única ajuda que afirmaram receber da EMLUR era a disponibilidade das instalações do Galpão do Bessa. Os(as) catadores(as) afirmaram que realizavam tanto o trabalho de catação nas ruas como a separação no galpão.

Em confronto com as informações da EMLUR, os(as) catadores(as) da ASCARE ainda pertenciam à ASTRAMARE e ainda não havia seu reconhecimento como associação independente – isso se dava pelo fato de ainda não terem seu estatuto registrado formalmente. Havia um argumento da EMLUR de que esses trabalhadores não haviam “se encaixado” no funcionamento dos galpões. Portanto, me pareceu haver uma relação tensa entre ASCARE e EMLUR. Como minha pesquisa não alcançou as atividades após o registro da associação em 2013 e o lançamento do programa Limpinho 3R, não foi possível verificar se as relações de tensão foram minimizadas nem como se dá a atuação da ASCARE na coleta seletiva da cidade após sua formalização.

5.5. ACAMPAR

ACAMPAR é o nome dado a uma associação em processo de formação, por catadores(as) que residem no bairro de Paratibe, zona sul da cidade de João Pessoa. Em 2012, os(as) catadores(as) ainda não haviam se formalizado e estavam começando a sua organização por meio da associação de moradores do bairro local.

A coleta de material da ACAMPAR se dava na localidade de Paratibe, utilizando carrinhos fornecidos por meio de um convênio firmado entre a associação local de moradores e o Banco do Brasil. O mesmo ocorre com um grupo de catadores(as) do bairro de Mandacaru que ainda não se formalizou, mas vem tentando se organizar na forma associativa. Ambos os grupos tentam a sua formalização motivados pela intenção de firmar convênio de cooperação com a EMLUR e receber ajuda da autarquia, do mesmo modo que a ASTRAMARE e Acordo Verde.

5.6. Cotidiano e condições de trabalho das associações

Em meus levantamentos, que se concentraram entre a associação ASTRAMARE e Acordo Verde, juntamente com a EMLUR, constatei que João Pessoa conta com 5 galpões de triagem de coleta seletiva assim distribuídos:

- Bairro do Roger;
- Distrito Industrial (Aterro);
- Bessa;
- Cidade Universitária;
- Mangabeira.

Uma das maiores evidências que tivemos se refere às condições de trabalho dos galpões ou Núcleos de Coleta Seletiva, como são chamados pela EMLUR. No Galpão do Roger e Aterro Sanitário, atua a associação ASTRAMARE. Já nos Galpões do Jardim Cidade universitária e Mangabeira, atua a Acordo Verde. A ASCARE começou a atuar no Galpão do Bessa somente em 2012-2013, de onde não tivemos dados consistentes sobre as condições de trabalho.

O Galpão do Roger encontra-se sucateado. Suas instalações físicas estão bastante deterioradas. Os catadores não usam Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Os equipamentos, como esteira e prensa, estão danificados e, como já dissemos antes, o caminhão de coleta que possuem encontra-se quebrado. A maior parte do material que recebem vem do Shopping Tambiá, onde não é praticada a coleta Seletiva.

Deste modo, o material recebido é bastante misturado com resíduos orgânicos, causando a concentração de mal cheiro e proliferação de ratos e moscas. A situação de precariedade no trabalho se agrava no Galpão do Aterro Sanitário que recebe todos os resíduos da cidade, trazendo materiais mais “sujos”, segundo os catadores. O material que chega nos galpões do Roger e Aterro é levado pelos caminhões terceirizados da EMLUR, que contrata os serviços públicos de coleta de resíduos da cidade.

Já nos galpões do Jardim Universitário e Mangabeira, onde atua a associação Acordo Verde, as instalações são bem mais recentes e contam com um *layout* mais adequados, bem como equipamentos que funcionam. Os catadores contam com EPIs, transporte e alimentação, como já foi dito anteriormente. Os materiais recebidos advêm dos bairros em que já funciona a coleta seletiva que, mesmo ainda não consolidada, contribui para gerar um material pré-selecionado. Também são levados materiais coletados pelos catadores(as), que recolhem de casa em casa, nas rotas estabelecidas pela EMLUR, além do material que chega da universidade onde há coleta seletiva. A prefeitura promete ampliar o serviço para mais bairros, a exemplo dos bairros do Gervásio Maia e Mandacaru. Segundo o coordenador do Núcleo de Coleta Seletiva da EMLUR, a intenção é estabelecer uma associação em cada galpão de triagem que formam o que chamam de “Núcleos de Coleta”.

Uma importante informação captada tanto na fala do coordenador quanto dos catadores(as) foi que há um consenso quanto à necessidade de realizar uma forte campanha para despertar a conscientização e estímulo da população, para realizar a separação na fonte geradora, ou seja, a partir das residências dos moradores, e fortalecer, desta forma, a campanha iniciada pelo projeto Acordo Verde em 2007.

Também foi detectado que existe um grande número de catadores(as) não organizados na forma de cooperativa ou associação. Segundo a EMLUR, seriam mais de quinhentos, dos quais pouco mais de trezentos estão associados formalmente e menos de 150 atuam realmente nas duas associações.

Uma informação quase que unânime é a de que todos sofrem pela ação de “atravessadores” quais sejam: comerciantes que possuem capital de giro e transporte próprio (itens que os catadores(as) não possuem) e compram o material deles para revender às fábricas recicladoras. Esta prática acaba por desvalorizar o preço de materiais, estabelecendo uma relação de dependência no que diz respeito ao transporte do material coletado até os compradores de forma que os catadores(as), mesmo organizados em associações, não conseguem vender diretamente aos compradores finais.

Segundo os relatos dos(as) catadores(as), a relação comercial com os “atravessadores” se dá da seguinte forma: os “atravessadores” vão, diariamente, até

o galpão, pesam e pagam – à vista e em espécie – pelo material. Isto ocorre diariamente com a ASTRAMARE e ASCARE.

Somente na associação Acordo Verde foi informado que este procedimento se dá quinzenalmente. Após comprar dos catadores(as), o “atravessador” transporta o material até seus próprios depósitos. Como realiza esta tarefa com vários catadores(as), consegue juntar grandes quantidades (medidas em toneladas) e pode vender a um preço muito maior às fábricas e empresas que utilizam o material em larga escala.

Obviamente, o valor pago pelos “atravessadores” aos catadores(as) é bem menor que o estabelecido pelo mercado, numa proporção entre 20% e 50% mais barato, dependendo do tipo de material ou período do ano.

Um outro fator que também beneficia o atravessador nesta relação comercial é que as empresas realizam o pagamento a prazo, por cheque ou promissórias, e aquele, tendo capital de giro, pode aguardar até o recebimento, tarefa quase impossível a catadores(as) que necessitam do dinheiro de seu trabalho a curto prazo por razões de sobrevivência.

No que concerne às condições e divisão do trabalho e da renda, no caso específico da ASTRAMARE, detectamos que não são totalmente coletivas (para o total dos membros da associação). Tarefas e vendas são divididas por grupos de aproximadamente dez pessoas que atuam em cada esteira dos galpões do Aterro e do Roger, e rateiam, entre si, o que separam e vendem diariamente. Eles são categóricos quanto ao recebimento diário pela venda, pois reafirmam que desejam o pagamento imediatamente após a pesagem.

Vale destacar que, no caso da ASTRAMARE, a exigência/necessidade do pagamento diário coloca um problema para a prática associativa, pois impede de juntar quantidades maiores de material. Isto prejudica a possibilidade de obter um preço melhor pela venda que permita arcar com os custos da associação (como impostos, taxas, emissão de notas fiscais). Também impede a criação/manutenção de um fundo para o capital de giro à associação e até de cumprirem com uma de suas obrigações estatutárias que é a contribuição de 1% do valor de um salário mínimo de cada associado para manutenção do fundo associativo. Tal fundo não

existe nem na ASTRAMARE nem na Acordo Verde, que atualmente encontram-se totalmente desprovidas de recursos próprios.

A ASTRAMARE não consegue nem mesmo realizar o conserto do seu caminhão que está quebrado há vários meses. Também encontra-se irregular perante a receita estadual pela falta de declaração anual de isento. Em todos os casos, as vendas realizadas são feitas de maneira informal, portanto, não há emissão de notas fiscais, nem recolhimento dos impostos incidentes sobre a comercialização. O controle das vendas fica restrito às lideranças, sem haver muita transparência nem registro do que foi juntado e vendido.

Os problemas anunciados nas falas dos(as) catadores(as) indicaram frentes de conflitos entre a EMLUR e a ASTRAMARE, cujos membros, por sua vez, reclamam da falta de apoio da EMLUR para sanar tais problemas, os quais parecem recorrentes e constantes.

Vale destacar as péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos catadores(as) que não vêm utilizando nem uniformes ou roupas apropriadas, nem equipamentos de proteção para trabalhar. Também houve reclamações no sentido de não terem transporte garantido, mesmo para irem ao Aterro, que localiza-se muito distante, cerca de 25 km da cidade.

Já a Acordo Verde, pelos primeiros contatos e visitas realizadas aos galpões onde atua, me pareceu mais organizada. Todos usam uniforme, os carrinhos e equipamentos como prensas e balança estão novos e as condições de higiene dos galpões se encontram bem mais aceitáveis. Eles confirmaram a informação de que a EMLUR, além de disponibilizar as instalações do galpão, oferece o uniforme, o almoço e transporte diário.

Contudo, tanto os membros da Acordo Verde quanto catadores(as) informais (que se recusam a se associarem, mas trabalham nos mesmos bairros como “autônomos”) relatam que existe uma forte relação de dependência da EMLUR. Afirmam que ela estabelece a rota de percurso dos(as) catadores(as), bem como instituiu folha de ponto para controlar o dia trabalhado de cada catador.

Nas duas associações, a própria EMLUR, por seu gestor entrevistado, e os(as) próprios(as) catadores(as), afirmam realizar a pesagem do material, bem como a negociação da venda, junto aos “atravessadores” e não diretamente às

empresas recicladoras. Essas ações são controladas diretamente pela própria EMLUR, o que vai contra os princípios da autogestão da proposta associativa.

No caso da Acordo Verde, apesar do pagamento ser feito quinzenalmente, catadores(as) e gestores apresentaram os mesmos argumentos dos catadores(as) da ASTRAMARE no que concerne à falta de capital de giro e de caminhão para transporte do material como justificativa a aceitação do preço estabelecido pelos atravessadores. Isto impossibilita barganhar preços melhores junto às empresas que exigem grandes quantidades de material, além de pagarem a prazo, inviabilizando, desta forma, uma negociação direta entre empresas e associações.

Os gestores da autarquia (EMLUR) sempre ressaltam que disponibilizam os galpões e seus equipamentos, gratuitamente, distribuem uniforme e EPI, e distribuem uma “marmita”, diariamente, aos associados, como forma de incentivo à Coleta Seletiva Solidária. Todas estas ações derivam do protocolo Acordo Verde, já mencionado.

Também verificou-se que, embora vários órgãos públicos federais tenham adotado o uso de coletores divididos em cores para separação de resíduos por força dos já citados decretos federal e municipal, ainda não fazem a destinação formal às entidades de catadores(as) por não firmar com estas os respectivos convênios de doação formal do material selecionado, conforme estipula o Decreto n.º 5.940/2006.

Isto implica que, mesmo realizando a coleta seletiva em suas dependências, ocorre a mistura do material no momento da coleta tradicional realizada pelos caminhões do serviço de coleta da EMLUR. Este material acaba se misturando com o restante produzido pela cidade e segue para o Aterro sem ser separado e devidamente destinado às associações, provocando perdas a elas.

Percebeu-se, claramente, a falta de articulação do projeto do Acordo Verde com os demais atores como a Rede de Lixo e Cidadania, que atua há vários anos no setor e é articulada com o Movimento Nacional de Catadores(as) de Material Reciclável (MNCR), que desenvolve o programa nacional Cataforte.

As associações pareceram desarticuladas com entidades de apoio como a Cáritas, agências de financiamentos e capacitação, com as Incubadoras de Empreendimentos Solidários das universidades e diversas entidades que poderiam

firmar parcerias e fortalecer, por meio de financiamento ou consultoria técnica, as ações já desenvolvidas.

Buscando as consequências da falta de articulação do Acordo Verde com estas entidades, identificamos perdas significativas aos(as) catadores(as), como, por exemplo, a falta de apoio, na forma de consultoria, por parte da Cáritas (PB). A entidade pode dar apoio com o fim de elaboração de projetos de captação de financiamentos junto a bancos públicos ou agências de fomento e ainda contribuir para a aproximação com a representação organizada da categoria junto ao MNCR.

O programa Acordo Verde, como um todo, poderia obter ganhos importantes, por exemplo, articulando-se com a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES), da Universidade Federal da Paraíba e Universidade Estadual da Paraíba, para promover capacitação e outras formas de apoio, visando à organização cooperativa ou associativa.

Há que se investigar o porquê da falta de articulação com tais entidades, bem como identificar caminhos de articulação, o que não será possível realizar nesta pesquisa. A seguir, explicitamos minhas análises, buscando apontar minhas impressões a partir do referencial teórico apresentado, com o intuito de demonstrar o alcance dos objetivos propostos na presente pesquisa.

6. TRABALHO, ASSOCIATIVISMO E DÁDIVA

Após apresentar todas as informações alcançadas durante a pesquisa de campo, buscando descrevê-las com o máximo de detalhes possíveis, neste capítulo, subdividido em três seções, são apresentadas as minhas análises e reflexões alcançadas a partir de todos os levantamentos realizados, dando maior enfoque na perspectiva teórica apresentada no primeiro capítulo.

Deste modo, a partir de um olhar mais analítico e interpretativo, busquei trazer minhas impressões e interpretações gerais sobre a pesquisa desenvolvida, remetendo-as aos estudos maussianos, visando compreender a relação entre a dádiva e as relações sociais em associações, sobretudo, o modo como elas se desenvolvem, a partir das experiências investigadas.

Após descrever sobre os diversos aspectos que pude capturar na pesquisa de campo, buscando perseguir os objetivos propostos inicialmente na pesquisa, gostaria de apresentar algumas considerações à luz da perspectiva da dádiva, que embasou meu olhar sobre o objeto de estudo, a saber, a experiência associativa dos(as) catadores(as) da cidade de João Pessoa.

Importou-me em compreender se a Política Pública de Coleta Seletiva proposta pelo município de João Pessoa, leva em consideração, os aspectos e dimensões de solidariedade baseadas na dádiva, que tais tipos de organização, em princípio, deveriam pressupor, visto que partem de uma proposição de implementar ações voltadas para organizações associativas e cooperativas, que sugerem laços sociais de solidariedade para o seu funcionamento.

As proposições de fomentar e incentivar a criação e manutenção de associações e cooperativas de catadores me instigaram, primeiramente, a observar se gestores e agentes públicos teriam a compreensão da complexidade do teor solidário que esses tipos de organizações requerem.

Em segundo lugar, também me via obrigada a tentar compreender como catadores se organizavam, se relacionavam e, sobretudo, como eram desenvolvidos seus laços de solidariedade, a partir da obrigação moral da tripla ação da dádiva de dar, receber e retribuir (MAUSS, 1974).

Como minha indagação central residia na intenção de identificar os tipos de relações sociais desenvolvidas entre catadores(as) organizados(as) na forma associativa, importa-nos, tomando como base a perspectiva da *dádiva*, compreender se nas relações investigadas aplica-se a tese de que as relações sociais se desenvolvem a partir da mútua obrigação de *dar, receber e retribuir*, impulsionada pelo movimento da *dádiva* enquanto condição primordial da existência dos laços sociais (MARTINS, 2002).

A problematização da pesquisa se inscreveu nas relações sociais, buscando compreender a sociabilidade que se configurava a partir da experiência do trabalho associativo no contexto da política pública de coleta seletiva instituída pelo município. Em especial, as relações sociais de solidariedade construídas entre os catadores membros das associações e entre estas e as demais instituições.

Foi com esse intuito que busquei, primeiramente, conhecer o histórico das associações de catadores no município de João Pessoa, bem como identificar os tipos de relações sociais existentes e verificar as origens e os desdobramentos das experiências associativas no trabalho e na organização dos catadores do município. No entanto, a partir das falas escutadas e das informações constantes dos questionários aplicados, tive dificuldade em articular os dados obtidos com a perspectiva do Antiutilitarismo, enfocando as múltiplas dimensões da *dádiva* e como elas se revelariam na experiência do trabalho associativo em questão.

Resgatando as reflexões (que constam na introdução e primeiro capítulo) da sociologia do trabalho, perseguindo a compreensão do processo e crítica ao modo capitalista e sua evolução (HARVEY, 1992; 2005; 2007; MARX, 1867; 1893), buscando discutir os reflexos deste contexto no mundo do trabalho (ALVES; ANTUNES, 2004). A partir da ótica destes autores, não foi difícil notar que havia pouca ou quase nenhuma solidariedade entre catadores pesquisados e que conforme lembra Lanna, a *dádiva* pode se dar por meio de relações de patrimonialistas (HOLANDA, 1973; FAORO, 1958) ou clientelistas (CARVALHO, 1999; FILHO, 2007). Assim, a *dádiva* encontrada em campo, se mostrou permeada pelas relações de trabalho entre os associados e entre estes e o poder público. O trabalho, se mostrou a base das relações, seja por acordos e entendimentos comuns, seja pelas relações de conflitos por meio das disputas entre os catadores ou das cobranças entre estes e o poder público.

A primeira constatação a que cheguei assim, foi a percepção da centralidade do trabalho na concepção e desenvolvimento das experiências associativas ali desenvolvidas. A centralidade do trabalho no processo associativo nasce da premissa de que o desenvolvimento do capitalismo trouxe fortes mudanças nas relações sociais, levando os trabalhadores a praticar a venda de sua força de trabalho em troca de um salário, quase sempre insuficiente para seu sustento e que, por isto mesmo, dificilmente o tiraria de sua condição de explorado, deixando-o submetido a novas formas de exclusão existentes na sociedade contemporânea, que criaram uma sociedade salarial baseada no “não-acabamento, na ambigüidade de alguns de seus efeitos, e o caráter contraditório de alguns outros” (CASTEL, 1998, p. 500).

A partir da crise do modelo de produção industrial baseado no paradigma taylorista e fordista, nos EUA, desenvolveu-se o modelo de racionalização no qual a produção de massa significava consumo de massa (HARVEY, 1992) e percebeu-se que “*as relações de trabalho, os laços de afinidade (...), em decorrência de uma dinâmica de incertezas e de mudanças constantes de emprego e de moradia*” (SENNETT, 1999 *in* OLIVEIRA, 1999, p. 364) deram força ao modelo dito flexível, que levou às incertezas e inconstâncias do desemprego estrutural como resultado da inovação tecnológica nas indústrias, juntamente com o acirramento das desigualdades e aumento da exploração do trabalho.

Se, por um lado, as formas associativas e cooperativas são consideradas apenas variações do trabalho precarizado, que ocupam mais um lugar na mais recente crise do capitalismo, ampliando o quadro de corrosão do trabalho contratado e regulamentado (ANTUNES, 2011), por outro, necessitamos extrapolar a visão do *homo economicus* e vislumbrar os caminhos do antiutilitarismo (CAILLÉ, 1998; 2009) para compreender como as formas associativas podem ser explicadas como novas formas de economia ou, como diria Paul Singer, uma Economia Solidária (SINGER, 2002).

As leituras realizadas, bem como os dados coletados em campo, nos levaram a iniciar minhas análises sob três pontos de vista: a questão do trabalho, o associativismo enquanto forma de organização e, ainda, a importância dos laços sociais fundamentados na dádiva e suas várias modalidades ou possibilidades no grupo investigado.

Uma segunda constatação que obtive a partir da pesquisa, foi que, como toda perspectiva teórica, a Dádiva, possui suas limitações interpretativas para explicar todos os fenômenos ou o todo e a base das relações sociais, me parecendo assim, difícil explicar as relações de catadores organizados em associações sob a perspectiva da dádiva. A crise do trabalho nos guia para a compreensão da dura realidade pela qual passam os catadores e as imensas dificuldades que possuem em se organizar de forma associativa, em parte explicadas pelo histórico patrimonialista e paternalista praticadas pelo poder público. Tal situação limita o poder explicativo da dádiva sob a perspectiva do movimento de dar, receber e retribuir de Mauss.

Por outro lado, a dádiva me propiciou observar as confluências entre os seus princípios e a questão do trabalho associativo, sob a perspectiva da solidariedade, na medida em que este elemento se torna protagonista em qualquer relação que se proponha a ser cooperativa ou solidária. Deste modo, embora a solidariedade não esteja presente ou consolidada nas experiências estudadas, fica a indicação de que ela deverá ser apreendida, absorvida e internalizada para que as relações associativistas venham a alcançar sua essência e sua proposição, a saber, desenvolver relações de cooperação para se alcançar o trabalho e remuneração coletivos.

Nesta linha de pensamento, percebi que há uma forte relação entre três aspectos fundamentais que envolviam a experiência associativa dos catadores investigados:

- A força do desemprego estrutural (HARVEY, 1996) que atinge os catadores que encontram-se sem trabalho formal e buscam se organizar, o que evidencia a centralidade do trabalho para a questão do associativismo;
- A dádiva promove e ao mesmo tempo explica, em parte, os laços sociais que desenvolvem as relações solidárias no trabalho associativo;
- O protagonismo do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que defende o cooperativismo e associativismo como base de organização dos catadores(as).

Apresentados os aspectos acima descrito, passo a discorrer sobre as minhas análises teóricas sobre o conjunto das informações obtidas, tomando como base as três vertentes acima elencadas, no intuito de dimensionar as ideias apresentadas.

6.1. A centralidade do Trabalho no associativismo

Dos três aspectos acima elencados, o primeiro referente à questão do trabalho abre uma discussão acerca da aplicação do modelo do associativismo ao caso dos(as) catadores(as), considerando o seu contexto e como se revela a centralidade do trabalho (ANTUNES, 1995) em sua realidade.

Com efeito, o mundo do trabalho é essencial para tentarmos embasar a discussão sobre a experiência associativa, desde as suas primeiras manifestações e, dessa forma, tentarmos compreender como essas experiências se desenvolvem em dias atuais.

Conforme a fala de um dos gestores entrevistados, mesmo expressando a interferência da prefeitura no funcionamento da associação, a questão do trabalho é o cerne das atividades dos(as) catadores(as), exercendo a função central da sobrevivência enquanto fonte de renda aos trabalhadores associados, por meio da venda dos materiais coletados e selecionados dentro da associação: “que eles façam o seu trabalho (...) a transparência em relação à venda dos produtos que eles conseguem coletar nas residências, porque é dela a fonte de renda deles, todo material é dado para eles (...) (Gestor, informação verbal, 2011).

Como percebi no capítulo 1, a financeirização da economia global a partir da década de 1970 e as medidas econômicas lideradas pelas revoluções Thatcher e Reagan na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1980 reavivaram as bases do liberalismo e intensificaram o papel do mercado, que se renovou e deu força para a hegemonia do *neoliberalismo* aqui entendido enquanto teoria explicativa:

sobre práticas de política econômica que afirma que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio (HARVEY, 2006, p. 2)

O quadro econômico mundial baseado na especulação e na queda da produtividade em muitos setores concebe esta visão de Harvey do Estado como “tutor” dos interesses privatistas em desfavor do investimento em políticas sociais, o que provoca o aumento da concentração de renda e, conseqüentemente, maior exclusão social a bens e serviços básicos, bem como a falta de acesso a políticas de interesses das grandes minorias sociais.

Já o quadro político-social de cunho neoliberal demonstrou que a lógica de mercado não traz respostas aos problemas sociais engendrados nas contradições do próprio modo de produção capitalista e sua correspondente economia de mercado, eminentemente desigual. Como conseqüente reação, aumenta-se a demanda dos movimentos sociais por soluções de Estado (aqui entendido como resultante da força exercida pelas relações sociais, sejam elas a favor do capital ou das lutas sociais), via políticas públicas de geração, transferência de renda e inclusão social.

No entanto, pude nos lembrar que experiências não mediadas pelo Estado e que se davam por meio de economias não mercadológicas já eram desenvolvidas por sociedades consideradas arcaicas (DUKHEIM, 2000; 2004) antes mesmo do capitalismo se estabelecer como paradigma econômico. Tal percepção nos instigou a compreender como experiências associativas se davam e foram desvalorizadas a partir do “abandono” das relações solidárias que se baseavam não pelo mercado fetichista (MARX, 1967), mas em trocas de dádivas em suas mais diversas expressões (MAUSS, 1974).

Um primeiro aspecto que nos chamou a atenção estava relacionado à questão da formalização das associações que, embora não trouxesse garantias trabalhistas aos catadores, era empregada no discurso vigente como uma saída e alternativa importante para a situação de trabalho dos catadores.

Tanto catadores(as) quanto gestores, lideranças de articulação política e todos os atores envolvidos no processo de associativismo dos catadores, entoavam o discurso de que a criação das associações traria benefícios ao trabalho de catadores e, não só isto, parecia ser este o caminho correto para a solução, se não de todos, mas de vários problemas sociais e de trabalho dos(as) catadores(as) rumo a sua emancipação social, no sentido do alcance da autonomia (CATTANI, 2003).

É claro que a formalização das associações trouxe benefícios aos catadores, mas não necessariamente atenderia todos os seus anseios. Os dois ganhos imediatos alcançados ou ao menos esperados pelos catadores, ao se associarem, que pude observar, foram:

- Terem acesso aos benefícios do Projeto Acordo Verde, tais como utilizar os galpões da EMLUR, transporte, equipamentos e alimentação;
- Saírem da zona da completa exclusão social, deixando de ser os catadores estigmatizados (ELIAS; SCOTSON, 2000) e passando a serem chamados de *agentes ambientais*, assumindo uma nova forma de identidade social (AMORIM, 2012), esta instituída pela política pública compartilhada de forma positiva entre os trabalhadores.

Não obstante os avanços supramencionados, os quais não se esgotam aí (conforme veremos adiante), tenho que refletir sobre o que a formalização do trabalho do catador na forma associativa representa para o mundo do trabalho e como esses avanços, ou ao menos a expectativa de atingi-los, refletem nas relações sociais de catadores associados.

Assim, seguindo a lógica dos pensadores que acompanham o pensamento francês sobre a economia solidária, os quais citamos vastamente na sessão teórica (capítulo 1), me parece mais proveitoso e clarificador analisar os aspectos sobre o trabalho associativo a partir de lógicas fora dos parâmetros estabelecidos pela lógica do capital e suas regras de mercado.

Algumas das informações obtidas em campo apontaram para o fato de que nem sempre as regras do trabalho formal explicam as especificidades nem atendem as expectativas apresentadas pelos(as) catadores(as). Por outro lado, é exatamente por causa do modo capitalista de produção que muito da realidade de exclusão enfrentada por meus pesquisados pode ser explicada.

Em minha pesquisa, ficou claro que, dentre outros fatores, destacam-se o desemprego estrutural (HARVEY, 1992), juntamente com a generalizada ineficiência das políticas de gestão de resíduos sólidos, que se revelam como razões explicativas no que se refere à existência de milhares de catadores(as) no Brasil e América Latina.

As ineficientes políticas públicas de resíduos, que não raro são até inexistentes e não conseguem dar destinação ambiental adequada aos resíduos sólidos, juntamente com a falta de vagas e postos de trabalho formal, levam milhares de trabalhadores a buscarem nos materiais recicláveis a fonte de obtenção de renda e sobrevivência, dado o valor de mercado que possuem.

Deste modo, a questão do trabalho do catador é elemento fundamental para entendermos como e por que catadores vêm buscando a forma associativa para se organizarem no seu modo e forma de trabalhar. As condições de trabalho formal, informal e associativas são chaves para a melhor compreensão do contexto dos catadores associados.

Deste modo, buscando compreender um pouco mais sobre as práticas cotidianas de trabalho e as expectativas declaradas pelos pesquisados, pude captar outro aspecto quanto ao trabalho dos catadores nas associações. Descobrimos, por exemplo, que alguns catadores declararam que gostam da autonomia de terem dias ou horários de trabalho flexibilizados, já que as rotas de coleta podem ser exercidas na forma de escala, podendo trabalhar na semana ou fim de semana e em horários flexíveis, mesmo ocorrendo o controle de frequência por parte da prefeitura. Desta maneira, essa maleabilidade no horário de trabalho é vista de forma positiva por parte dos catadores, algo pouco possível no modelo formalizado e hierarquizado do trabalho formal, que traz regras mais fixas quanto à jornada de trabalho.

Outro ponto que muito nos chamou a atenção reside na questão do salário (MARX, 1867). Embora seja majoritário o desejo de catadores(as) de obtenção de renda fixa, por outro lado parecem confortáveis com a ideia de que podem ter um controle de todo o dinheiro arrecadado e reparti-lo entre todos os associados, diferenciando, assim, radicalmente, do modelo tipicamente empresarial que apenas estipularia um salário aos trabalhadores, retendo todo o restante dos lucros obtidos aos donos do negócio, concretizando a prática da *mais valia* (MARX, 1996).

Minha análise da diferença entre a lógica do salário, típica de uma empresa capitalista, e a prática associativa da partilha dos “lucros” obtidos na coletividade dos associados se alicerça na ideia de que existem outras formas de organização do trabalho – fora das esferas do capital. Outras formas, outros mercados (CATTANI, 2003), outra economia (DZIMIRA; FRANÇA, 1999) de trabalho que coloca em

cheque, também, o mercado do trabalho formal e suas formas de remuneração, reforçando o fato de que, mesmo trazendo alguns direitos ao trabalhador, está longe de expressar os seus anseios e necessidades.

Não estamos aqui afirmando que os(as) catadores(as) estão satisfeitos com os valores alcançados, que são bem menores que o salário mínimo vigente. Entretanto, queremos chamar a atenção sobre a possibilidade de ter controle sobre os meios de produção e seus dividendos, uma ideia que pareceu atraente entre os inquiridos.

No entanto, se, por um lado, o discurso encontrado em campo advoga pela adesão ao modelo associativo de trabalho como alternativa para os(as) catadores(as), por outro lado, há uma forte crítica sobre tal modelo, colocando-o apenas como mais uma das formas de precarização do trabalho (ALVES; ANTUNES, 2004).

Deste modo, o associativismo, o cooperativismo (SANTOS, 2002), o voluntariado e o empreendedorismo são colocados pelos críticos a esses modos de trabalho num mesmo conjunto de experiências que impõem aos trabalhadores novas formas de opressão e de precarização do trabalho (ANTUNES, 1995; ALVES, 2007). Esse posicionamento demonstra uma clara oposição à ideia de defesa do modelo associativista, em tempos modernos, como forma apropriada de trabalho.

Para os críticos ao modelo associativista nos dias atuais, as associações ou cooperativas contribuiriam para a manutenção de formas de contratação ou vínculos de trabalho não regulamentados, característicos do século XX que, a partir do discurso da flexibilização (ANTUNES, 2002), substituem direitos e garantias trabalhistas por modelos cooperativistas e associativas que não garantem direitos. Para Antunes, o exemplo das cooperativas

talvez seja ainda mais esclarecedor. Em sua origem, elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego, o fechamento das fábricas, o despotismo do trabalho etc; como tantas vezes Marx indicou. Hoje, entretanto, contrariamente a essa autêntica motivação original, os capitais criam falsas cooperativas como instrumental importante para depauperar ainda mais as condições de remuneração da força de trabalho e aumentar os níveis de exploração da força de trabalho, fazendo erodir ainda mais os direitos trabalhistas. (ANTUNES, 2011, p. 411)

O posicionamento acima revela um fato nada incomum nas práticas de certas associações e cooperativas que apenas reproduzem o modelo capitalista. Entretanto, tal análise se reduz ao aspecto do trabalho formal, inscrito e idealizado pelo mercado do capital, que instituiu o trabalho assalariado. Lembremos que foi pela mobilização dos trabalhadores, seja pelo movimento sindical ou outras formas de luta, que conseguiu-se pressionar os governos e patrões e conquistar, assim, alguns direitos trabalhistas. Tais direitos não foram produzidos por iniciativa da classe patronal.

Por este motivo, se deslocarmos meus olhares do mercado e suas formas de exploração e nos lembrarmos de como se davam as relações sociais e de trabalho nas sociedades pré-capitalistas (LANNA, 2000), perceberemos que lá não havia leis que impusessem jornada de trabalho, controle de frequência e outras exigências patronais que só surgiram após o capitalismo.

De acordo com os relatos encontrados a partir das entrevistas e questionários aplicados, o fato de não haver tais tipos de exigência no modo associativo encontrado é visto com bons olhos por alguns associados. De acordo com respostas dadas no questionário aplicado, mais de dez catadores(as) apontaram como vantagem de ser associado ter horário flexível e não ter que cumprir jornada específica de trabalho, mesmo tendo que cumprir escala e sabendo que seus ganhos estão atrelados à produtividade.

Não estamos aqui, obviamente, esquecendo de outras formas de exploração do trabalho que existiam antes do capitalismo tornar-se hegemônico, tal como o próprio regime escravagista, mas o tipo de especificidade acima descrita explica que a formalização do trabalho não trouxe apenas benefícios, mas também obrigações que ainda sujeitam os trabalhadores a obrigações não bem recebidas.

Entretanto, queremos chamar a atenção para o fato de que, no trabalho formalizado, embora as leis trabalhistas tenham trazido alguns direitos aos trabalhadores, também lhes trouxeram obrigações, sendo uma delas o cumprimento de horas mínimas de trabalho, pontualidade, assiduidade, produtividade, entre outras obrigações do empregado que deve cumprimento ao empregador. Assim, percebi que o trabalho formalizado ainda é, por excelência, exploração do trabalhador, em última instância.

Já no modelo associativo baseado nos princípios da autogestão (SANTOS, 2002) e no trabalho e meios de produção coletivos (GAIGER, 2004), não só a carga horária de trabalho pode ser democrática e amplamente discutida, como também todos os aspectos relativos ao cotidiano dos trabalhadores estão passíveis de negociação entre os próprios trabalhadores, perspectiva também muito diferente do sistema patronal imposto pelo trabalho formalizado capitalista.

Se, por um lado, alguns pensadores argumentam que as cooperativas tornam-se *“verdadeiros empreendimentos visando aumentar ainda mais a exploração da força de trabalho e a consequente precarização da classe trabalhadora”* (ANTUNES, 2011, p. 411), não é menos verdade que cooperativas também podem ser exemplos de *“iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação”* (GAIGER, 1999, aula 5).

Assim, as experiências associativas estariam longe de serem apenas uma reprodução do sistema de expropriação do trabalho. As experiências associativas apresentam grande potencial de expressão popular, sobretudo das camadas mais excluídas, em busca de emancipação, onde se desenvolvem tecnologias produtivas e organizacionais mais adequadas aos saberes populares (GAIGER, 1999).

Ao contrário de corroborar com as intempéries do capital e, consequentemente, do trabalho formal ou informal, a economia solidária estaria inserida num processo de revolução social que se contrapõe à chamada revolução política por meio da conquista do poder estatal, pois percorre um processo em que os próprios trabalhadores, preparados para isto, buscam a transferência dos meios de produção (SINGER, 1998; 2000).

São visões claramente opostas sobre o papel que o associativismo vem exercendo, que, de um lado, é caracterizado como processo de ampliação da precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2011) e, de outro, um caminho que vislumbra a emancipação social (CATTANI, 2003) ou a revolução social (SINGER, 2000) por meio da democratização do trabalho (SANTOS, 2002), baseados na autogestão, em busca de alcançar novas formas de economia (FRANÇA FILHO, 2002).

Apesar da visão crítica à economia política de Antunes e seus seguidores ser divergente das ideias de CAILLÉ e demais defensores da Economia Solidária no que se refere às experiências associativas e cooperativas, gostaria, aqui, de propor dois caminhos de confluência entre as duas interpretações:

- Ambas as interpretações partem da crítica ao mercado e ao modo capitalista de produção;
- Ambas mantêm o trabalho como central na questão do desenvolvimento da economia.

Dito isto, gostaria de chamar a atenção para o fato de que, ao contrário do que Antunes aponta, os seguidores de Caillé advogam que a proposta central da Economia Solidária ou Social é justamente uma forte e radical crítica ao modo de trabalhar e produzir do capitalismo – e talvez este seja exatamente o ponto de encontro entre Antunes, Singer e Caillé: a crítica ao capitalismo e a proposição de uma outra economia.

Os princípios da autogestão, da propriedade e produção coletiva e as práticas solidárias inerentes aos empreendimentos solidários (GAIGER, 2004) trazem relações de trabalho e produção exponencialmente diferentes do modo capitalista de produção, criando seus próprios circuitos e redes fora do mercado formal (GODBOUT, 1998) e até em paralelo a ele.

Tivemos como exemplo mais emblemático a este respeito as relações de mercado criadas entre catadores e atravessadores que criam seus próprios sistemas de preços e de circulação dos materiais recicláveis comercializados entre si. Em relação ao incremento de vendas, existe um mercado próprio na cadeia produtiva dos recicláveis:

Não depende tanto da produtividade deles, depende do mercado também, o mercado é sazonal, por exemplo, no fim de ano o preço começa a cair já, as fabricas começam a inchar e vai ter período de férias e depois do carnaval eles começam a comprar, muitos produtos já vão ficando encalhados (...) É simples. Se não se mandam pra fábrica, não se compra eles vão fazer o que? (Gestor, informação verbal, 2011)

Com relação à sazonalidade do mercado de recicláveis, também existem regras próprias:

Tem, é a época de quando ta chovendo, por exemplo, essa parte de maio ate outubro as vendas tava mais aquecida, mas agora começa a queda cair o preço de alguns produtos, tipo o papelão ta caindo os metais também eu soube que o cobre diminuiu 3 reais, a latinha não caiu se manteve no patamar de 2 a 2,30, o ferro caiu, o vidro tá caindo e o plástico é único que ta em ascensão. Porque é uma demanda que as fábricas tão começando a investir na Paraíba, porque a gente não tinha esse investimento aqui, então as fábricas estão começando a investir, ter uma produtividade melhor, estão exportando pra algum canto então o teto tá se mantendo. (Gestor, informação verbal, 2011)

Não podemos deixar de considerar que existem fatores que geram regras de mercado locais e próprias, os quais propiciam a atuação de intermediários como, por exemplo, as relações de confiança desenvolvidas entre atravessadores e membros das associações.

As situações que exemplificam o quadro acima foram verificadas ante os relatos dos laços de amizade que existiriam entre catadores e caminhoneiros, os quais compartilham suas vidas privadas, emprestam dinheiro, fazem mudanças e desenvolvem diversos tipos de laços sociais (*“a turma se ajuda aí como pode”* (Catador, informação verbal, 2011)), contradizendo a expectativa que tínhamos de encontrarmos apenas relações de conflito. Também pude observar o trânsito livre que atravessadores e donos de sucatas possuem nas dependências dos galpões, como pude verificar *in loco*.

Outro ponto crucial, que revela um tipo de combate das práticas associativas ao modo capitalista, é o seu caráter popular que, mesmo dependendo muitas vezes de ações advindas do Estado, inscreve a sua existência à iniciativa e atuação de seus associados, de modo que, apesar de relacionar-se com o Estado, para que se consolide e se mantenha ativa, possui nas relações de trabalho e solidariedade entre seus membros a principal força e motivação. As associações somente sobrevivem pelo modo e especificidades próprias, independentemente do Estado, em busca de uma economia não estatal e com um mercado próprio.

É claro que no que concerne à prática encontrada em campo, tal busca ainda encontra-se em processo de maturação, mas aponta fortes evidências de que o

associativismo é um caminho possível e combatente ao império do mercado e do Estado, desde que o associativismo se solidifique e se consolide: algo, no mínimo, gradativo e lento.

A outra aproximação entre as visões da crítica à economia política e a economia solidária ou social reside na importância que o trabalho exerce nas duas interpretações. É por meio do trabalho e pelas mãos do trabalhador que toda a economia se move. Se, no modo capitalista, é pelo trabalho que se produz e que os detentores dos meios de produção alcançam a mais valia (MARX, 1967), para o associativismo e o cooperativismo é o trabalho que move as novas relações de produção, tendo os associados e cooperados como protagonistas da organização para o trabalho.

Obtivemos tal percepção observando os catadores em atividade e percebendo que era justamente a atividade que exerciam sobre os materiais recicláveis que os aproximava e justificava a criação e funcionamento de suas associações. Era por força do seu trabalho, assim, que a experiência do associativismo estava se desenvolvendo. Desta maneira, a atividade laboral, seja qual for o segmento, é o elemento fundante de uma associação ou cooperativa, determinados, é claro, pelas ações de solidariedade existentes entre seus membros.

Em minha visão, e guardadas as devidas proporções, embora divergentes, existem aproximações entre o pensamento de Antunes sobre o caráter de precarização das associações e a dimensão solidária e antiutilitarista de Caillé, ao menos no que diz respeito à crítica ao modo capitalista e a centralidade do trabalho em ambas as perspectivas.

Corroborando com as ideias antiutilitaristas, lembramos que um dos aspectos mais fundamentais na visão dos estudiosos das formas solidárias de economia reside na questão de que a dimensão solidária de tais práticas se centra, conforme dito antes, na circulação de bens e serviços fora dos circuitos do mercado e do Estado (DZIMIRA; FRANÇA, 1999). Assim, interpretá-los apenas como extensão e reprodução dos mecanismos do mercado e Estado, no mínimo, negligenciaria uma interpretação mais isenta.

Para pensarmos nas práticas do trabalho associativo, é preciso que façamos uma reflexão sobre a economia em outras bases, considerando que as experiências

associativas são formas que “*correspondem a realizações inovadoras, associadas a novos valores e princípios que se opõem às práticas excludentes, social e ambientalmente predatórias*” (CATTANI in HESPANHA et al., 2009, p.6).

Deste modo, tenho a percepção de que o posicionamento de Antunes e seguidores é válido, porém o consideramos parcial. Uma das razões para isto, em meu entendimento, está no fato de que a interpretação de que o associativismo e suas variantes são meros reprodutores da precarização residiria numa interpretação bastante atrelada à visão economicista do trabalho, desprovida, portanto, das razões não mercadológicas, simbólicas e não estatizadas de organização do trabalho.

Por esse motivo, partem de parâmetros de análise do próprio capital, cuja visão é partilhada pelos próprios trabalhadores, já que não podemos desconsiderar que até mesmo os(as) próprios(as) catadores(as) também apresentaram interpretações do pensamento hegemônico de economia, demonstrando, inclusive, expressões utilitaristas sobre o trabalho que realizam, ao demonstrarem situações de competição, clientelismo e patronagem (LANNA, 2002).

Identificamos, por exemplo, a dificuldade de praticar a partilha coletiva, em especial, numa das associações cujos(as) catadores(as) relutavam em receber o valor das vendas quinzenalmente, conforme orientava a EMLUR, exigindo que a partilha fosse feita diariamente e, ainda, adotando um sistema de pagamento diferenciado aos membros diretores da associação.

É claro que a situação acima explicitada não se adéqua aos princípios de coletividade e de prática solidária esperados numa associação. No entanto, não podemos esquecer as origens patrimonialistas (HOLANDA, 1973; FAORO, 1958) e clientelistas (CARVALHO, 1999) que ocorrem historicamente no Brasil, principalmente as situações de dívida de patronagem, como nos sinalizou Marcos Lanna (2002).

A situação encontrada em minha pesquisa pode ser interpretada pelas assimetrias existentes nas trocas solidárias, que Mauss chamava de relações assimétricas, onde a dívida ocorre por meio de relações de conflito ou competitivas, demonstrando as dimensões de assimetrias sociais da dívida.

No caso em tela, mesmo de forma conflitante (que é explicada pelas especificidades do grupo no que diz respeito às relações de desconfiança dentro do

grupo), a reciprocidade não deixa de ocorrer, levando à criação de regras feitas pelos próprios associados, a fim de dirimir seus próprios conflitos. Seria fácil a prefeitura impor regras diferentes. No entanto, está claro que esta foi uma regra criada pelo grupo – fruto, portanto, de um ato e exercício da sua autogestão.

Em minha análise, o fato de que na outra associação a questão da partilha estava mais equacionada pelo fato de haver consenso quanto ao pagamento quinzenal, a fim de obterem um preço melhor e, conseqüentemente, uma partilha maior para todos e, também, de não haver pagamentos diferenciados entre os associados, são indícios consistentes de que, neste grupo, os laços de solidariedade estão mais coesos e amadurecidos. Deste modo, em minha interpretação, o trabalho desses(as) catadores(as) está mais próximo dos princípios do associativismo (CHANIAL; LAVILLE *in* HESPANHA *et al.*, 2009).

Um dos fatores que explicaria tal diferenciação no trabalho associativo das duas associações, em minha interpretação, está no apoio dado pela prefeitura. Onde a sua atuação e apoio é mais forte, é visível a maior organização e laços de solidariedade. O que, por um lado, pode expressar uma lógica de dádiva patronal (LANNA, 2002) entre os(as) catadores(as) e o poder público, por outro lado, também pode ser entendido como fatores não mercantis que dariam sustentação e maior segurança dentro das associações, retomando a minha proposição de tentar entender os fenômenos fora da esfera do mercado (DZIMIRA; FRANÇA, 1999; GODBOUT, 1992).

Um aspecto bastante importante sobre a criação das associações nos chamou a atenção sobre a ingerência da prefeitura nas ações, decisões e cotidiano das associações investigadas. No histórico de ambas as associações, ficou claro que o desejo e iniciativa de criação das associações não partiu da iniciativa de catadores. Pelo contrário, foi a partir das ações da prefeitura, motivadas por Ação Civil Pública e pela Lei N.º 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e, também, pela inserção do MNCR no processo de extinção do Lixão do Roger, que foram iniciadas as tratativas para formação e criação das associações de catadores (vide capítulos 2 e 3).

A criação das associações parece positiva para a maioria dos catadores entrevistados, quando se referiam às vantagens obtidas após a criação das

associações, tais como ter acesso aos galpões (onde contam com estruturas próprias para o trabalho de seleção de materiais), uniforme, transporte e alimentação, mesmo estes últimos itens sendo igualmente ofertados, pela prefeitura, às duas associações.

Deste modo, a situação do poder público municipal ter motivado e tomado a frente do processo de criação das associações explica os laços de dependência ou a dívida patronal (LANNA, 2004) ocorridas nas associações, no que se refere à infraestrutura e apoio financeiro que garantem o funcionamento das associações.

Por outro lado, mesmo com as dificuldades enfrentadas, é inegável que as associações vêm se mantendo e demandando, cada vez mais, ações de treinamento, capacitação e investimentos, com o intuito de impulsionar e fortalecer as atividades das associações. O sentimento e o desejo por melhorias e, sobretudo, por continuidade do trabalho associativo, é real e presente nas duas associações: “O espaço é bom, mas tem muita coisa quebrada, esse galpão já sofreu dois incêndios, tem que consertar o telhado. O pessoal precisa de um refeitório” (Catadora, informação verbal, 2011)

Ao ser perguntada se o atendimento da EMLUR era considerado suficiente, a presidente da associação revela a insatisfação: “Mais ou menos, merecia um pouco mais de incentivo”. Uma das melhorias aguardadas pelos catadores seria a conquista de direitos trabalhistas e a concessão do Bolsa Verde, uma promessa do governo local: “Com certeza seria melhor, e também o Bolsa Verde, né? (...) o Bolsa, por exemplo. Se o governo desse uma “forcinha” (Presidente, informação verbal, 2011).

Podemos dizer que, embora a iniciativa do trabalho associativo não tenha partido dos(as) catadores(as) investigados(as), a adesão ao modelo tem se fortalecido e encontra-se em processo de consolidação. Neste processo, o desenvolvimento de laços de solidariedade que propiciem a apreensão e exercício dos princípios de associativismo parece ser o maior desafio a ser superado pelos catadores a fim de alcançarem o pleno desenvolvimento da coletividade e autogestão.

Com efeito, as dídivas por eles praticadas necessitam se consolidarem para o caminho da solidariedade (CAILLÉ, 2009) e, como todos os fenômenos sociais, deverá se dar de forma processual (ELIAS, 1970).

O ponto de partida, o caminho e o modo de fortalecimento do associativismo, encerra-se, essencialmente, na questão do trabalho (associativo?), sendo ele a força motriz para o rompimento do *homo economicus* e desenvolvimento do *homo donator* nas relações de trabalho.

6.2. Dídiva e Associativismo

No que diz respeito ao segundo aspecto daqueles que promoveram minhas considerações sobre a pesquisa desenvolvida, considero que a dídiva promove e ao mesmo tempo explica os laços sociais que desenvolvem as relações solidárias no trabalho associativo.

A partir das minhas análises, percebi que, para se desenvolver experiências de associativismo, é preciso despertar quanto à reflexão sobre as trocas solidárias e, sobretudo, acerca das dídivas praticadas, baseadas na tripla ação de dar, receber e retribuir (MAUSS, 1974).

Nessa perspectiva, antes do poder público ou qualquer ente, propor um modelo associativista de organização, é preciso identificar os tipos de relações que ocorrem em grupos sociais que vislumbram adotar modelos associativos de organização e trabalho, a fim de identificar os tipos de laços sociais existentes e como se desenvolvem, levando-se em consideração o histórico e as origens desses tipos de relações, que poderiam explicar os tipos de dídivas existentes.

Digo tipos de dídiva, pois entendo que dada a complexidade e diversidade das relações sociais, é possível que a dídiva se desenvolva em diferentes escalas, modos, dimensões, profundidade, complexidade e características sociais, políticas e econômicas diversificadas. Compreendendo que a dídiva se manifesta das mais variadas formas, sendo possível assim, tipos específicos de dídivas. Por este motivo, a relação entre a pesquisa desenvolvida e a dídiva patronal tornou-se tão

evidente. Seria no mínimo, inocência tentar aplicar a dádiva agonística, por exemplo para explicar uma realidade contemporânea como a dos catadores associados.

Parto assim, do pressuposto de que, de acordo com as especificidades de cada comunidade ou grupo social, podem se desenvolver diferentes tipos e formas de dádivas nem sempre cooperativas, coletivas e mutualistas, mas também podendo ocorrer de forma conflitante, hierárquica ou competitiva, conforme Lanna (2004) e o próprio Marcel Mauss nos ensinou.

Minha interpretação se inscreve no princípio de que a dádiva, bem como a sua compreensão e interpretação, é essencial para a busca de experiências de trabalho e economia livre do espectro da hegemonia do capital, entendendo que

Para todos aqueles que desejem libertar-se das imposições da economia, quer tentando construir uma economia diferente, quer procurando um lugar distinto, para além da economia, a menção à dádiva impõe-se como uma evidência principal, como um recurso obrigatório (CAILLÉ *in* HESPANHA *et al.*, 2009)

Segundo Marcos Lanna, “a dádiva e a mercadoria nos remetem às *formas elementares* da vida econômica” (LANNA, 2004, p. 05) e se revelam como duas vertentes interpretativas das relações sociais. O autor pressupõe que os homens, “seja qual for o grupo social ao qual pertençam, relacionam-se de dois modos básicos: através das “prestações agonísticas” e hierárquicas ou através da competição dos mercados” (LANNA, 2004, p. 5). No caso das relações aqui identificadas, pude perceber mais expressões da competição de mercados que de prestações agonísticas de cooperação mútua.

De todo modo, para Lanna, Marcel Mauss deu uma grande contribuição, demonstrando que a reciprocidade e a hierarquia se manifestam mesmo nas formações sociais onde a competição de mercado é predominante, desenvolvendo tipos de reciprocidade hierárquica que desenvolvem formas de redistribuição, no sentido de Polanyi⁵⁷ (LANNA, 2004).

Não obstante os alcances supramencionados, o terceiro ponto de reflexão sobre a prática associativa investigada se referia ao objetivo de verificar que tipo de

⁵⁷ Segundo Polanyi, a redistribuição, juntamente com a reciprocidade e o intercâmbio são responsáveis pelo enraizamento das relações em qualquer sociedade (POLANYI, 2000).

dádiva se dava entre as relações de trabalho e sociais entre os catadores (pareceu essencial compreender como poderiam se organizar na forma associativa).

Como já foi dito antes, a lógica da dádiva diverge substancialmente da lógica das relações utilitaristas impulsionadas por Bentham e Mill (BRITO, 2004), tomadas como hegemônicas até os dias de hoje. Por sua vez, as experiências associativas e cooperativas também continuam ocorrendo e até se intensificando a cada crise do capital.

Partilhamos, então, da ideia de que existe uma motivação anterior à busca da felicidade e à satisfação de interesses, de modo que a “hipótese do *homo donator* me parece tão plausível quanto a do *homo economicus*” (GODBOUT, 2000; CAILLÉ in HESPANHA et al., 2009, p. 19).

A lógica de dar, receber e retribuir traz sentimentos e concepções morais de conduta e ética que despertam ações essencialmente *solidárias* e coletivas, extrapolando a lógica do *homo economicus*.

Assim, tentei buscar compreender que tipo de relação poderia ocorrer entre pessoas que decidem, seja por quais forem os motivos e circunstâncias, se organizarem na forma associativa de trabalho, já que concordamos com a noção de que existem vários tipos de mercado e que compreendemos a ideia de Mauss quanto à diversidade de mercados, de modo que ele sempre existiu, não apenas centrado na ideia de acúmulo, especulação e no interesse individual, mas na diversidade de formas de troca entre coletividades (POLANYI, 1980).

Aprofundando minhas leituras, percebi também que as motivações do mercado e falta de emprego não me pareceram suficientes para explicar a ocorrência de associativismo nos tempos modernos, visto que a mera ânsia por obtenção de renda poderia ser buscada de forma individual ou, ainda, que as regras do mercado não pareceram dar sustentação para que associações e cooperativas conseguissem se manter.

Entendo que o processo de formação e sustentação da experiência associativa investigada demonstrou que, apesar de coexistirem fatores econômicos mediados pela ação do Estado, os laços de solidariedade entre os membros participantes são fundamentais para o funcionamento de uma associação.

Desta forma, para conseguirmos compreender os tipos de dídivas que ocorreriam no grupo pesquisado, tivemos que levar em consideração o fato de que, historicamente, no Brasil e não somente no nordeste brasileiro, predominam as relações patrimonialistas (HOLANDA, 1973; FAORO, 1958), clientelistas (CARVALHO, 1999) e patronais (LANNA, 2004), ao invés de uma cultura associativa e solidária (SINGER, 2000; SANTOS, 2002; FRANÇA FILHO, 2002; CAILLÉ, 1998; 2009).

Seria, no mínimo, inocente, supormos encontrar apenas relações de dívida simétrica baseadas na solidariedade entre os catadores, sobretudo pelo quadro de exclusão e precariedade de suas condições socioeconômicas.

Por outro lado, a fim de persistirmos em minha ótica sobre a dívida, tivemos a oportunidade de verificar exemplos claros de como se dão as relações entre os(as) catadores(as) e entre a associação e demais entes envolvidos no processo associativista em curso. Tomando por base a tese do *dar, receber e retribuir*, pude observar algumas situações de reciprocidade, entre os catadores, que poderiam se enquadrar no modelo.

Vale lembrar que, ao falarmos de reciprocidade, estamos nos referindo à noção maussiana de troca, tomando-a como conceito substitutivo da interpretação dos filósofos dos séculos XVII e XVIII do contrato social (LANNA, 2000) entre indivíduos, para assumir a ideia de troca entre coletividades, constituindo o movimento da reciprocidade (LÉVI-STRAUSS, 1982) ou *contradávica* (SABOURIN, 2008) ou, ainda, *contradom* (BOURDIEU, 1996).

Um dos aspectos que me pareceu muito claro nas relações e laços sociais dos(as) catadores(as) é que a reciprocidade exercida encontra-se muito mais na esfera da competição e da disputa, como dídivas assimétricas (MAUSS, 1974), do que na esfera da cooperação e da solidariedade. Ao disputarem, por exemplo, o acesso aos galpões, pela rota ou pela baía que contenham maior quantidade ou melhor qualidade de material reciclável, fica claro que a dimensão solidária e cooperativa está menos presente.

Do mesmo modo que, quando encontrados materiais como o cobre, que possuem um valor de mercado superior aos demais, ocorre a competição e até conflito para decidir se ele será juntado ao montante dos materiais coletados e

vendido coletivamente ou apenas entre os catadores que o encontraram. Acordos diferenciados daqueles decididos em conjunto podem ser feitos e estabelecidos, retomando aquela ideia de que o movimento da dádiva, neste caso de competição, terá circuitos próprios de circulação de bens e serviços (GODBOUT, 1998).

A reciprocidade exercida dentro das associações foi, muitas vezes, revelada por caminhos de disputa e de competição, facilmente compreensíveis pelo histórico que já citamos. Por outro lado, tal prática não negligencia o movimento de *dar, receber e retribuir*, no sentido da competição, visto que, ao disputar, o primeiro movimento seria demonstrar e oferecer o caminho da competição e da concorrência, que imediatamente é correspondida pelos seus pares e devolvida na forma de mais competição.

Logo, se sou tratado como competidor, tratarei os demais também como competidores, estabelecendo a regra do que aqui chamamos de *reciprocidade competitiva*, onde a retribuição está justamente na superposição do interesse individual (DUMONT, 1985) sobre o interesse coletivo. O movimento da permanente troca de intenções, coisas, gestos e ações mostra-se evidente e, portanto, passível de explicar a lógica de uma dádiva do tipo patronal (LANNA, 2004), encerrada num tipo de reciprocidade (POLANYI, 2000) com base na competição (DUMONT, 1985).

Na interpretação acima exposta, podemos citar diversas expressões de dádivas de competição e conflito, senão, como explicar de modo mais claro o movimento alucinado de barbárie dos inúmeros episódios de demonstrações de intolerância entre governos que usam a guerra e a violência para estabelecer a dádiva de competição e da guerra?

Em alguns momentos de minha pesquisa, seja durante a aplicação de questionários ou em conversas informais, percebi o movimento da reciprocidade competitiva que ficou evidente ao observarmos os tipos de relação de conflito entre associados e o poder público. Comparando as tensões existentes entre as duas associações, pude constatar que, onde as ações do poder público eram mais enérgicas no sentido do controle das atividades ou, ainda, onde ele não vinha oferecendo apoio físico e financeiro, os catadores reagiam de modo negligente e descompromissado com as tarefas da associação e haviam ações de enfrentamento e conflito, em face da insatisfação instaurada por parte dos catadores ante à falta de

apoio esperada do poder público: “Só dão almoço e uniforme pro pessoal do Acordo Verde” (Catador, informação verbal, 2011).

Por outro lado, na associação onde ocorria mais apoio do poder público no que concerne ao fornecimento de transporte, equipamentos e alimentação, onde “cabe à prefeitura de dar fardamento adequado, pagamentos de água, luz, carrinhos, manutenção de carrinhos e outras coisas mais” (Gestor, informação verbal, 2011). Nesta associação, a reação dos(as) catadores(as) era mais participativa e colaborativa com o conjunto das tarefas desenvolvidas pela associação, revelando que os catadores estão mais dispostos a realizar o trabalho: “cato, separo, fico no setor (sair e fazer a catação nas casas), pego lá na universidade todos os dias da semana.” (Presidente, informação verbal, 2011).

Foi identificado, assim, que havia certos tipos de laços de “gratidão” por parte dos catadores junto aos gestores, que eram considerados parceiros no processo, o que parecia impelir os catadores a cumprirem suas tarefas no cotidiano da associação. Reconhecemos ali uma relação de aliança (MAUSS, 1974) entre catadores e gestores. Isto nos lembrou as relações de apadrinhamento misturadas com as relações patronais, onde o padrinho é, muitas vezes, o patrão (LANNA, 2004).

Deduzimos, da situação acima mencionada, que a reciprocidade ocorrida entre os associados e o poder público se encerraria num tipo de dádiva patrimonialista e clientelista (HOLANDA, 1973; FAORO, 1958), clientelistas (CARVALHO, 1999) ou, ainda, em tipos de dádiva patronal (LANNA, 2004), onde a reciprocidade é instaurada a partir de ações de apoio ou troca de interesses que baseariam a estrutura relacional desenvolvida.

O que procurávamos compreender em minha pesquisa eram as relações de reciprocidade e os tipos de dádivas que ocorreriam nas experiências associativas investigadas, partindo do pressuposto de que, a partir de suas especificidades, ocorreriam adaptações, ressignificações e reconfigurações da noção de dádiva de Mauss, que muito contribuiu para entendermos as dimensões simbólicas das relações que são essencialmente baseadas nas dádivas em suas mais variadas formas.

Como ensinou Caillé, Mauss trouxe o debate da natureza simbólica das relações sociais, estendendo a noção de símbolo que explicaria todas as implicações, negativas ou positivas, das relações sociais (CAILLÉ, 1998).

Para aqueles que criticam a aproximação de Mauss com as etnografias e com a antropologia econômica, Caillé defende que

existe de fato em Mauss uma teoria sociológica poderosa e coerente, que fornece as linhas mestras não apenas de um paradigma sociológico entre outros, mas do único paradigma propriamente sociológico que se possa conceber e defender. (CAILLÉ, 1998, p. 5)

Assim, tanto para Caillé quanto para vários estudiosos da escola francesa de sociologia, há um consenso de que Mauss, ao introduzir a questão da dádiva, trouxe uma nova perspectiva para a sociologia, tendo a dádiva como crítica ao economicismo e paradigma das relações sociais.

Tanto que, para a corrente do utilitarismo, a Revista do MAUSS, uma clara oposição a todas as formas de economicismo, que se baseia na contribuição de Mauss, por demonstrar que, nas sociedades tradicionais, as trocas não são realizadas pela mediação do mercado, mas da tripla obrigação “dar, receber, retribuir”, lembra que o movimento da dádiva não significa uma ação de caridade, mas, sim, uma obrigação, um desafio de generosidade por meio da dádiva (CAILLÉ, 1998).

Lembremos que, na perspectiva do utilitarismo, “a obrigação mútua gerada pelo movimento da dádiva (dar, receber, retribuir) é a condição primeira da existência do vínculo social” (MARTINS, 2002, p.12). Portanto, mesmo que identificadas relações de conflito, hierarquia e competição, minha análise sobre as relações de dádivas encontradas em campo é a de que o movimento da dádiva está presente e se repete continuamente, estabelecendo tipos de dádiva que aqui chamamos de patrimonialistas. Assim, em meu entendimento, a dádiva patrimonial (LANNA, 2004) ou patrimonialista mostrou-se bastante explicativa enquanto base das relações existentes e é, por excelência, assimétrica entre seus atores.

Na experiência investigada, verifiquei que o enfraquecimento do associativismo no que tange ao negligenciamento de algumas de suas características e princípios, tais como a autogestão, a solidariedade e a coletividade, não invalida a sua iniciativa, pois o que observamos foi que, a partir dos incentivos

dados pelo poder público e outras entidades, a possibilidade de crescimento e amadurecimento do associativismo é substancialmente potencializada, fazendo com que a iniciativa seja válida e pertinente ao contexto concreto.

Desta maneira, mesmo a experiência associativa, num primeiro momento, não tendo sido de iniciativa dos próprios catadores, a externalidade do poder público no processo de formação e criação das associações contribuiu para o despertar da dádiva enquanto prática social, mesmo de maneira indireta. Tanto que, se não fosse a iniciativa do Acordo Verde, resultante do processo de extinção do Lixão do Roger e a construção do aterro sanitário, os catadores dificilmente teriam alcançado as conquistas que tiveram, a começar pela oportunidade de conhecerem o modelo associativo de organização e seus princípios de coletividade, contribuindo para a formação de identidade de categoria profissional (AMORIM, 2012).

Na questão da disseminação das ideias e princípios das dádivas simétricas ou assimétricas (MAUSS, 1974), reconhecemos que os cursos de formação e capacitação exercem importante papel, por meio de processos educativos, para a disseminação da lógica antiutilitarista e, sobretudo, dos princípios do associativismo, principalmente levando-se em consideração que tais temáticas não são tratadas nem no sistema formal de educação, muito menos pelos canais de comunicação.

Com base nos dados obtidos em campo, acreditamos que a experiência associativa de catadores pode abrir caminho e demandas, inclusive, para a implementação de políticas públicas de resíduos que incluam a coleta seletiva e a inserção do trabalho de catadores(as).

As associações de catadores(as) abrem caminho, também, para o fortalecimento de pressões por políticas de geração de renda, pois articula as duas políticas de resíduos e geração de renda entre si e também envolve políticas públicas de educação, no que se refere à implementação de processos de ensino-aprendizagem de caráter *emancipatório*, *libertador* e *não domesticador*, (FREIRE, 1968).

O associativismo abre caminho para iniciativas e processos que trilham o caminho do rompimento de paradigma do ponto de vista econômico, por propor a substituição do *homo economicus* pelo *homo donator*, mostrando-se, assim, como

espaço do exercício constante das relações baseadas na dívida nas suas mais variadas formas de expressão.

A dívida, mesmo a dívida patronal proposta por Marcos Lanna (2004), me pareceu melhor compreendida a partir dos estudos sobre o associativismo e o antiutilitarismo que me parece diretamente relacionados às relações de dívida. Entretanto, para efetivamente rompermos com o economicismo, é preciso que aprendamos e desenvolvamos tipos cooperativos de dívida e, desta maneira, a dívida patronal seja, aos poucos, substituída por formas menos clientelistas e mais cooperativas.

Dado o contexto social e político dos(as) catadores(as), o envolvimento do poder público na construção das bases para a organização associativa é fundamental. Se, por um lado, há a interferência da prefeitura no processo de organização, por outro, sem o seu apoio tudo seria ainda mais difícil para o funcionamento da associação. Ao perguntarmos sobre as dificuldades jurídicas para os catadores se organizarem, o gestor responde:

Juridicamente eu acho que ... uma é que a maioria é analfabeto, eles precisam muito de apoio, e aqueles que tem um certo conhecimento também, não tem um certo interesse em se doar, pelo menos dos que estou vendo até agora né? (Gestor, informação verbal, 2011).

Este parece ser um dos motivos da importância dos cursos de capacitação e formação, pois podem contribuir com o processo educativo desde as primeiras necessidades educacionais, como a alfabetização, até o aprendizado dos princípios do cooperativismo e associativismo, sempre com o apoio externo de instituições e entidades ligadas ao movimento:

A gente faz algumas capacitações com eles, conversamos, tenho um grupo aqui psicossocial, grupo de “capacitadores”. Nós tenho várias formas de tentar chegar perto deles; fazer com que nasça entre eles um líder, mas fica sempre dentro da dependência de buscar da minha coordenação, as necessidades mais rápidas que eles possuem (...) Sempre tem que ter uma pessoa lá. Dar um “norte” senão eles não querem sair pra rota, quebra carro, sabe? Se deixar, a coisa não dura muito não (Gestor, informação verbal, 2011.)

Em minha pesquisa, o associativismo que encontrei está longe de ser um exemplo de emancipação social e não poderia ser diferente por todo o contexto dos catadores que aqui explicitamos. Porém, é inegável que ocorreram alguns avanços e que abriu-se, indubitavelmente, o caminho para a apreensão e desenvolvimento das lógicas solidárias.

Muito mais importante me parece o seu aprimoramento que o seu extermínio, até porque seu movimento é constante, dinâmico e permanente, resistindo a todas as crises que o modelo hegemônico vive a cada ciclo do capitalismo. Deste modo, o associativismo, a partir de problemas sociais e econômicos do cotidiano capitalista, que não são assistidos nem pelo poder público nem pelo setor privado (FRANÇA; DZIMIRA, 1998), revela-se em oportunidades práticas de desenvolvimento de outras formas de economia integradas pelo trabalho postulado não nas bases do capital, mas nas bases da solidariedade.

Podemos aprender e observar com as práticas associativas e cooperativas, o caráter das relações sociais que, de algum modo, sempre me parecem remeter aos ensinamentos de Mauss (1974), ao verificarmos que, qualquer que seja o contexto socioeconômico, ali residem relações coletivas e não individualistas, de dádiva (sejam solidárias, patronais ou patrimonialistas).

Assim, em minha interpretação, mesmo ocorrendo relações de clientelismo ou patrimonialismo (como demonstra a história político-social em questão), ali ocorreu um processo próprio de ressignificação da dádiva, a partir do seu próprio contexto coletivo.

Muito nos chamaram a atenção: os relatos que encontrei de conflitos, competições e de divergências com alguns dos princípios da autogestão, coletividade e solidariedade. Entretanto, ficou evidente a reciprocidade das ações e relações encontradas, claramente estabelecidas por relações de dádiva, mesmo que patronais.

A dádiva e seu princípio de dar, receber e retribuir se mostrou e se revelou na forma competitiva entre os catadores, visto que, ao serem tratados de maneira competitiva, assim também agiam. Em contrapartida, ao serem tratados, por gestores, com respeito e valorização do seu trabalho, revelaram, muitas vezes, também retribuir os gestos de respeito. Este movimento se repetiu não só com

gestores, mas entre si e com outros atores do processo (inclusive conosco, em vários encontros, quando fomos tratados com muita cordialidade).

Tal forma de retribuir ações, gestos e atitudes foram do espectro econômico (POLANYI, 1980), alimentando o ciclo de dádiva, seja qual for o caminho trilhado (o do clientelismo e patrimonialismo ou da solidariedade). Podemos dizer que foi uma curiosa constatação verificar que a dádiva de Mauss sofreu muitas modificações, mas sua essência continua viva. O que podemos inferir é que a dádiva é uma das inúmeras possibilidades de interpretação das relações sociais, não sendo nem melhor nem pior que outras tantas teorias interpretativas.

Uma outra constatação que fizemos é que, mesmo com as dificuldades de implementação, o associativismo se revelou como uma importante instância ou espaço para o exercício do rompimento com o modelo capitalista. O associativismo se revelou como um processo gradativo de desenvolvimento de uma outra economia, com diferentes formas de mercado e que, embora possa prever um importante papel do estado e até dependa dele em muitas situações, é essencialmente coletivo e mutuamente cooperativo, se apresentando como

concepções e práticas de organização do processo de trabalho em que grupos sociais tenham por horizonte a construção de relações de cooperação, aqui entendida como prática econômica, social e cultural e como movimento dos trabalhadores associados na produção da vida social. (JESUS; TIRIBA *in* HESPANHA *et al.*, 2009, p. 84)

Não basta o Estado montar um grupo, injetar recursos e impor modos e formas de trabalho para que uma associação se mantenha. O espírito da dádiva (GODBOUT, 1998) deve estar manifestado e identificado para se explicar o funcionamento e a reciprocidade no desenvolvimento associativo daquela entidade. Deste modo, o *“processo de (re)criação de relações de convivência que caminham no sentido inverso ao da “sociedade dos indivíduos”, ou seja, “do mercado”* (JESUS; TIRIBA *in* HESPANHA *et al.*, 2009, p. 84) é fundamental para se superar a exploração da força de trabalho, típica do capitalismo.

Como um dos pré-requisitos do associativismo e, conseqüentemente, da dádiva, a lógica de reciprocidade (LÉVI-STRAUSS, 1982) rege as motivações e explicações das relações sociais, como verifiquei em campo. Assim, se recebemos um presente de aniversário, sentimo-nos impelidos a retribuí-lo no aniversário de

quem nos presenteou. Se sou convidada a ser um hóspede, logo minha casa fica obrigada a também servir de hospedagem (GODBOUT, 1998). Se nos sentimos ofendidos, logo reivindicamos o “legítimo” direito de resposta, que também poderá trazer algum teor ofensivo. Se somos agredidos, a primeira reação que busquei é retribuir a agressão. Por outro lado, se somos tratados com cortesia e gentileza, logo nos vemos obrigados a também agir com cortesia e gentileza.

O movimento de dar e receber estabelece a prática da retribuição, da reciprocidade e alicerça as relações que estabelecemos. Quanto mais complexa a experiência, mais intensas e, ao mesmo tempo, sutis são as trocas de dádivas que ressignificam a todo instante e a cada contexto as relações sociais. Este movimento de troca não foi facilmente verificável em campo, mas, ao analisarmos mais atentamente, pude verificar algumas formas de dádiva a partir do contexto encontrado.

Meus estudos nos levaram a entender que a dádiva nos explica a lacuna deixada pelos estruturalistas (MARX, 1996; WEBER, 2004; DURKHEIM, 2004) a respeito de ações não motivadas ou impostas pelo Estado ou pelo mercado (LANNA, 2004), trazendo a noção de que as dimensões simbólicas ou explícitas das ações não são explicáveis pelo utilitarismo. Em contrapartida, podem ser verificadas por meio da dádiva, visto que o *dar, receber e retribuir* está em constante movimento de expressão e de desenvolvimento (CAILLÉ *in* HESPANHA *et al.*, 2009), onde o associativismo, por meio do exercício da dádiva, torna-se um importante espaço de construção coletiva e autogestão (CHANIAL; LAVILLE *in* HESPANHA *et al.*, 2009).

O que aprendemos observando associações de catadores(as) é que, se lá residem dádivas patronais, é porque o seu contexto se revela patronal. Por outro lado, observando-se os avanços já alcançados e considerando o cenário atual em que sobrevivem os(as) catadores(as), no que se refere às poucas oportunidades que possuem de emancipação social e compreensão de outras formas de economia, com efeito, a forma associativa se revelou um caminho na direção de emancipação.

Assim, as relações de dádiva estão em permanente processo de desenvolvimento e ressignificação, ocorrendo uma

tensão permanente entre o estado da dádiva e sistemas mais mecanicistas como o Estado e o mercado. Estes últimos sempre

pretendem sujeitar a circulação das coisas à sua própria lei, a da equivalência mecânica, a da necessidade, tão mais confortável que a liberdade. A dádiva também pretende sujeitar os outros sistemas à sua lei, que consiste em liberar a troca e fazer surgir algo imprevisto, fora das regras (GODBOUT, 1998, p. 10).

Em todo caso, o que gostaria de chamar atenção é o fato de que a lógica do mercado e do utilitarismo está bastante presente nas associações investigadas. Por outro lado, nelas encontrei, também, oportunidades concretas de se aprimorar os princípios do antiutilitarismo, da solidariedade e de se desenvolver dádivas não somente de patronagem (LANNA, 2004), como as encontradas, mas de solidariedade, autogestão e cooperação (HESPANHA *et al.*, 2009).

6.3. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e o associativismo

O terceiro aspecto que despertou minha análise e nos proporcionou algumas considerações sobre a experiência associativa que pude investigar reside no importante papel do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que defende o cooperativismo e associativismo como base de organização dos catadores(as).

É inegável que a aproximação com os projetos e ações gerados pelo trabalho e esforço do MNCR, que vem trabalhando na esfera política, pressionando o poder público e o setor empresarial, tem contribuído substancialmente para o alcance de várias conquistas pelos trabalhadores de materiais recicláveis.

Pude verificar, *in loco*, na experiência dos catadores de João Pessoa, sobretudo os avanços na legislação que propiciaram marcos jurídicos para o setor de Gestão de Resíduos, a exemplo do:

- Decreto n.º 5.940/2006, que instituiu a separação de materiais na administração pública federal;
- Decreto n.º 6.923/2010, que instituiu a separação dos materiais na administração pública municipal;

- Lei n.º Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- Lei nº 12.412/2012, que instituiu o Programa Bolsa Verde no município como benefício aos(as) catadores(as) associados;
- Lei nº 12.690, de 19 de julho 2012, que dispõe sobre a organização das Cooperativas de Trabalho, instituindo o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP.

Todos os dispositivos legais acima citados se revelam como importantes conquistas para o trabalho de catadores(as) e fortalecem o setor de materiais recicláveis, funcionando como marcos jurídicos que podem gerar ou fortalecer ações e políticas públicas voltadas ao trabalho associativo de trabalhadores de materiais recicláveis.

Também foi pela pressão e articulação do MNCR que foram criadas instituições como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e secretarias estaduais e municipais. O MNCR também exerce importante papel na criação e funcionamento de instâncias de discussão e debate sobre o trabalho de catadores, como os fóruns e redes locais, estaduais e nacionais.

O MNCR e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária têm exercido grande participação no avanço em políticas de geração de renda voltadas para os catadores, as quais abriram caminho para a implementação de projetos de financiamento e apoio a associações de catadores(as), a exemplo de projetos implementados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Cáritas Brasileira e tantas outras instituições de fomento e apoio a iniciativas de experiências associativas.

Não podemos deixar de destacar os espaços acadêmicos de extensão como o importante papel das Incubadoras⁵⁸ Tecnológicas de Economia Solidária,

⁵⁶ Exemplos de incubadoras com vastos trabalhos realizados: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA), coordenada pelo Prof. Dr. Genauto França; Unicamp (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp (ITCP/UNICAMP), capitaneada pelo Prof. Dr. Renato Dagnino, Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social (ITECSOL) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), iniciada pela Prof.^a Dr.^a Noelle Lechat;

vinculadas aos programas de extensão das universidades de todo o país, destacando o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC).

O PRONINC foi criado no ano de 1998, inicialmente vinculado à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), à Fundação Banco do Brasil (FBB) e ao Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP). Apoiou inicialmente seis das primeiras incubadoras universitárias de cooperativas populares do país. Em 2003, passou a ser coordenado pela SENAES/TEM, articulando-se com várias instituições e organizações⁵⁹.

Em relação ao papel das universidades sobre experiências de Economia Solidária, também cabe destaque ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Unitrabalho⁶⁰. A Unitrabalho é uma entidade que nasceu há 14 anos e congrega dezenas de instituições de ensino superior públicas e comunitárias. Vem atuando na forma de Rede Nacional de Universidades que apoia os trabalhadores dos mais diversos segmentos, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Realiza projetos de ensino, pesquisa e extensão, visando integrar o conhecimento acadêmico ao saber popular.

A Unitrabalho possui um Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, que apoia as Incubadoras de Empreendimentos Solidários sediadas nas universidades de todo o país, que sejam filiadas à Unitrabalho e desenvolvam projetos na área de extensão. Os projetos devem ser voltados à criação e fortalecimento de empreendimentos autogestionários⁶¹

As incubadoras, além de proporcionar a aproximação das universidades brasileiras e as comunidades por meio dos projetos de extensão, têm desenvolvido diversos projetos em Economia Solidária que fomentam, assessoram e provêm várias atividades de apoio e desenvolvimento a experiências associativas e cooperativas de catadores(as) em todo o país.

Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES/UFPB), dentre muitas outras espalhadas por todo o país.

⁵⁹ Fonte: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/proninc.htm/>> Acesso em: 13/02/2015.

⁶⁰ Fonte: <<http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article3/>> Acesso em: 10/02/2015.

⁶¹ Fonte: <<http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article6/>> Acesso em: 10/02/2015.

Vale destacar o projeto que a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) vem desenvolvendo com os catadores de várias cidades do estado e não somente da capital, desde o ano de 2012. Dentre várias atividades, o projeto, com previsão de duração de três anos, prevê o cadastramento do maior número possível de catadores e desenvolvimento de cursos de formação e capacitação em Economia Solidária.

Em todas essas experiências de fomento e incentivo às associações e cooperativas dos catadores, o fator que mais nos chamou a atenção foram as ações de capacitação e cursos de formação na temática da Economia Solidária. De um modo geral, o intuito maior de tais tipos de atividades envolve a inserção do processo de ensino-aprendizagem na temática da Economia Solidária, tratando dos seus princípios e objetivos e com o intuito de desatar a consciência ambiental, sustentável e, sobretudo, da possibilidade de desenvolver práticas solidárias.

Como todo processo educacional, a continuidade das atividades é um dos grandes pontos de fragilidade. Em uma das associações que investigamos, soubemos que ela já havia passado por processos de formação na temática da Economia Solidária, que abrigava questões relacionadas à dívida, possibilitando, assim, a informação, reflexão e discussão sobre os mais diversos tipos de dívidas, despertando saberes relacionados à reciprocidade de práticas solidárias. Lembremos que a maioria dos(as) catadores(as) jamais havia ouvido falar de associativismos, cooperativismo e solidariedade.

Entretanto, foi-nos relatado que, quando da finalização dos projetos que organizavam os cursos de formação, houve descontinuidade das atividades. Ficou evidente que a temática vinha perdendo, gradativamente, o significado e o sentido para os associados. Percebi que as questões que estavam inseridas nos processos de formação relativos à dívida de cooperação, qual seja, aquela fora do contexto de patronagem (LANNA, 2004) e clientelismo (CARVALHO, 1999), comuns no grupo investigado, eram considerados novos por parte dos catadores e, então, careceria de trabalhos intensos de educação da temática.

Neste sentido, preocupa-nos a atuação do MNCR enquanto mentor do modelo associativo para catadores, já que, além de atuar como uma espécie de adestrador dos princípios associativistas, pode ser interpretado também como não

comprometido com os interesses dos catadores, visto que, não raro, oupercebi a queixa de catadores por não possuírem um trabalho devidamente regulamentado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) amparando os direitos trabalhistas ou ainda de não terem ganhos fixos pelo trabalho exercido.

Por um lado, a proposta do modelo associativo formulada pelo MNCR pode ser justificada pela inviabilidade, por parte do sistema econômico vigente, de criar, de uma só vez, milhares de postos de trabalho formal e dentro dos parâmetros da CLT, a trabalhadores do setor de recicláveis, dado o modelo hegemônico da economia global.

Por outro lado, a proposta pode ser interpretada como paliativa e não resolutive, como diriam aqueles que advogam pela ideia do associativismo ser apenas mais uma forma de precarização do trabalho ou, até mesmo, de ser acusado por ação de engodo nos interesses dos(as) catadores(as).

De qualquer modo, o que nos preocupa é o MNCR partir de uma proposta que requer, como percebi ao longo de toda a pesquisa apresentada, princípios e esclarecimentos que envolvem laços sociais consolidados, sobretudo nas questões de solidariedade. Ora, como inserir modelos que implicam em ações de mútua cooperação, coletividade e autogestão, requerendo, assim, no seio de pessoas que vivem em condições de altíssimas precariedades sociais? Estariam os catadores preparados e dispostos a abandonar as velhas práticas clientelistas, competitivas e utilitaristas de relações?

Tanto é verdade que não há preparação por parte dos(as) catadores(as) para desenvolver, espontaneamente, formas associativas de trabalho que observamos em campo. Duas situações recorrentes:

- Todas as iniciativas de criação e formação de associações de catadores(as) da cidade de João Pessoa (PB) partiram do poder público e não dos próprios catadores;
- Os cursos de formação e capacitação oferecidos em projetos de apoio trazem, cotidianamente, as temáticas da Economia solidária, tendo em vista estas serem desconhecidas pelos(as) catadores(as).

De todo modo, não nos foi possível identificar a raiz da escolha pelo modelo associativo e cooperativo por parte do MNCR, ao invés de trabalho formal e preconizado pela CLT, buscando conquistas trabalhistas, assim como fazem sindicatos, conselhos e outras entidades profissionais.

É claro que a própria falta de regulamentação da profissão de catador(a)⁶² é um dos pontos cruciais para o fato dos direitos buscados serem diferentes das profissões regulamentadas e respectivas representações, o que levaria, naturalmente, à busca, por parte do MNCR, pela regulamentação e registro na CLT, da profissão de catador(a) ou como agentes ambientais ou qualquer outra nomenclatura que contemplasse os trabalhadores de materiais recicláveis.

Entretanto, resta-nos compreender que a escolha pelo modelo associativo não partiu da decisão pensada e reivindicada pela maioria dos catadores, mas apenas de uma determinada cúpula e ratificada por deliberações da base. Esta forma de mobilização parece se repetir em várias outras experiências associativas, o que não a invalida ou lhe retira a legitimidade, apenas se explica, em meu entendimento, como o modo em que o associativismo tem se desenvolvido em meu país, visto o histórico patrimonialista e clientelista que muito já discuti aqui.

Assim, ao considerarmos a situação de vulnerabilidade dos(as) catadores(as) e, ainda, a necessidade de dar um tratamento adequado à questão dos resíduos para muito além da perspectiva do saneamento, nos convencemos da necessidade de implementação de políticas públicas que apliquem a devida atenção ao quadro de precarização destes trabalhadores.

Por outro lado, entendo que quaisquer que sejam as políticas a serem desenvolvidas, devem considerar as possibilidades de não apenas incluir tais trabalhadores no atual sistema produtivo, mas, antes de tudo, ressignificar seu trabalho.

No caso específico da experiência associativa dos catadores de João Pessoa, um avanço considerável no processo de ressignificação do trabalho, gerado pelo conjunto da mobilização decorrente do MNCR e das instâncias políticas locais, foi

⁶² Lembremos que a PEC n.º 309/2013 que inclui os catadores(as) no Sisema Previdenciário ainda tramita no Congresso Nacional.

revelado por meio das questões de identidade social dos catadores (AMORIM, 2012).

Segundo os questionários aplicados, cerca de 22% dos catadores afirmou gostar da nomenclatura *Agentes Ambientais*, terminologia que, além de configurar os valores relacionados à sustentabilidade ambiental, retiraria o estigma negativo da profissão, contribuindo para a criação de uma nova identidade social (AMORIM, 2012) aos trabalhadores. Ainda assim, o nome dado ao próprio movimento continua se referindo ao termo catadores(as).

É importante dizer que os(as) catadores(as) e outros sujeitos que vivem em condições de exclusão social e política no mundo moderno não se encontram “naturalmente” nessas condições, como apregoa o senso comum. Sabemos que os mecanismos de reprodução do capital, da concentração das riquezas, do desemprego estrutural e o acirramento das desigualdades é que explicam tais condições de precarização, em que não ter dinheiro nem emprego os colocam no patamar da linha da pobreza extrema, pois

Sem dinheiro, sem recursos, não há existência social nem mesmo, afinal, qualquer existência, material, física. Esta é a raiz dos problemas. A existência social dos indivíduos depende da economia e os indivíduos perdem muito mais do que um emprego quando perdem seu trabalho ou não encontram um (GODELIER, 2001, p. 8)

O que gostaria de evidenciar é que, dada a situação urgente de calamidade e carência social em que os(as) catadores(as) se encontram, me pareceu que, ao longo do processo, a dimensão da dívida permaneceu obscurecida no debate e no discurso do MNCR.

Em minha análise, o MNCR não demonstrou se ater aos processos anteriores ao modelo associativo de trabalho no que se refere à questão dos laços sociais existentes entre os grupos e, sobretudo, às relações de troca e de reciprocidade. Considerar tais mecanismos é fundamental para se verificar a pertinência e aplicabilidade da proposta associativa. Todavia, isto não quer dizer que a dívida não esteja presente nas relações decorrentes das experiências associativas. Pelo contrário, ela tem sido ressignificada e possui origens e demonstrações próprias.

Não queremos dizer que o MNCR tem sido negligente, mas estamos convencidos de que, com sua intenção em criticar o modo utilitarista de trabalho e

produção, sem trazer à tona a necessidade de desenvolvermos as dimensões de solidariedade e, sobretudo, sem refletir sobre a tripla ação de dar, receber e retribuir, as iniciativas associativas sempre padecerão da dificuldade de desenvolvimento e consolidação.

A crítica que apresento acima também se aplica à Economia Solidária enquanto movimento social, visto que, em minha concepção, discutir novas formas de trabalhar, produzir e consumir coletivamente implica, necessariamente, em discutir e construir novas bases de relações sociais em lugar das leis do mercado e seu consequente processo individualista e regulação estatal.

Desta maneira, queremos aqui sugerir que os fóruns de Economia Solidária, o MNCR, as universidades e todos os agentes e atores sociais envolvidos com experiências associativas e Economia Solidária como um todo reconheçam e se atentem para a necessidade de criar, desenvolver, expandir, divulgar e disseminar a importância da perspectiva antiutilitarista das ações sociais, permeadas pela noção de dívida. Tal proposição tem o intuito máximo de trazer a crítica à hegemonia do *homo economicus* e passarmos a refletir mais sobre o *homo donator*.

Introduzir o modo associativista é, antes de mais nada, questionar o atual modo hegemônico de produção e inserir a discussão sobre como o trabalho vem sendo considerado e como deve ser encarado sob uma perspectiva associativa. Antes de escolher determinados modelos de trabalho como ideais para quaisquer segmentos de trabalho e produção, é preciso refletirmos sobre o próprio modelo hegemônico de produção para percebermos como e por que ele não absorve determinados segmentos e, mais ainda, permanece reproduzindo forças desiguais de produção e formas exploratórias de trabalho.

Dito isto, gostaria de chamar a atenção para o fato de que a lógica do mercado e do utilitarismo está bastante presente nas associações. Por outro lado, nelas também encontrei oportunidades concretas de se aprimorar os princípios do antiutilitarismo e da dívida, não somente de patronagem (LANNA, 2004), mas também de cooperação e coletividade (SINGER, 2000; FRANÇA FILHO, 2002), dentro da perspectiva do antiutilitarismo (CAILLÉ, 2009).

Deste modo, o associativismo proposto pelo MNCR de fato vem abrindo oportunidades de alcançar políticas públicas que articulam políticas de resíduos, de

geração de renda e de educação, ampliando as possibilidades de catadores(as) ou quaisquer outros trabalhadores ou grupo social, de transcender a experiência do mercado mediado pelo estado para um caminho de busca por uma outra economia (HESPANHA *et al.*, 2009).

Desta forma, após fazermos uma análise focada em torno da Economia Solidária e suas variações de nomenclaturas, nos apoiando nas reflexões de autores como Gaiger (2004), Singer (2002), Santos (2002; 2005), Arruda (1996), França Filho (1998; 2002) e tantos outros pensadores que vem trazendo à tona os fenômenos do associativismo e cooperativismo, tomamos como pressuposto que os(as) catadores(as), enquanto trabalhadores de baixíssima renda e desprovidos de diversos tipos de acessos a bens e serviços sociais, vem encontrando, no trabalho associativo, uma forma de organização social e de trabalho.

Neste modelo não acabado, mas em constante processo de construção, tentam se fundar e alicerçar premissas de uma economia de resistência ao desemprego estrutural que funcione como veículo de emancipação política e social por meio do trabalho. Daí, identificamos a autogestão e a divisão coletiva do trabalho e produto como pilares do que atualmente se chama, no Brasil, de Economia Solidária. É nesta temática que fundamos minha leitura, comungando com o pensamento de Boa Ventura Souza Santos, afirmando que:

As cooperativas de trabalhadores ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico e, com isso, estendem o princípio de cidadanias à gestão das empresas. Semelhante ampliação da democracia tem efeitos emancipadores evidentes (SANTOS, 2005, p.3).

Assim, lançamos a proposição de que as formas cooperativas e associativas de organização podem trazer uma nova perspectiva a trabalhadores que, diante do quadro de desemprego ou de condições precarizadas de trabalho formal ou informal, tornam-se um rico campo de experiências e de relações sociais ora conflitantes, ora convergentes ou complementares.

Neste contexto, alguns pequenos agricultores, operários, comerciantes e outros trabalhadores, a exemplo dos(as) catadores(as), tentam enfrentar e sobreviver ao modo capitalista de produção dentro da perspectiva de Marcel Mauss (1974), Karl Polanyi (1964) e Maurice Godelier (1934), sinalizando ou exercitando

formas menos utilitaristas⁶³ de organização social. Afirmamos *menos utilitaristas* por acreditarmos que tal processo está inacabado e em pleno movimento de adaptação a cada contexto, história e especificidades de cada experiência associativa ou cooperativa.

Em meu entendimento, as experiências associativas ou cooperativas contemporâneas podem ser explicáveis a partir dos ensinamentos obtidos pelos estudos de sociedades pré-capitalistas, cujas formas de organização são interpretadas, atualmente, como formas de resistência ou alternativas às contradições do modo capitalista, visto que já existiam antes da hegemonização do capitalismo enquanto modo de produção e vem se reconfigurando em todas as suas fases. A reincidência dos fenômenos de associações e cooperativas fortalecem o que hoje se chama, atualmente, no Brasil, de *Economia Solidária*.

Vale registrar que, aqui, que tal conceito é tratado de forma interdisciplinar e que se baseia nas experiências de grupos que desenvolvem laços de solidariedade, trabalho coletivo e de autogestão, num modo diferenciado de trabalhar e produzir coletiva e cooperativamente se contrapondo ou se ressignificando, portanto, ante a lógica capitalista do lucro e da competição.

Em minha perspectiva, tanto o MNCR quanto o próprio movimento social da Economia Solidária devem levar em consideração que a experiência do associativismo de catadores(as) se revela, em última instância, como um constante exercício de busca pela emancipação social e tal busca se dá por meio de novas lógicas de trocas, onde, apesar de persistirem as velhas formas do mercado e do Estado patrimonialista, apontam caminhos para o aprendizado e apreensão de lógicas paradigmáticas de trabalho e produção.

Chamamos de lógicas paradigmáticas, práticas sociais concretas, geradas e motivadas a partir das experiências da economia solidária por meio dos seus mais diversos processos. Tal economia se baseia, essencialmente, no trabalho e renda coletivos, que rompem com a expropriação e com as formas hierarquizadas de trabalho através da autogestão, propiciando a ampliação das práticas democráticas no trabalho e, sobretudo, nas trocas solidárias alicerçadas no *dar, receber e retribuir*,

⁶³ Em oposição aos conceitos utilitários de Bentham (1776) e Mill (1863) e segundo entendimento de Caillé (2009)

movimento essencial para reforçar as relações de dádiva nos seus mais diversos modos de expressão.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minhas principais considerações a respeito da experiência associativa se fixaram na interligação entre a centralidade do trabalho e a *dádiva* como elementos fundamentais na experiência associativa, apontando para a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para a questão do associativismo, tomando-o como fenômeno recorrente ao longo de todas as fases do capitalismo (HARVEY, 1996).

A pesquisa ora apresentada obviamente não esgota a reflexão e discussão sobre a questão da *dádiva* em experiências associativas. Apenas visou contribuir para a busca de compreensão das relações sociais ocorridas na experiência associativa de catadores(as), no contexto de uma política pública no nordeste brasileiro. A pesquisa de campo forneceu uma gama de informações que subsidiaram minha análise acerca da aplicação e interpretação da *dádiva* em experiências associativas.

A pesquisa de campo realizada revelou a importância da Política Pública de reciclagem de resíduos sólidos para a consolidação do MNCR, mas também revelou o predomínio da *dádiva* patronal, clientelista e competitiva no funcionamento e nas relações captadas nas associações de catadores, demonstrando os desafios postos frente a políticas de geração de renda e no desenvolvimento de propostas de trabalho associativo de catadores.

Busquei, assim, analisar os dados obtidos, tentando aliar a questão da centralidade do trabalho, a crítica ao utilitarismo e o desenvolvimento de processos associativos, a partir da perspectiva da *dádiva*. Baseiei-me, essencialmente, na crítica ao modelo competitivo e exploratório do trabalho, imposto pela hegemonia do capital, onde impera o *homo economicus*, para dar lugar ao *homo donator* enquanto requisito da tripla ação de *dar, receber e retribuir*, preconizado por Marcel Mauss, sobrinho e discípulo de Durkheim, cuja teoria do Fato Social deu origem ao pressuposto teórico de Mauss do *Fato Social Total*, a saber, da *Dádiva*. Confesso que encontrar os traços da reciprocidade e da solidariedade, na perspectiva de Mauss foi bastante difícil, o que se explica pelas características fortemente captadas do patrimonialismo e clientelismo nas relações sociais estudadas.

Gostaria de lembrar que, no momento em que Mauss publicou pela primeira vez sua mais célebre obra *Ensaio sobre a Dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, em 1924, a França vivia o seu momento intelectual e acadêmico da Escola Francesa de Sociologia, saindo de lá as principais reflexões sociológicas de Mauss acerca das relações sociais que culminaram na sua tese do Fato Social Total, onde a *dádiva* aparece como a prestação total como base das relações sociais, segundo seu entendimento. Retomar as suas reflexões nos dias de hoje é, ao mesmo tempo, um desafio e um privilégio que muito me motivou a desenvolver a presente tese.

O fato dos dados coletados não serem explicados apenas pelos laços de solidariedade e da Tripla Ação, confirma a ideia de que a dádiva serve como base explicativa das relações encontradas durante a pesquisa, que no caso, se revelou como patronal, já que a dádiva se desenvolve sob diferentes tipos e formas nem sempre cooperativas, coletivas ou mutualistas, mas também podendo ocorrer de forma conflitante, hierárquica ou competitiva, conforme Lanna observou. O movimento de dar, receber e retribuir, em experiências associativas, necessita de mais estudos com o intuito de compreender a relação entre os conflitos existentes e a expectativa de trabalho e produção coletiva que mesmo na forma de patronagem, se revela como um tipo de dádiva que merece melhor compreensão.

Em minhas análises sobre a experiência associativa dos(as) catadores(as), entendo que o tema *trabalho* ocupa a centralidade no associativismo, partindo da organização do trabalho toda a motivação e razão principal para o desenvolvimento de experiências associativas.

Quanto à prática do associativismo, cheguei à conclusão que ele se revela num forte movimento que vem resistindo aos constantes ciclos de retomada do modo capitalista e se desenvolvendo como instância política e espaço social, além de constante exercício econômico e de observação da Dádiva enquanto princípio de ação social. Entendo que o associativismo revelou ser uma experiência fértil para que a dádiva seja observada, exercitada e ressignificada, desenvolvendo-se conforme o contexto social e político de cada coletividade.

A dádiva de *patronagem* (LANNA, 2004) ou *competitiva*, como sugerimos aqui, foi identificada na experiência investigada. Entretanto, o histórico político-social

descrito não só explica a ocorrência de tais tipos de relações sociais como também é colocado em cheque na medida em que a proposta associativa em processo de desenvolvimento se inscreve em bases autogestionárias e coletivas de trabalho e produção. Em meu entendimento, os pressupostos da dádiva não só explicam o fenômeno social investigado, mas também apontam para um processo de modificação e quebra de paradigma nas relações sociais e produtivas, visto sua relação direta com os princípios do associativismo.

A verificação do papel do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis foi fundamental para compreendermos a importância dos movimentos sociais na luta e conquista de direitos sociais e políticos, sobretudo na articulação em rede com o movimento da Economia Solidária (SINGER, 2000; 2003; GAIGER, 2004; SANTOS, 2002; FRANÇA FILHO, 2004; 2009; LECHAT, 2004), enquanto movimento intelectual, político e social que muito vem contribuindo para a disseminação das ideias antiutilitaristas (CAILLÉ, 1998; 2009) e discussão de novas formas de mercados, economias e relações de trabalho.

É salutar também destacar a importância do papel protagonista do MNCR no que se refere à valorização profissional dos(as) catadores(as), contribuindo, inclusive, na ressignificação de suas identidades, que trouxe como uma das principais vitórias, a valorização destes profissionais e fôlego ao constante processo de ressignificação de seus papéis e identidade sociais (AMORIM, 2012).

Minha sugestão maior é que o MNCR e movimentos paralelos da Economia Solidária se unam e atentem cada vez mais para o paradigma da *Dádiva*, pois, em meu entendimento, ela muito tem a contribuir para a revisão dos valores e formas sociais de organização, visto que rompe com o *homo economicus* e busca substituí-lo pelo *homo donator*.

Minha modesta contribuição para a discussão da dádiva como princípio de ação social e seu importante papel para o amadurecimento das experiências associativas deixa aqui um vasto caminho a percorrer em busca de investigar as experiências de dádiva nas suas mais variadas formas, restando identificar como tem se desenvolvido o trabalho associativo de catadores(as) e quais os avanços alcançados e desafios presentes na sua organização.

Resta o desafio, ainda, de conhecer e detalhar ainda mais o perfil socioeconômico dos sujeitos participantes da experiência em questão, a fim de identificar ocorrências não apuradas na pesquisa realizada, como casos, por exemplo, de incidência de trabalho infantil e outros tipos de precarização do trabalho, assim como conflitos existentes na forma de organização dos trabalhadores. Tenho que considerar que diversos aspectos identificados na pesquisa merecem ser aprofundados, como, por exemplo, as relações de gênero e relações raciais que interferem ou são explicativos nas ressignificações dos laços de solidariedade.

Também é salutar entendermos a importância do desenvolvimento de políticas públicas (MINAYO, 2005) que não sejam geradas por processos impositivos e pontuais, como me pareceu ter sido a política adotada na proposta do Acordo Verde, mas que venha a contribuir como mecanismo de fortalecimento de instâncias sociais e políticas estabelecidas, propiciando a consolidação de laços de solidariedade e reciprocidade em coletividades. Sugiro também a adoção de sistemas de avaliação de políticas públicas por parte do poder público, como instrumento essencial para garantir o processo continuado de melhoria e amadurecimento das políticas sociais, seja qual for o setor em que atuam.

Por fim, quero ressaltar que a característica das ideias de Mauss sobre a *Dádiva*, que mais nos impele a refletirmos sobre ela, reside na sua ampla perspectiva de sairmos do estado de competição e exploração do trabalhador em direção ao caminho da solidariedade, mesmo que assimétrica e hierárquica, à perspectiva da aliança, baseando assim, a base do princípio da coletividade. Tal perspectiva abre caminho para romper com o individualismo e a exploração do trabalhador, que assolam a qualidade de vida e a dignidade da grande maioria das sociedades contemporâneas.

Neste sentido, eu gostaria de reforçar a importância sociológica da *Dádiva* enquanto abordagem interpretativa das relações de trabalho e de organização social e ressaltar o modelo associativo como uma das formas de avançar para uma outra economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 BRASILEIRA: **ações prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

ALMEIDA, T. L; BETITO, R. **Os métodos quantitativos como ampliação da visão qualitativa**. Revista Didática Sistêmica, Volume 11, Rio Grande-RS, p.19-34, 2010.

ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: Precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálisis**, Florianópolis, SC, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009.

ALVES, G.; ANTUNES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**. Campinas, SP, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

AMORIM, L. S. Economia solidária e catadores de materiais recicláveis em Salvador e Curitiba: políticas públicas e a enunciação de identidades no Brasil. **AVAL – Revista de Políticas Públicas**. Fortaleza, CE, MAPP/UFC, v. 2, n. 10, jul./dez. 2012.

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 107, set. 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 Feb. 2015.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ARRUDA, M. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. In: CONFERÊNCIA SOBRE GLOBALIZAÇÃO E CIDADANIA, 1996, Genebra. **Instituto de Pesquisas da ONU para o Desenvolvimento Social**, Genebra: 9-11 dez., 1996.

BEZERRA, A.F.N. **Catadores de "lixo": o nome não importa, o peso é o mesmo**. <http://meuartigo.brasilecola.com/historia/catadores-lixo-nome-nao-importa-peso-mesmo.htm> Acesso em 08/05/2015.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. Marginalia: Algumas Notas Adicionais Sobre o Dom. **Mana** v. 2, n. 2, 1996. p. 7-20.

BRITO, J. S. A questão dos fundamentos da ética em Bentham e em Mill. **Revista Iberoamericana de Estudios Utilitaristas**. Textos. XII/2: 00-0, 2003.

CAILLÉ A. Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, SP, v. 13, n. 38, Out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300001&lng=en&nrm=iso>

_____. O PENSAMENTO Anti-Utilitarista, as Ciências Sociais e a Crítica do Utilitarismo: Um Balanço por Allan Caillé. **O Jornal do M.A.U.S.S.** França, 3 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=76>>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. ANTIUTILITARISMO. In: HESPANHA, P. *et al.*. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina Brasil, 2009.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CHANIAL, P.; LAVILLE, J. L. In: HESPANHA, P. *et al.*. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina Brasil, 2009.

COHEN, Michael, MARCH, James e OLSEN, Johan. **A Garbage Can Model of Organizational Choice**, Administrative Science Quarterly 17: 1-25. 1972.

COSTA, J. C. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação! **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun. 2011.

DEFOURNY, J. Economia social. In: HESPANHA, P. *et al.*. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina Brasil, 2009.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. Ed. Atlas, 3.^a Edição, São Paulo, 1995

DRAIBE, S. **As políticas sociais brasileiras: diagnóstico e perspectivas de políticas públicas**. In: IPEA/IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília. 1990.

DUMONT, L. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. Trad. Joaquim Pereira Neto. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1989.

_____. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1893]-2004.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Martins Fontes, 1970.

FAORO, R. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1958.

FERNANDES, M. J. S. **Coleta seletiva de lixo**. EIGENHEER, E. M. (Org.). Rio de Janeiro: Iser, 1993.

FILHO, M. D. P. Assimetrias políticas, clientelismo e democracia: uma discussão conceitual. **XXXI Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu-MG, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J., **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia Análise e Dados**. Salvador: SEI/Governo da Bahia, v.12, n.1, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, G.; DZIMIRA, S. Economia e Solidária e Dádiva. **Organizações & Sociedade**, Salvador: UFBA, v. 6, n. 14, jan./abr. 1999.

GAIGER, L. I. G. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. Significados e tendências da economia solidária. In: **Sindicalismo e Economia Solidária**: Reflexões sobre o projeto da CUT.1999.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GODELIER, M. O Enigma do Dom. Civilização Brasileira, 2001. **Coojornal - Cooperativa Jornalística Digital**. Disponível em: <www.riototal.com.br/coojornal/>.

GOES, F. L. Perspectiva racial da situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável. Anais do VIII COPENE-2014. **Congresso brasileiro de pesquisadores(as) negros(as)**. Belém/PA: UFPA. 29/jul.-2/ago., 2014.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João. Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Neoliberalismo como destruição criativa. **Interfacehes** Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade. São Paulo: Centro Universitário Senac, 2007.

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HESPANHA, P. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina Brasil, 2009.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

JESSOP, B. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista de Sociologia Política**. v.17, n. 33, 2009, p. 131-144. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000200010&lng=pt&nrm=iso.

JURAS, I. A. G. M. **Legislação Sobre Resíduos Sólidos**: Exemplos Da Europa, Estados Unidos e Canadá. Disponível em: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

LANNA, P. D. M. Nota sobre Marcel Mauss e o *Ensaio Sobre a Dívida*. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, 14: jun., p. 173-194. 2000

_____. Marcel Mauss Today. **54th. International Congress of Americanists, Symposia 521**: Economía y Finanzas Solidarias. Los dilemas entre Estado, Mercado y Sociedad en Brasil, Argentina y México. Viena, 2012. (Traduzido eletronicamente).

_____. **A dívida divina**: troca e patronagem no nordeste brasileiro. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

LECHAT. N. M, P. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004.

_____. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. v. 2, n. 1, **Revista Civitas**, 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 1982)

_____. "Introdução à obra de Marcel Mauss", in M. Mauss, Sociologia e antropologia, São Paulo, Cosac&Naify (2003)

MARTINS, P. H. "A sociologia de Marcel Mauss: dom, simbolismo e associação". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73: 45-66, dez., Coimbra, 2005.

MARQUES, M. I. M. Reciclagem e gestão do ambiente urbano: o trabalho dos catadores de resíduos sólidos na Metrópole paulistana em tempos de políticas neoliberais. Mesa-redonda intitulada "Deslocamentos populacionais, conflitos e ressignificação dos espaços urbanos". **Seminário Internacional "Fronteiras em Movimento: deslocamentos e outras dimensões do vivido"**. São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil, 3/ago./2012.

MARTINS, P. H. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. – Movimento antiutilitarista nas ciências sociais: itinerários do dom. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 23, n. 66, fev. 2008.

_____. (Org.). A dívida entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social.. Petrópolis: Vozes, 2002, 205 p.

MARX, K. A Mercadoria. In: **O Capital**. v. 1, [1867].

_____. **Da Divisão do Trabalho Social**, 1893.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: Introdução. Coleção Ridendo Castigat Mores, 2000 [1845-46].

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dívida. Forma e Razão da troca nas sociedades arcaicas**. In _____ Sociologia e Antropologia. EDUSP, São Paulo, VI. II 1974.

MELLO, G. B. Resenha MARTINS, P. H. (Org.). A dívida entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social.. Petrópolis: Vozes, 2002, 205 p., **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005

MINAYO, M. C. S. (Org.). Assis S.G., Souza E.R. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MOREIRA, R. S. C.. **Sociedade e estado**., Brasília, v. 16, n. 1-2, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 dez. 2014.

OLIVEIRA, L. P. A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. **CADERNO CRH**. Salvador, n. 30-31, p. 363-367, jan./dez. 1999, Resenha.

PASCAL, F. Difundir ideias antiutilitaristas. **A revista do MAUSS**. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=1897>>. Crônica: LEMONDE, 5./ago./2010, Acesso em: 12 set. 2012.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: As origens da minha época. 9. ed., Tradução de *The Great Transformation*, publicado, originalmente por Reinhart & Company. Rio de Janeiro: Editora Campus, [1944]; 2000.

_____. **A grande transformação**: as origens de minha época. Trad. Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POULANTZAS, N. **O Estado; o Poder; o Socialismo**. Ed. Graal, 1978.

PREVITALI, F. S. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 66, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

49792012000300015&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Feb. 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000300015>.

RAMOS, R.R. **O socialismo como crítica da economia política**: as questões econômicas na obra de Proudhon (1938-1847). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

RIBEIRO, H.; BESEN, G. R. Panorama da Coleta Seletiva No Brasil: Desafios e Perspectivas a partir de três Estudos de Caso. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v.2, n.4, Artigo 1, ago. 2007.

SABOURIN, E.; MAUSS, M.: Da Dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 666, fev. 2008.

SANTOS, B. S. (Org). **Democratizar a democracia**: Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Produzir para viver**: Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SENNETT, R. **A Corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SIGAUD, L. As Vicissitudes Do “Ensaio Sobre o Dom”. **Mana**. v. 5, n. 2, 1999, p. 89-124.

SILVA, M. O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência Saúde Coletiva**. 2007, v. 12, n. 6, p. 1429-1439. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-1232007000600006&lng=en&nrm=iso>.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C; DI GIOVANNI, G. **A Política Brasileira no Século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Construindo Uma Abordagem Participativa Para Avaliação de Políticas e Programas Sociais. **Congress of the Latin American Studies Association**, Rio de Janeiro: jun. 2009.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Sociologie, Études sur les formes de la socialisation**. Paris: PUF, 1992.

SINGER P.; MACHADO, J.. **Economia socialista**: socialismo em discussão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, pp. 11-50.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego**: Diagnósticos e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, C. **A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

TEJERA, M. H. D.; HAUSSEN, D. F. Apontamentos sobre Georg Simmel: influências nos pressupostos da Sociologia Compreensiva e aplicabilidade no estudo das tecnologias da comunicação. **IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS**, 2009, p. 359.

VEIGA, J. E. **Meio ambiente e desenvolvimento**, SENAC, 2006.

VIANNA, O. **Instituições Políticas Brasileiras**. São Paulo: USP, 1987.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. [1904].

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, 1991; [1920].

Sites consultados

Ministério da Justiça. Regime jurídico de cooperativas populares e empreendimentos de economia solidária. PROJETO BRA 07/004 PROJETO PENSANDO O DIREITO CONVOCAÇÃO Nº 001/2011 – SELEÇÃO DE PROJETOS. <<http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2013/02/Volume-46-Relat%C3%B3rio-final.pdf>>.

Ministério do Meio Ambiente: <[http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores\(as\)-de-materiais-reciclaveis/comite-interministerial-para-inclusao-dos-catadores\(as\)](http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores(as)-de-materiais-reciclaveis/comite-interministerial-para-inclusao-dos-catadores(as))> Acesso em: 13/jan./2015

<<http://www.cidadespossiveis.com/post/606689809/a-ideia-de-um-sistema-subterraneo-de-coleta-de>>. Acesso em: 30/mar./2012.

<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/O_Banco/Principal/gerados/o_banco.asp>. Acesso em: 27/jul./2012.

<http://www.cempre.org.br/ci_2012-0708_reciclando.php>. Acesso em: 30/out./2012.

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 27/jul./2012.

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22/set./2012.

<http://www.mncr.org.br/box_1/sua-historia>. Acesso em: 4/mar./2012.

<<http://www.mondragon-corporation.com/CAS/Magnitudes-con%C3%B3micas/Cifras-m%C3%A1s-rese%C3%B1ables.aspx>>. Acesso em: 26/ago./2012.

<www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em: 24/abr./2012.

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>

<<http://www.dw.de/uni%3A3o-europeia-prop%C3%B5e-leis-para-promover-a-reciclagem-de-materiais/a-17776261>> Acesso 16/01/2015>

<http://www.jornalnorte.com.br/2010/02/11/diaadia1_0.php>

<http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>